ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Sexta-feira, 7 de novembro de 2025

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS
1.1 – 35ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
1.2 – 73ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
1.3 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
1.4 – Comissões
2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
2.1 – Comissões
3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
6 – MANIFESTAÇÕES
7 – REQUERIMENTO APROVADO
8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
9 – ERRATAS

ATAS

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/11/2025

Presidência dos Deputados Tadeu Leite, Duarte Bechir e Gustavo Santana

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discursos dos deputados Betão e Lucas Lasmar; aprovação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Homenagem Póstuma – Registro de Presença – Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023; requerimento do deputado Ulysses Gomes; discursos dos deputados Ulysses Gomes e Cristiano Silveira, da deputada Andréia de Jesus, do deputado Leleco Pimentel, da deputada Leninha, do deputado Professor Cleiton, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Marquinho Lemos, Betão e Lucas Lasmar, da deputada Lohanna, dos deputados Ricardo Campos, Luizinho, Hely Tarqüínio e Doutor Jean Freire; Questões de Ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; discursos das deputadas Bella Gonçalves e Ana Paula Siqueira e do deputado Celinho Sintrocel; Prorrogação da Reunião; votação do requerimento; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; requerimento do deputado Ulysses Gomes; discursos da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Cristiano Silveira e Ricardo Campos; Questão de Ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; discursos da deputada Ana Paula Siqueira, do deputado Leleco Pimentel e da deputada Leninha – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Alencar da Silveira Jr. – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen

Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lincoln Drumond – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Meu muito bom-dia a todas e a todos. Sejam bem-vindos mais uma vez à Assembleia, ao Parlamento. Minha gratidão aos parlamentares presentes neste momento. Antes de passar a palavra ao 2º-secretário, para proceder à leitura da ata, quero falar a todos que estão presentes da satisfação de recebê-los. Para que tenhamos uma sessão, que provavelmente será longa, com tranquilidade, é necessário que possamos manifestar, trazer informações e ideias – desde o início já deixo claro – com respeito, para que possamos avançar na discussão neste Parlamento. Sejam sempre muito bem-vindos – repito –, com o respeito necessário a todas as deputadas e a todos os deputados da Casa. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Grego da Fundação, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Betão.

O deputado Betão – Obrigado. Bom dia, presidente, deputadas e deputados, público presente, trabalhadores e trabalhadoras da Copasa e movimentos sociais que estão chegando, ocupando a Praça da Assembleia, que hoje vão travar muitas lutas aqui, neste Parlamento. Espero que a gente consiga, durante o dia, convencer as deputadas e os deputados da base a sair desta discussão. Já dissemos aqui, em várias oportunidades, que é um verdadeiro atraso para o Estado de Minas Gerais tentar privatizar uma empresa pública, ainda mais uma empresa de saneamento. Ouvi alguns deputados dizerem que existe um monopólio da Copasa em relação ao saneamento, mas o monopólio é uma condição natural de uma empresa de saneamento como essa, gente. Não há condições de se passar pelas ruas com três encanamentos diferentes e a população escolher um ou outro, assim como faz com a internet, por exemplo. Imaginem a quantidade de buracos que se abririam na cidade? O que estão tentando fazer, o que o governo Zema está tentando fazer, é tirar esse monopólio, que pertence hoje a uma empresa pública, uma empresa estatal, e passá-lo para o capital privado. Essa discussão nos remete a outra discussão que tem acontecido pelo mundo afora, o que tivemos oportunidade de falar isso aqui várias vezes. As empresas de saneamento e de energia que foram privatizadas em diversos países estão sendo reestatizadas porque já viram que essa experiência não dá certo, deputado. Levaram 20 anos para chegar a essa conclusão. E nós vamos ter que passar 20 anos fazendo experiência para reestatizar novamente a empresa? Não é possível, deputado Doutor Wilson Batista, que estejamos indo por um caminho em que vários países e várias cidades do mundo afora já estão voltando. Estamos fazendo uma experiência ao contrário. Não é possível! Além disso, também sabemos que os novos proprietários de empresas que sofrem processo de privatização eliminam praticamente 30% dos empregos. Nós estamos deixando vários trabalhadores e várias trabalhadoras em uma condição de risco enorme caso aconteça esse processo de demissão. Foi isso que aconteceu em São Paulo e foi isso que aconteceu no Rio de Janeiro, mas as

pessoas, os nossos deputados da base do governo, não veem como uma preocupação o fato de tirarem o emprego de 30% desses trabalhadores – 30% ou mais. Então essa experiência equivocada, deputadas e deputados, já está provada que não funciona em nenhuma parte do mundo. E a preocupação que a gente precisa ter com essas trabalhadoras e esses trabalhadores é fundamental para que interrompamos essa discussão. Não precisamos agradar o mercado; não precisamos agradar o governador Zema. Precisamos agradar as trabalhadoras e os trabalhadores dessa empresa. É a população de Minas Gerais que vai pagar mais caro. Portanto, presidente, sugiro que seja colocada na ata que foi lida a forte mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores ocorrida ontem, aqui, na Assembleia Legislativa.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para discutir, o deputado Lucas Lasmar.

O deputado Lucas Lasmar – Bom dia, "copasianos" e deputados. Quero deixar registrado o meu voto contrário a esse projeto do governador. Pedimos apenas uma coisa ao governador, mas até hoje não conseguiu fazer na política: um discurso coerente. Onde está a competência que ele vende na rede social, "copasianos"? Disse que a Copasa precisa melhorar, mas foi ele que indicou os gestores. Pegou os companheiros que perderam a eleição e colocou na Copasa e na Cemig para receberem salário de R$30.000,00 ou R$40.000,00 por mês. Isso tem que estar na ata. Temos que lembrar sempre que a demagogia permanece na rede social de um estado que não existe, que ele vende, e que não usa a aeronave para uso próprio. Está lá na publicação da Rádio Itatiaia. Todo mês ele vai a Araxá para tomar cafezinho e comer queijo com a família. Quem paga isso é o povo, é o trabalhador, é o servidor público, que não recebe reajuste há anos. Nós já temos provas concretas de que há conluio na venda da Copasa. Foi informado aqui que o governador foi à Faria Lima fazer negócio e falar com os amigos para comprarem ações antes de vir aqui negociar com os deputados e com as deputadas para votarem esse projeto. Nós temos que nos lembrar de que a Copasa tem um valor imensurável, que começa pelos seus servidores, pela experiência e pela luta de quem enfrenta os desafios de uma gestão que não quer investir para vender. Essa é a realidade dos fatos. Tentar convencer prefeitos e a opinião pública com um serviço mal prestado… Eles provocam isso. Quando cada gerente de área da Copasa pede investimento e é negado, está aí a prova da prevaricação deles. Essa é a realidade. Então nós estaremos aqui hoje fazendo obstrução para que esse projeto não seja aprovado. O governo está pegando pesado, mas nós estaremos aqui com coragem para enfrentar e ter a nossa convicção, neste microfone, e ter coerência de mandato, que é algo que este governo não tem. Quero deixar registrado, presidente, que a Câmara Municipal de Corinto fez um voto de repúdio a esse projeto, que deve ser anexado a ele, porque a Câmara de Resende Costa também fez um voto de repúdio, que já consta no projeto. Esta Casa precisa ter uma percepção: o governo quer vender a Copasa por questões ideológicas, para vender aos companheiros. Sabem por quê? Porque, quando o empresário entra em um governo, faz isso para dar isenção fiscal aos companheiros. É por isso que ele fala que não rouba; é porque ele criou um mecanismo para buscar financiamento de campanha por meio das isenções fiscais. É só olhar no portal *DivulgaCand.* Quem recebeu isenção fiscal do Zema doou formalmente à campanha dele. Esse é o governador! E nós estaremos aqui para mostrar isso à sociedade. Nós queremos alguém que faça o Estado se desenvolver, e não apenas ficar em discurso em rede social. Obrigado, presidente.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Homenagem Póstuma

O presidente – Antes de dar início à discussão e à votação da proposta, a presidência, com pesar, determina que seja feito, neste momento, 1 minuto de silêncio em virtude do falecimento do Salomão Borges Filho, o "Lô Borges", um dos maiores artistas da cultura mineira e um dos fundadores do Clube da Esquina. Neste momento, façamos 1 minuto de silêncio.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Registro de Presença

O presidente – Gostaria de registrar e agradecer a presença, nas galerias, dos alunos aqui do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso. Sejam bem-vindos a esta Casa. Estou feliz em recebê-los aqui também. Quero agradecer muito a presença também, nas galerias, do meu amigo Nardin, prefeito de Campo Azul, que está aqui com o vice Ozanan. É bom revê-los aqui. É bom recebê-los no Parlamento. Sejam sempre bem-vindos.

Quero cumprimentar também o ex-deputado Isauro Calais, que se faz presente. Seja bem-vindo, Isauro.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023, do governador do Estado, que revoga os §§ 15 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado. A comissão especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita o adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, amigos e amigas que nos acompanham, "copasianos", cidadãos mineiros e cidadãs mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia e pelos canais das redes sociais, hoje é um dia importante de mobilização. Quero registrar um ato que também acontece na Praça da Assembleia, rememorando os 10 anos do crime de Mariana. Estão presentes o ministro Boulos, da secretaria do presidente Lula, e a ministra Macaé, todos registrando esse momento triste da história de Minas. Trata-se do maior crime ambiental da história do Brasil. Esse momento merece ser destacado nesta Casa, além de todo o trabalho que foi feito de solidariedade, de luta, de defesa dos atingidos e das famílias, de busca de reparação, do registro do novo acordo feito pelo governo do presidente Lula, não só trazendo mais recursos, mas também reconhecendo e avançando nas conquistas de reparação ambiental, social, econômica em toda a bacia e região. É um dia que precisa ser registrado para que nada mais em relação a isso aconteça e para que a gente tenha, cada vez mais, uma legislação rígida, de acompanhamento, defesa e fiscalização do meio ambiente.

E hoje também coincide com uma data marcante, trazendo a esperança da luta que travamos ao longo de anos, nos últimos meses, nos últimos dias, para que um direito constitucional seja conquistado. Há décadas esse direito foi proposto por um grande estadista, o ex-governador Itamar Franco, que garantiu na Constituição Mineira um direito que se tornou dever para homens públicos, especialmente para aqueles que se sentaram naquela cadeira, com o dever primordial de ouvir a sociedade. Há mais de 20 anos, o governador Itamar Franco inseriu isso na Constituição. Quero destacar os dois vieses dessa Emenda nº 50, que foi proposta e votada nesta Casa, à época, por unanimidade. E registro ainda os louvores aos deputados que compreenderam a dimensão daquela proposta, feita por alguém com visão e sensibilidade para impor um dever aos homens públicos. Quando, se, talvez… Ele nunca deixou de registrar isso. Inclusive, isso estava na sua mensagem. Se, em algum momento, alguém ou algum homem público ou algum governo quisesse discutir uma privatização ou houvesse a necessidade disso, que esse debate fosse feito a partir da responsabilidade e, então, do direito do cidadão de se manifestar. Vejam a dimensão disso. Impôs a ele e ao governo o dever – sem tirar, obviamente, o direito de se debater algum aspecto de privatização, seja da água, seja da energia, seja do saneamento, seja do gás –, de que isso fosse feito a partir de um direito dado ao cidadão, o direito constitucional de ser ouvido. A história nos permitiu que o tempo nos desse o direito de

afirmar algo: é viável, é possível e é ainda, constitucionalmente, um dever de quem aqui jurou defender a Constituição… É um dever garantir esse direito.

Nós, do Bloco Democracia e Luta, deputados e deputadas, ao longo destes anos, seguramos esse projeto na Casa. Nos últimos meses, debatemos e esticamos, dentro do limite, o debate democrático e regimental. Sobretudo de cabeça erguida, sabemos que esse direito merece ir ao limite da defesa aqui, nesta Casa, para tentar sensibilizar não só os deputados, mas também, essencialmente, aquele que propôs isso. Talvez, ao longo do debate acirrado que acontece, um deputado ou outro que faça uma defesa de um lado ou de outro possa deixar passar despercebido o maior motivo pelo qual nós chegamos a este ponto: um governador que, desde o início do seu mandato, há sete anos, defende a privatização não de uma empresa pública, mas de todas elas.

Então, a nossa luta, amigos e amigas, companheiros e companheiras que nos acompanham, é contra este governo entreguista, privatista, mentiroso e enganador. Esse é um governador que come banana com casca para tentar disfarçar e esconder aquilo que, ao longo dos anos, infelizmente foi capaz de fazer. A sua comunicação faz isso muito bem, com milhões e milhões de reais gastos com jornais e mídia para criar a narrativa de que ele colocou a casa em dia sem pagar, ao longo de quase seis anos, a dívida de Minas, que, em seu governo, quase dobrou. Ele usa a narrativa da dívida para justificar o injustificável, ou seja, tirar o direito constitucional do cidadão, e que, na lógica de quem está sentado no governo, é um dever daqueles e daquelas que juraram defender a Constituição.

Avanços, melhorias e mudanças na Constituição que realmente promovam o desenvolvimento do Estado podem, sim, ser debatidos, assim como a garantia de direitos e a promoção da cidadania. Mas discutir mudanças na Constituição que retiram direitos e promovem retrocessos na garantia daquilo que foi um grande avanço há 25 anos é triste de se vivenciar. Então não posso deixar de reafirmar isso nem mesmo deixar que a gente se perca ao longo desses debates e, assim, a gente poder identificar quem está do nosso lado e quem está contra nós.

Este governo, do governador ao vice, está, cada vez mais, maquiando a entrega da Cemig, que está, aos poucos, vendendo subsidiárias. Se não fossem as denúncias feitas por esse bloco, de deputados e deputadas que mantêm essa luta, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, ele já teria entregado tudo e muito mais. Se não fosse a luta do bloco… Registro aqui a defesa do presidente Tadeu Leite na luta, por exemplo, das entregas dos imóveis, que o governador Zema está tentando fazer usando o Propag. Porque ele sabe que o governo federal não tem interesse nesses imóveis. Por isso, ele tem lá um artigo que diz que, caso seja negado, ele poderá vender. Também quero registrar aqui a compreensão do presidente, assim como relator na administração pública, que diminuiu o deságio de mais de 40% que o governo queria para 25%. Porque, sabendo que o governo federal não deva aceitar esses imóveis, eles pretendem vendê-los com deságio de mais de 40%, proposta do governo Zema, a preço de banana. Ora, a mesma banana com casca que o governador come para disfarçar todo esse conceito de narrativa, ele está tentando fazer com esses imóveis.

Então, minha gente, não percamos o horizonte que nos move nessa luta do direito constitucional do cidadão mineiro de ser ouvido, mas sobretudo daquelas e daqueles que realmente têm a sua digital e movido esta Casa a fazer isso. O governador apresentou isso e, infelizmente, tem criado as condições para que esta votação chegasse ao limite que chegou hoje. (– Manifestação nas galerias.) Da nossa parte, nós estaremos aqui durante toda a manhã, toda a tarde e, se necessário, toda a noite, fazendo o debate na esperança de que a gente não mude a trajetória dessa história que conquistou avanços na Constituição. Seguimos na luta, companheirada!

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Bom dia, companheiros, deputadas e deputados, trabalhadores da Copasa, movimentos sindicais, trabalhadores do Sindsema. Quero aqui cumprimentar o Sindágua pela mobilização e resiliência que vem demonstrando durante todo esse processo. (– Manifestação nas galerias.) Também quero dizer que várias coisas colocadas na votação dessa matéria, no processo e no debate desse assunto, têm como consequência objetiva a privatização da Copasa, que é o desejo do governador Romeu Zema. Isso trará consequências que nós já listamos aqui para todos vocês: consequências do aumento do custo da água para os

mineiros, consequência da precarização do serviço, consequência das demissões que vão acontecer com um conjunto expressivo de trabalhadores da Copasa. O governo passa a não ter mais gestão sobre o recurso tão fundamental para todos nós: os nossos recursos hídricos estratégicos. Eu já trouxe aqui a informação que teremos consequências, a exemplo do que está acontecendo em outros estados. Já citei Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, onde a privatização só trouxe consequências negativas.

Durante a discussão, fui apontando sobre estas consequências: aumento do preço da tarifa, a precarização e tudo isso que vocês têm acompanhado. Convidei algum colega aqui a favor dessa matéria para subir à tribuna e nos trazer aqui exemplo de algum lugar no Brasil onde isso foi bom e deu certo. E eu não me limitei a falar somente do que tem ocorrido no Brasil. Trouxe também dados do que está acontecendo na Europa, por exemplo, onde mais de 800 empresas de saneamento e de abastecimento de energia já foram reestatizadas. Gostamos muito de nos inspirar na Europa quando convém, mas quando não convém, ninguém está enxergando o que está acontecendo lá. Então trouxe todos esses argumentos e venho repetindo aqui na tribuna. Eu pedi aos colegas deputados para subirem aqui para trazer um exemplo. (– Manifestação nas galerias.) Um! Digam: "Deputado Cristiano, achei! Descobri! Achei! Lá na Cochinchina, talvez tenha acontecido uma experiência em que a privatização foi boa para o povo". Não existe, gente. Vai ser boa para quem, então, a privatização da Copasa, meus amigos? Para quem? (– Manifestação nas galerias.) Ah, para o mercado financeiro, para os amigos de Romeu Zema. Quiçá Zema e Mateus Simões poderão ter doações vultosas para as suas campanhas. Talvez essa seja a única razão que justifica a obsessão deste governo com esse projeto.

Olha, não existe lógica. Esse projeto não tem lógica neste momento, em que o mundo caminha para a estatização de serviços essenciais e o Brasil já tem exemplos de estados que adotaram a privatização da água e estão em caos. Ah, bom, aí alguém fala o seguinte: "Cristiano, Cristiano, mas é o Propag, Cristiano!". Qual Propag? Isso não tem nada a ver com o Propag. O próprio secretário-geral da Presidência, Guilherme Boulos, que está em Belo Horizonte e veio para o ato dos 10 anos do crime de Mariana – e ninguém foi preso até hoje, porque no Brasil é assim, não é? Para os ricos, não; mas, para o pobre, é todo dia… Pois bem, o Guilherme Boulos deu entrevista à Itatiaia e falou o seguinte: "O governo não concorda com a privatização da Copasa. O governo não está condicionando a privatização da Copasa ao Propag. O governo dilatou o prazo para que a discussão e o processo do Propag se deem sem a pressão que tentam fazer". Isso não tem nada a ver com o Propag, não.

O que acontece? Não há mais ninguém… Até a base também já parou de falar em Propag. Viram que deram uma arrefecida? Não se trata do Propag. Até eles já pararam de falar em Propag, porque isso não tem relação nenhuma com o programa. A obsessão do Zema, desde o primeiro dia de mandato, é entregar as estatais. É uma obsessão que se amplia agora com seu desejo de se tornar um *player* para o mercado, dizendo que deu conta de fazer uma privatização. Ele não quer nem saber se o trabalhador vai ser demitido, não quer nem saber se vai ficar caro para o mineiro e não quer nem saber se o serviço vai ficar precário. Ele quer saber disto: alguém vai se dar muito bem, vai encher o bolso de dinheiro. É isso que está, no final das contas, nesse processo.

Eu acho que a imprensa deveria fazer uma pergunta à base do governo, aos líderes do governo. Olha só, quem sou eu… Quem sou eu, viu, gente? (– Manifestação nas galerias.) Esperem aí, senão meu tempo termina e eu não consigo falar. Quem sou eu para ensinar repórter a fazer pergunta? Quem sou eu? Mas acho que os repórteres poderiam perguntar o seguinte: "Deputado, qual é o objetivo da privatização da Copasa?". Dirão: "É o Propag". Então, perguntarão: "Deputado, se é, então, o Propag, por que vocês não apresentam um projeto de privatização da Codemig, que nem sequer precisa de tramitação de PEC nem dessa polêmica toda? Deputado, se a privatização da Copasa tem como pano de fundo o Propag, por que não a Codemig, que nem está prevista em PEC e vale muito mais do que a Copasa e resolve os 20% da entrada que vocês querem dar no Propag?". Quem sou eu para ensinar repórter a trabalhar, mas, se eu fosse repórter, diria: "O deputado Cristiano, líder da Minoria, está dizendo que isso não tem nada a ver com o Propag. Vocês, então, podiam perseguir o caminho da Codemig, que vale muito mais, não tem a polêmica de mexer com PEC e de tirar direito do mineiro e não vai impactar a questão da água".

É por isso que estou falando que isso não tem nada a ver com o Propag. Caiu por terra o argumento de que se trata do Propag. Já era! Trata-se da obsessão de entregar a nossa água e o nosso saneamento, que cuidam da saúde do mineiro, que cuidam disto aqui. (– Mostra um copo d'água.) Ninguém vive sem isso. (– Manifestação nas galerias.) Então esse negócio com que o Zema está obcecado se dá porque algum amigo dele já está prontinho para o capilé, entenderam? Ah, gente, deem outro argumento então! "Não, Cristiano, é o Propag." Já expliquei que não é. "Não, Cristiano, é porque é bom. Foi bom lá na Cochinchina." Não existe um lugar no mundo onde isso tenha sido bom. "Não, há um estado aqui no Brasil onde foi bom." Não há nenhum lugar onde isso foi bom.

Imagine o senhor, deputado Doutor Wilson… Vai votar uma matéria… (– Manifestação nas galerias.) Eu, pelo menos, para votar ou deixar de votar a favor ou contra, trago aqui os meus argumentos. Aí falam assim: "Não, é porque, lá na minha cidade, está faltando água".

Opa! Quero falar de novo o que já falei aqui: se a Copasa é considerada uma das melhores empresas do Brasil em saneamento, não sou eu quem está dizendo. Quem está dizendo é a revista *Time,* é o instituto não sei o quê, é a pesquisa não sei o quê. Comparam a Copasa com empresa privada, comparam a Copasa com empresa pública, e ela está entre as melhores do Brasil, mesmo com todo o problema que possa ter. Agora, por que não pode ser melhor? Porque quem a dirige é o acionista majoritário, porque Zema não acredita nela e quer sucateá-la.

O povo do Barreiro está reclamando que começou a faltar água e não faltava; há cidades que falaram que está começando a faltar água e não faltava. Eu já dei esse exemplo aqui: isso é igual a uma Ferrari, a um carrão possante. "Oh, Cristiano, mas o carro está esbarrando demais." Ei, não precisa trocar o carro, não. Troque o motorista. O problema não é o carro, o problema é o motorista. Tire o Partido Novo do governo de Minas Gerais, que você vai ver a Copasa tornar-se uma potência. Ela já é uma potência com todo o problema que possa ter em um ou outro município.

Eu quero mandar um recado para prefeito, viu? Você, prefeito que acha que a situação está ruim, saiba que vai ficar pior. Piorou na cidade pequena, onde é deficitária, então quem comprar a Copasa vai falar: "Não quero trabalhar nessa cidade, não. Fale para o prefeito que agora é problema dele, que ele se vire." Prefeito, atenção para o que vai acontecer, porque você vai ser impactado também. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Democracia e luta! Esse é o sinônimo de a gente ocupar a Assembleia Legislativa.

Quero começar parabenizando cada trabalhador, cidadão, servidor público, que está nesta manhã, na Assembleia Legislativa, defendendo a democracia. Não confundam o nosso discurso. O nosso principal objetivo nesta manhã… Obrigada, gente. O nosso principal objetivo é reforçar que a luta por água não passa pela privatização e muito menos pela retirada do poder do povo de participar. (– Manifestação nas galerias.) Parabéns àqueles que estão acampados na porta da Assembleia, defendendo o direito de ser ouvido. É claro que esta Casa estará sempre aberta para aqueles que defendem a democracia e que não usam o microfone para defender a privatização, defender a entrega do recurso do Estado para empresário ou para banco.

O desastre está anunciado. Hoje não defendemos só a Copasa. Nós estamos defendendo o patrimônio do Estado, que segue sendo entregue para a iniciativa privada. Já assistimos a isso aqui, quando vimos o governador terceirizar o socioeducativo. Nós vimos isso quando entregaram presídio para a iniciativa privada. Inclusive, hoje é um grande desafio, lá em Ribeirão das Neves, fiscalizar o presídio, que é uma parceria público-privada. Na verdade, nem precisa ser privatização, a mera parceria público-privada nos impede de entrar no presídio para fiscalizar. Então estamos aqui pedindo aos parlamentares que votaram no 1º turno contra o povo: gente, acorde, esse é um problema que não tem volta. Se abrimos mão do referendo, estaremos perdendo poder na Assembleia Legislativa, estaremos tirando o direito do povo de ser consultado. Qual é o medo, hoje, que o governador Zema tem de ouvir o povo? Apesar dos problemas que temos de saneamento, apesar das comunidades quilombolas indígenas ainda não terem acesso à água potável, a solução não é privatizar, não é entregar a empresa para banco. Não existe banco, neste país, que saiba fazer gestão do

patrimônio público melhor do que os trabalhadores que aqui estão, melhor do que os gestores públicos que têm carreira, que acompanham a Copasa desde a sua criação, que conhecem cada metro quadrado de Belo Horizonte.

É importante que o prefeito de Belo Horizonte já tenha se posicionado. A prefeita de Contagem também já se posicionou. Mas é um absurdo o governador não se assentar nem mesmo com os prefeitos para discutir o futuro da Copasa! É autoritarismo. É irresponsabilidade. É atraso. É uma elite de atraso. E a gente já ouviu isso em outros momentos.

Privatizar é um erro, por isso nós estamos pedindo que os deputados votem no adiamento desta votação. Não cabe votar para retirar referendo. Adiem esta votação! O clima não é de privatização. O clima não é para a retirada de direitos. Enquanto estou falando aqui – isso é importante –, e eu venho me posicionando nas redes, quero pedir que as mulheres nos ouçam: nós sabemos que, toda vez que um serviço público é precarizado, são as mulheres que pagam o pato. Hoje nós sabemos que existem duas políticas.

Eu quero registrar a presença do vereador Sérgio, que se encontrou comigo lá embaixo, na entrada, e falou: "Deputada, não é só a tarifa social que vai cair se a gente privatizar a Copasa". A tarifa social, hoje, atende 700 mil famílias que não tiveram o direito de ser ouvidas, e a gente não sabe qual será o futuro dessas famílias que dependem da tarifa social. Também, na Copasa, existe outro programa para as mães atípicas, para as mães que têm filhos que precisam de tratamento em casa e não podem ter interrupção de água de forma nenhuma. A Copasa garante! Se a gente entregar isso para um banqueiro, para um banqueiro duvidoso, que vai privatizar a Copasa, isto é, se a gente colocar nas mãos dele essa gestão, ele vai ter esse cuidado com as mães atípicas? (– Manifestação nas galerias.) Ele vai ter cuidado com as crianças que precisam de acesso à água? Se elas ficarem 1 minuto sem abastecimento, poderão morrer.

Essas perguntas eu fiz para o Ministério Público e para a Assembleia Legislativa, para que cheguem até o governador, porque eu não quero marcar a minha história como uma deputada que aceitou pegar um serviço essencial como o da Copasa e entregar para um banqueiro. Eu não sei se, no dia seguinte, vai haver água para as mães atípicas, para as crianças que precisam de atendimento médico em casa, para as crianças que fazem tratamento de doenças raras. Eu não sei se as famílias que recebem a tarifa social… A tarifa social foi uma conquista nossa, gente! Não foi um favor!

A gente sabe que a tarifa pode dobrar de valor e que a responsabilidade vai recair sobre as mães e as mulheres chefes de família, que hoje não têm direito nem ao trabalho, quanto mais condição de arcar com essa tarifa que a gente ainda não sabe de quanto será, porque a gente não sabe quanto esse banco quer lucrar ao assumir a Copasa. As falhas precisam ser corrigidas com investimento, e nós estamos trabalhando para isso. Então eu digo "não à PEC", "não à PEC do Cala Boca", "não à PEC que tenta silenciar o povo mineiro". A gente precisa de tempo. Nós precisamos ter responsabilidade com aquilo que estamos votando na Assembleia Legislativa. A gente não sabe qual vai ser o futuro das empresas estatais que estarão nas mãos de banqueiros quando o Estado precisar de investimento público para alcançar os 853 municípios.

Para fechar a minha fala, acho importante dizer que sou contra o modelo de segurança pública que matou 120 pessoas no Rio de Janeiro. Eu não estou mudando de assunto, não! Nós temos hoje um conjunto de governadores que precisam ser responsabilizados pelos tribunais. Se o Cláudio Castro está matando o Rio de Janeiro a bala, o governador de Minas quer matar os mineiros sem água. Ele precisa saber que nós agiremos até a última consequência. Ele não pode deixar o povo mineiro sem água e muito menos garantir o abastecimento só para aqueles que podem pagar. Referendo é direito, é conquista dos mineiros. Digam "não" à retirada do referendo, "não" à PEC do Cala Boca! Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Hoje a luta é de cada um de vocês. Parabéns, Andréia! Eles estão aqui parabenizando a sua fala. O único motivo que hoje nos dá esperança, neste Plenário, é exatamente a presença de vocês na luta. E eu quero dizer por quê. Primeiramente é porque é um dia muito triste para mim! Eu trabalhei na horta de Bento Rodrigues, eu vi a Samarco destruir a horta comunitária, eu vi a Samarco, a Vale e a BHP matarem a fauna e a flora e assassinarem 20 pessoas em Mariana. Esses 10 anos

decorridos sem ninguém preso também tem o dedo de Zema! Além do fato de a Justiça não ter condenado as empresas, as empresas mineradoras continuaram a ter regalias no governo de Zema. Portanto o Zema tem o dedo onde há injustiça social. E o pior de todas as tristezas deste dia é ver a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, num ato de burrice extrema, retirar o direito de a população ser consultada a respeito da privatização do seu patrimônio e da sua soberania.

Vocês sabem – vocês sabem! – que nós chamamos essa PEC de PEC do Cala a Boca, porque quem vai votar, na surdina da noite, está calado! (– Manifestação nas galerias.) Eu quero pedir a vocês…. Eu não estou falando para os ouvidos surdos daqueles que vêm para cá de vez em quando, quando a gente pede recontagem. Eu estou falando com o povo. Eu só quero um minutinho, por favor! Pessoal, eu quero um minutinho de vocês.

Presidente Tadeu, ontem eu subi na tribuna deste Plenário, em solidariedade e respeito a V. Exa., para dizer que era desproporcional alguém colocar fogo na tentativa de impedi-lo ou impedir os moradores de um prédio de sair. Eu refaço aqui a minha palavra, dizendo o mesmo, porque a nossa luta é no parlamento. No entanto, nenhum de nós, do Bloco Democracia e Luta, criminaliza a luta dos movimentos populares. Nós não podemos comparar manifestação com o que aconteceu no 8 de janeiro, porque ali foi barbárie, e aqui é a defesa dos direitos, porque o povo está perdendo direito e tem o direito de falar. Então, deputado Tadeu, ao reconhecer que esta Casa está com a galeria cheia de lutadores que não querem ver o patrimônio do povo vendido, ao enxergar que, na porta da Assembleia, os movimentos se uniram hoje… É claro que foi em razão dos 10 anos, mas coincidiu com essa triste data em que os deputados e deputadas vão decidir pelo povo. Quando há uma crise de representação, a gente nota que a votação não corresponde ao desejo da população de Minas Gerais. É isso que acontece.

Eu sei que, outro dia, nós todos ficamos aqui até as 4h30min da manhã. Por isso eu quero até aproveitar e fazer um pedido ao deputado Ulysses. Em nome do Bloco Democracia e Luta, nós temos de corrigir a nota que foi realizada ontem, porque o Levante da Juventude e todos os movimentos merecem o nosso respeito. Eles têm autonomia e não podem ser comparados com criminosos. Isso não pode acontecer e não vai ter a nossa anuência.

No entanto, mesmo divergindo, mesmo divergindo, eu tenho completa ciência de que, no outro dia, quando subi a este Plenário, e vocês da galeria gritaram um apelido para uma deputada, eu só tomei conhecimento naquele momento. Eu pedi que mesmo assim ainda pudessem respeitar. Hoje quero dizer isso porque muitas mulheres me pediram para explicar que este deputado que aqui está é um deputado que está na luta das mulheres. Comparar este deputado com machismo é não me conhecer. No entanto, eu discordo da forma, eu discordo do jeito, eu discordo das palavras. Eu não apoio o que a deputada vem sempre fazendo, que é provocar os movimentos.

Eu levei ao presidente Tadeu, há poucos dias, uma proposta de um protocolo para que a gente pudesse ter a fiscalização tanto de Minas como do Espírito Santo, para que, nesses 10 anos, a Assembleia possa atuar, porque a nossa preocupação, meus companheiros e minhas companheiras, é que agora querem dividir a água de Minas em quatro blocos; querem retirar o dinheiro daqueles que podem contribuir, mas não querem colocar o dinheiro no Jequitinhonha, que tanto precisa. Por isso que nós vamos lutar contra essa injustiça. Querem o dinheiro da repactuação, por isso querem vender a Copasa e roubar os bilhões que estão previstos para o saneamento. (– Manifestação nas galerias.) Eles querem entregar para a Faria Lima, para as empresas que vão ser controladas e que vão botar dinheiro na campanha *fake* de Zema. É isso que querem.

Por isso que esta data, como comecei a dizer, é uma triste coincidência, uma triste coincidência, mas ela não é culpa do povo. Primeiro porque a decisão de matar as pessoas, a decisão de arruinar a Bacia do Rio Doce, a decisão de fazer barragem para estourar na cabeça do povo não foi do povo, foi dos gananciosos da Samarco, da BHP e da Vale, assim como a decisão de tirar o referendo para a Copasa é uma decisão que não é do povo. Essa é uma decisão dos deputados da base de Zema. Por ser uma decisão que deveria ser freada pela Casa, nós já manifestamos ao presidente Tadeu que o Bloco Democracia e Luta não concorda com a retirada do referendo para as estatais, nem para a Copasa, nem para a Cemig, nem para a Gasmig, porque esse povo não construiu

nada disso e só quer vender e lucrar. Por esta razão discordamos, e o Bloco Democracia e Luta não se furtou… Cada deputado e cada deputada que vêm a este Plenário e sobem a esta tribuna têm responsabilidade com os servidores da Copasa, com os servidores do sistema do meio ambiente e têm responsabilidade com o povo. Eu continuo a perguntar: qual daqueles que vai votar hoje e que apoia o governo Zema vai ter coragem de subir aqui para explicar isso para o povo?

Por isso, neste minuto final, eu quero lembrar de um canto popular que sempre nos fez colocar as pessoas a pensar. (– Canta:) "Nosso direito vem, nosso direito vem, se não vem nosso direito, Minas vai perder também; nosso direito vem, nosso direito vem, se não vem nosso direito, Minas vai perder também; nosso direito vem, nosso direito vem, se não vem nosso direito, Minas vai perder também; nosso direito vem, nosso direito vem… (– Manifestação nas galerias.) Águas para a vida, não para a morte! Águas para a vida! Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, afinado deputado Leleco. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Bom dia, companheiros e companheiras de luta, da resistência, da coragem. Queria cumprimentar os que estão nas galerias, os que nos acompanham também pelas redes sociais, afinal esse tema ganhou repercussão neste Estado inteiro. Então as pessoas agora começaram a compreender a ameaça e o perigo da aprovação dessa PEC. O que nos tem chegado é que as pessoas não sabiam de nada do que estava acontecendo. As pessoas não estavam atentando que a gente ia sofrer um golpe na nossa Constituição mineira. Por isso agora as pessoas estão ligadas às redes sociais do YouTube, aos canais de transmissão desta Casa e também aos canais dos parlamentares, principalmente do nosso Bloco Democracia e Luta.

Estar aqui, mais uma vez, é dizer do nosso posicionamento. Estar aqui, mais uma vez, é dizer que, enquanto houver um fôlego da esperança que sempre nos moveu durante toda a nossa vida, nós vamos manter a coragem e a resistência para nos posicionarmos e lutarmos por aquilo que a gente acha muito caro e importante para a população de Minas Gerais. É esse recado que a gente dá para o governador Zema, que inclusive nem no Brasil está, se não me engano. Aliás, gente, é isso que a gente vem acompanhando. É como se o nosso Estado de Minas Gerais tivesse desgovernado, o que a gente sente muito. Esta ausência traduz, na minha avaliação, uma falta de compromisso com o povo de Minas Gerais. É esse recado que a gente quer dar para o governador na campanha eleitoral dele. Se não cuidou bem de Minas e dos mineiros, quer cuidar do Brasil? É isso? (– Manifestação nas galerias.)

A gente sempre diz, nesta Casa, sobre o que inclusive há uma posição clara do nosso governo: se o serviço da Copasa está mal avaliado, se o serviço da Copasa não está chegando, isso vai piorar se acontecer a privatização, porque a Copasa tem um compromisso social, é o Estado chegando aonde ninguém quer chegar. A empresa vai chegar a uma comunidade distante, pobre e carente para levar água? Não vai. Os que estão interessados nos lucros vão fazer algum investimento para garantir o acesso à água, que é um direito humano fundamental para as pessoas? Não vão.

Nós sabemos muito bem como é essa história, porque a gente acompanha esse processo de privatização em outros estados, em alguns municípios e em outros países. Nós conhecemos bem essa história. É só acompanhar o Rio de Janeiro. É só acompanhar São Paulo. A gente viu que, depois que a Sabesp foi privatizada, houve a demissão de mais de dois mil funcionários em um ano. Há essa novela de que as tarifas vão baixar, mas isso pode acontecer apenas no primeiro ou no segundo mês, só para impressionar. O que a gente vê no final dessa história, nesse desfecho, é de fato a negação de um serviço essencial para a população: o serviço de abastecimento de água e saneamento básico.

Hoje, neste dia de luta e resistência, nós também estamos recebendo aqui na Assembleia uma grande manifestação pelos 10 anos do crime da Vale, em Mariana, um crime em que ninguém foi condenado, um crime em que ninguém sofreu nenhum tipo de penalidade. Quem foi penalizado foram somente os atingidos por esse crime. Além das vidas ceifadas, estamos falando de pessoas que tiveram suas estruturas de produção alteradas pela lama. Estamos falando de pessoas que tinham uma vaquinha que a lama levou, de pessoas que tinham uma hortinha que a lama levou e que, até hoje, não conseguiram se reerguer. Nós chamamos de genocídio o que acontece em Minas Gerais: a morte de pessoas lentamente, seja pela questão mental, psicológica, seja pela falta de oportunidade.

Eu sei que a nossa luta aqui não foi em vão até agora, e a gente vai continuar lutando até o fim para convencer aqueles e aquelas de que alterar a nossa Constituição é uma afronta à nossa democracia. Minas é um estado que pulsa liberdade. Minas é um estado que pulsa a luta pela nossa jovem democracia. E é por isso que a gente fala que alterar a Constituição para tirar um direito do mineiro e da mineira é atentar contra a democracia. Qual é o problema de se fazer um referendo? Qual é o problema de não ter sido organizado? Digo isso porque este governo não chegou ontem. Este governo não chegou nesta legislatura. Este governo está aqui há sete anos. E este governo poderia ter previsto um plebiscito junto com as eleições municipais. Este governo poderia ter pensado numa forma de consultar a população mineira acerca da venda das nossas estatais. O sentimento que a gente tem é de que isso poderia ter sido diferente se houvesse boa vontade, se houvesse sensibilidade por parte de Zema para não alterar a nossa Constituição. Eu me sinto, às vezes, envergonhada, porque isso é um tema muito caro para nós. Alterar a Constituição retirando um direito dos mineiros e das mineiras é uma afronta de fato. É uma vergonha! E é isto que a gente vai fazer: mandar um recado para o governador, que quer continuar governando Minas Gerais com esse tipo de projeto. Não dá para a gente ter uma atitude de isolamento, de calar a boca, de silenciamento em relação à nossa Constituição. Essa batalha nós vamos enfrentar agora.

E depois teremos outra batalha: a do projeto de privatização. A gente já ouviu pelos corredores rumores das empresas interessadas em assumir o processo de abastecimento e saneamento. Eu sempre digo: eu sei muito bem o que é faltar água em casa durante o dia, porque eu vim de uma região do Semiárido. Eu sei muito bem o que é esperar chover para guardar água da chuva para beber, para limpar a casa, para dar de beber aos bichos e para molhar as plantas. Eu sei muito bem como esse elemento tão sagrado faz falta na vida de todos nós. A nossa luta e o nosso medo é que isso falte para a população, principalmente para os mais pobres. E é por eles também que nós estamos aqui, querendo um estado forte, querendo um estado mais presente na vida das pessoas.

É dessa forma que a gente faz a luta aqui. A gente quer um estado máximo. A gente quer um estado que cuide das pessoas. E a água, com certeza, é esse elemento fundamental que tem que ser garantido. A gente sabe que a Copasa presta um serviço essencial. A gente sabe o quanto a população agradece quando abre a torneira e pode tomar uma água de qualidade. Mas vocês sabem também que a maioria, às vezes, dos políticos acha que investir nisso não dá voto. Quando você investe em saneamento básico, é obra enterrada. São canos enterrados. Não é uma obra visível, que as pessoas podem passar todo dia e ver aquela obra, mas eles não sabem que é uma obra tão essencial para a nossa saúde, para a nossa vida. Por isso, mesmo que o investimento seja enterrado junto com os canos, que vão levar a água de qualidade, com a canalização que vai tratar o esgoto e levar os resíduos das residências, a gente sabe que os investimentos ainda são pequenos.

Para mim, uma cidade saudável, uma cidade sustentável, onde o gestor cuida da sua gente, é aquela que, além da educação e da saúde, também tem um bom tratamento da água e do esgoto, para que as pessoas vivam mais. É nisso que a gente acredita: na boa política, que pensa na qualidade de vida das pessoas. É dessa forma que a gente, com muito respeito, diz não à PEC do Cala a Boca. Diz que a Copasa é nossa. Diz que a água que chega às pessoas é um direito humano fundamental, é um direito sagrado. A água e a terra são bens essenciais, não criados pelo homem, mas, para aqueles que acreditam, criados pelo Criador. E as pessoas precisam ter acesso.

Não dá para a gente seguir num Estado que começa com essa PEC e depois seguirá precarizando, tirando o direito fundamental da população. Esse é o nosso compromisso aqui, nesta Casa: lutar até o fim para que a gente derrube a PEC do Zema. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Leninha, 1ª-vice-presidenta desta Casa. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Bom dia. Bom dia a todos e a todas. Bom dia, deputados e deputadas. Bom dia, presidente Tadeu. Na sua pessoa, cumprimento todos os consultores, assessores e, de forma muito especial, todos os movimentos que se uniram aqui e lá fora, um movimento gigante para lutarmos, de forma favorável, pela manutenção desse referendo popular.

Eu queria começar esta fala sobre o requerimento que pede o adiamento da discussão e, consequentemente, da votação dessa matéria, lembrando uma frase que se encontra em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, que diz eu prefiro uma trava no meu olho do que uma ideia fixa. Eu prefiro uma trava no meu olho do que uma ideia fixa. Ou seja, eu prefiro que uma farpa, eu prefiro que o meu olho fique machucado do que não ter o direito de mudar de opinião.

Eu falo isso porque os deputados que votaram favoravelmente à retirada desse referendo, os deputados que se manifestaram favoráveis à aprovação dessa PEC que está em discussão aqui, não há problema nenhum em mudar o voto neste momento. Não é vergonha fazer uma revisão da sua decisão. Acho que as discussões, os debates, aquilo que foi apresentado, aquilo que tem sido discutido, não só nesta Casa, mas em outros parlamentos… Eu estava lendo, por exemplo, alguns discursos do Parlamento inglês acerca daquilo que a Inglaterra decidiu fazer, que foi a reestatização do serviço de saneamento e de distribuição de água. Vou lembrar, mais uma vez, que estamos indo na contramão do mundo, que estamos fazendo aqui algo que não deu certo em lugar nenhum. E aí eu queria chamar a atenção dos servidores e das servidoras da Copasa, daqueles movimentos também que se uniram em defesa da nossa companhia. A gente tem falado muito aqui da Sabesp, que é uma experiência mais recente, uma clara demonstração daquilo que não se deve fazer.

Nesta semana eu estava me recordando de um fato, porque tive a graça, a alegria, o prazer de viver no Estado do Tocantins. Acompanhei lá, deputado Marquinho Lemos, o processo também de privatização do saneamento, que foi uma tragédia. Mas a tragédia maior, além da péssima prestação de serviço, foi o aumento da tarifa. E o aumento da tarifa é injustificado, e é o que vai acontecer. Nós já estamos prevendo isso. Lá no Tocantins, a empresa que privatizou cobra pela distribuição de água e cobra também 80% do valor de taxa de esgoto. (– Manifestação nas galerias.) Então, se alguém gastou R$100,00 com a taxa de água, terá que pagar mais R$80,00 com a taxa de esgoto. São R$180,00. E um detalhe: sem ter esgoto! Isso é feito com a desculpa de que, ao pagar essas tarifas, consequentemente a companhia vai ter recursos extras para investir na estruturação, o que nunca acontece, porque todo lucro é dividido entre os acionistas. E o pior: lá a companhia se transformou na tal da *corporation*, que é tão defendida por alguns deputados nesta Casa, sem a mínima noção do que vem a ser *corporation*.

Eu queria chamar a atenção – e tenho chamado a atenção – para um texto escrito pelo Banco do Brasil, para se dirigir ao mercado. O título do texto é extremamente sugestivo: “Corporation, o dono sumiu”. Numa corporação, que é o que se avizinha, que é o que pode acontecer em relação à Copasa, nem sabemos quem é o dono. E, quando você não sabe quem é o dono, consequentemente você não tem como cobrar melhorias e como cobrar um serviço melhorado. Isso é muito grave, é muito sério, e fica mais sério ainda diante das denúncias apresentadas ontem. Claro que vou deixar que a deputada Bella fale, porque ela é que se debruçou sobre essa matéria. Toda a movimentação do mercado, antecipando o que aconteceria aqui, nesta Casa, coloca sob suspeita todo esse processo de votação que estamos fazendo aqui.

Diante de tudo isso, eu quero, mais uma vez, fazer um apelo. Quero, inclusive, dizer algo para a imprensa, que tem falado em privatização – em privatização. Nós ainda não estamos discutindo a privatização. Nós estamos discutindo a retirada de um dos maiores valores, de uma das maiores conquistas que foram construídas na Constituição Mineira, que é o direito de o povo opinar sobre aquilo que pertence a ele. É isso que está em jogo. É interessante ouvir as pessoas aí fora. Há quem fale assim: “Professor, não, eu sou a favor da privatização, mas eu queria opinar; eu acho que tem que privatizar”. A gente respeita quem pensa assim, mas, ao mesmo tempo, essas pessoas dizem: “Mas eu sou contra a retirada do direito que o povo tem de opinar, porque essa é uma conquista histórica, construída nesta Casa”.

Deputados e deputadas, eu faço um apelo aqui: vamos manter o referendo. Eu me comprometo aqui, nesta Casa, a ajudar com o projeto. Já falei aqui várias vezes, mas, só para os senhores e as senhoras terem ideia, eu construí um projeto de organização do referendo. É um projeto que regulamenta como o referendo aconteceria, porque, na verdade, a Constituição colocou o referendo, mas não estabeleceu regras para esse instrumento.

Eu queria voltar a uma fala minha de ontem. O dono de tudo isso aqui, aquele que impôs essa votação impopular e antidemocrática se chama Romeu Zema, junto com o seu vice. É essa a dupla. Nós temos que mirar nele. Foi ele que prometeu que iria vender o nosso patrimônio; foi ele que, num *podcast,* esta semana, quando provocado sobre a situação da Sabesp, não sabia o que responder, porque não tem compromisso nenhum com o povo mineiro. O seu compromisso é com um grupo de empresários com que se reuniu na Faria Lima e prometeu que iria entregar o nosso patrimônio. É por isso que mais vez eu digo que a minha história, o meu DNA, a minha digital, a minha trajetória não estará em nenhum momento ligada aos interesses desse mascate que envergonha a história de Minas, envergonha o nome daquele que dá o título a este Plenário Juscelino Kubitschek. Que vergonha ser governado por Romeu Zema! Estamos na luta!

O presidente – Obrigado, deputado Professor Cleiton. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bom dia. Um bom-dia muito especial aos trabalhadores da Copasa que estão em greve; bom dia aos trabalhadores da educação, em paralisação hoje, na luta contra a privatização e a terceirização do serviço das ASBs; bom dia ao Sindieletro, também parando no dia de hoje, na luta; bom dia à CUT, que chamou os seus sindicatos para essa paralisação geral nesse dia tão importante; bom dia à CSP-Conlutas, que está presente também; bom dia aos atingidos do crime da Vale, da Samarco e da BHP – a gente tem sempre que falar o nome das criminosas –, que estão em luta rememorando os 10 anos de um crime que assassinou 20 pessoas e toda a Bacia do Rio Doce e que fazem um ato na parte externa da Assembleia neste momento. Quero dar um bom-dia ainda ao Sindágua, que tem uma jornada de lutas difícil. Cumprimento os servidores do meio ambiente, do Sindsema, que estão em greve há 66 dias; o movimento popular e o movimento social, que estão sempre presentes. É uma característica de Minas Gerais ter uma luta forte e uma atuação dos movimentos populares e sociais, além do movimento sindical. Bom dia, colegas deputados; bom dia, presidente, bom dia a toda a Mesa da Casa.

Pessoal, primeiramente, eu queria dizer que se alguém está achando que é uma corrida de 100m, e, portanto, vamos fazer rápido… Cumprimento a vereadora Cida, de Ipatinga, presente na luta. É uma maravilha ver vereadoras do lado certo, que é o lado do povo! Obrigada, Cida, pela presença e pelo trabalho lá em Ipatinga. Ela é a mulher mais votada na cidade e vem fazendo uma luta gigante. Eu dizia que se alguém acha que é uma corrida de 100m, pode respirar, tomar um copo d'água, enquanto a gente tem água de qualidade da Copasa, porque não será uma corrida de 100m. Nós vamos fazer toda a luta. E não adianta… A gente não diminuiu o ritmo da luta no 1º turno da votação, quando o governo conseguiu colocar aqui um placar de 52 votos. Eu sou deputada estadual há sete anos e perco a maioria das lutas que faço, das emendas que apresento aqui, neste Plenário, mas isso não diminui a minha disposição de, no dia seguinte, fazer a mesma luta ou fazer uma luta ainda mais importante. Essa não é a pauta que a população mineira esperava do Parlamento, essa não é a pauta que a população mineira quer que o Parlamento entregue a ela, que é retirar o seu direito de decidir sobre um patrimônio. Não é nem sobre ainda a privatização, como bem alertou o deputado Professor Cleiton. É sobre o direito da pessoa de decidir sobre algo que é dela, não é meu individualmente. E essa insistência em pautar algo impopular…

Seria tão bom se a TV Assembleia pudesse – não pode porque tem que ficar aqui, no Plenário – mostrar, primeiro, as galerias completamente tomadas pelo povo, e depois, o entorno da Assembleia! Nesse momento, nós devemos ter, do lado de fora, 5 mil, 10 mil pessoas. Como a Assembleia avança com uma pauta impopular, uma pauta que não interessa à população mineira? Essa é a pauta do governo Zema. Eu queria fazer essa observação importante, porque, quando a pauta vem para a Assembleia, de fato, há um giro de responsabilidade e de luta política no Parlamento. A quem interessa a gente parar de falar do governador Romeu Zema e do seu vice? É assim que o vice se apresenta, não é? É um vice desconhecido e rejeitado. Então a propaganda é assim: vice do Zema. Que político é esse que precisa se apresentar como vice do Zema? A quem interessa que nós paremos de falar do governador?

Eu queria deixar esse debate, que é de conjuntura do nosso estado… Se nós nos esquecermos do responsável que assinou essa PEC, faremos um jogo que pode beneficiar muitos grupos políticos, deixando o vice do Zema – é assim que ele se apresenta –

livre para tentar construir uma imagem. Essa PEC só está em debate… Isso também não quer dizer, gente, tirar a responsabilidade do Parlamento. Na hora que a gente vota, a gente está colocando a nossa digital. De um lado ou do outro, não há como fugir. O governador Romeu Zema, que precisa se posicionar numa disputa nacional, e o seu vice, que precisa se fazer conhecido e amado, pois é o mais rejeitado numa disputa estadual, precisam ser lembrados da sua responsabilidade. Só existe a PEC nº 24 porque há um governador, com o seu vice, que querem essa privatização. A insistência nessa pauta está revelando muitos interesses econômicos, está demonstrando como a privatização é lucrativa para alguns, como a privatização é lucrativa para alguns na véspera do período eleitoral. Então essa insistência demonstra que, mesmo com uma pauta tão impopular, uma pauta que é rejeitada pela população… Eu não encontro ninguém que defenda essa retirada do referendo, além desses (– Inaudível.) 52, além do governador e do seu vice. É a pauta mais impopular do último período. Desde o período em que eu estou aqui como deputada estadual, é a pauta mais impopular. Então, é preciso tentar compreender aquilo que a gente não vai ver, porque não vêm para a tribuna, não colocam a cara na galeria, não colocam a sua bandeira: os grupos e interesses econômicos que estão jogando muito pesado para que essa votação aconteça.

Mas o primeiro recado da minha primeira intervenção aqui é: essa pauta não passará sem luta nesta Casa. Nós lutamos com todas as nossas forças e com todo o Regimento Interno, como conseguimos fazer a discussão, pelo tempo que for necessário. Existem pautas que o povo não esquece. Querer fazer essa agenda neste ano para, em 2026, quando se fica mais perto do período eleitoral, as pessoas já terem esquecido isso, principalmente pelos benefícios que são levados aos municípios via emendas parlamentares… Há pautas que o povo não esquece. Há pautas que carimbam um desgaste que fica para sempre, por aquilo que se decidiu.

Estamos fazendo os alertas, fazemos o debate, fazemos as discussões porque nós vamos fazer toda a luta. E a luta parlamentar é uma luta necessária. Uma luta necessária. A luta popular, sindical, a ocupação das ruas, é uma luta fundamental. E a luta parlamentar também é uma luta necessária. Então, nessa minha primeira fala de encaminhamento de obstrução, eu quero trazer um pouco do que vai ser este nosso período de lutas.

Eu estou vendo o pessoal do MAM. Então, deixem que eu cumprimente o pessoal do MAM, presente nesta luta importantíssima e fundamental. Eu vi o MST, então também quero cumprimentar as companheiras e os companheiros do MST. Ao finalizar, eu quero fazer um cumprimento porque, na manhã de hoje, nós recebemos nesta Casa o ministro do governo Lula Guilherme Boulos. Ele esteve conosco e esclareceu que essa pauta não tem nada a ver com o Propag, e achei muito importante a fala dele, que eu quero compartilhar com todos os colegas e com todos que acompanham este debate. Ele disse de forma muito objetiva: o governo Lula não defende privatização de saneamento básico. (– Manifestação nas galerias.)

Então, essa agenda não é uma agenda que tenha a ver com o Propag, que tenha a ver com o pagamento de dívida com a União. É uma decisão política fazer avançar a privatização da Copasa. E nós vamos fazer a luta e a resistência. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Marquinho Lemos.

O deputado Marquinho Lemos – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas deputados e deputadas. Bom dia também a todos vocês que estão aqui, não só hoje, mas já há mais tempo, nesta luta contra a PEC nº 24. Olhem, eu, primeiro, quero dizer para vocês que a gente vem aqui em um momento que não dá para entender. Eu sou do interior, eu venho do Jequitinhonha, e sei muito bem da importância de termos um serviço público e, principalmente, uma empresa como a Copasa. Se não fosse a Copasa… Se não fosse o fato de ela ser uma empresa pública, eu tenho certeza de que muitas cidades e muitos distritos estariam ainda piores do que como, às vezes, é falado aqui. Eu quero entender. Eu vejo, às vezes, em alguns vídeos, em algumas postagens, até mesmo de deputados… Eu vejo, às vezes, algumas postagens, até de colegas deputados, e eu não entendo: ficam mostrando torneiras sem água ou com águas barrentas, vermelhas, saindo da torneira, alegando que isso é por ineficiência da Copasa, alegando que isso é por um mau serviço prestado pela Copasa e que, por isso, ela tem que ser privatizada. O que eles falam é isto: “Ah, a Copasa hoje não tem a aprovação da população mineira. Por isso ela tem que ser privatizada”.

Se é assim, se a Copasa não tem a aprovação dos mineiros, se a Copasa não tem a aceitação e a defesa dos mineiros para que continue sendo uma empresa estatal, então, por que não fazer como nós desejamos e como está na lei? Por que não fazer a consulta pública? (– Manifestação nas galerias.) Vamos perguntar ao povo mineiro se ele é a favor ou contra a venda da Copasa. Com certeza, se vocês que criticam, que postam falta de água, água barrenta saindo da torneira… Com certeza vocês já sabem que o povo mineiro vai aprovar a venda da Copasa. Então, vamos fazer o referendo. Por que nós temos que tirar esse direito do povo?

E é bom a gente lembrar… E nos deixa muito tristes… Era para a gente estar aqui debatendo, Doutor Jean Freire – que, também conterrâneo do Jequitinhonha, sabe disso… Que bom seria se, ao longo de todos esses dias em que estamos aqui, nós estivéssemos debatendo mais investimento no saneamento, se estivéssemos debatendo melhoria da qualidade de serviço, se estivéssemos, todos os deputados, dedicando todo esse tempo para entregar um serviço melhor de saneamento em toda a Minas Gerais. Dinheiro existe.

Eu quero registrar aqui: que interesse tão grande pela Copasa é esse? Olhem, se ela não presta um bom serviço, então por que nós estamos enfrentando aqui uma vontade tão grande dos empresários para pegarem a Copasa? Eu quero falar de alguns números, que é o que está por trás disso. Ninguém está aqui falando de investimento. Em momento algum nós ouvimos nem os que defendem a privatização da Copasa e o fim da consulta popular… Eu nunca ouvi eles falando que isso vai melhorar e que vai haver mais investimento. Aí, a gente começa a perceber – e a população mineira tem que saber – qual é o interesse.

O interesse está aqui: em 2021, a Copasa teve uma arrecadação de R$5.000.000.000,00, com um lucro líquido de R$967.000.000,00. Em 2022, a Copasa teve uma arrecadação de R$5.400.000.000,00 e um lucro líquido de R$956.000.000,00. Em 2023, a Copasa teve uma arrecadação de R$6.200.000.000,00 e um lucro líquido de R$1.200.000.000,00. Em 2024, teve um lucro líquido de R$1.320.000.000,00. Já agora, em 2025, no primeiro trimestre, R$428.000.000,00 em lucro líquido. Agora, no segundo trimestre, R$300.000.000,00 em lucro líquido. Então, é aí que está o interesse. O interesse não está em melhorar o serviço para o povo mineiro. O interesse não está em trazer uma melhor qualidade e, de fato, atender o saneamento, de que ainda temos deficiência em muitas e muitas cidades e distritos de Minas Gerais. Nós estamos preocupados não é com o fato de se levar água potável de qualidade para todos os mineiros e todas as mineiras. O que está sendo discutido aqui… E, pelo jeito, esse é o maior interesse. É por isso que estão nessa pressa. Esse requerimento, em que estamos pedindo o adiamento desta discussão, é para que consigamos convencer e demonstrar aos outros colegas deputados que nada vai melhorar quando se privatizar a Copasa. Nada vai melhorar. Nós vamos continuar. Como já aconteceu em vários países, o que pode acontecer em Minas Gerais não vai ser diferente. Logo, logo, em regiões como a nossa – Jequitinhonha, Norte de Minas, Mucuri –, que têm dificuldade de acesso à água, vamos ver o serviço piorando, porque os empresários que virarem donos da Copasa vão ter interesse onde dá lucro; eles vão querer onde dá lucro: as grandes cidades, os grandes centros e onde há água em abundância. Eles não vão se preocupar muito com a nossa região, e nós sabemos disso.

É importante a gente lembrar, como um registro: Rio de Janeiro, concessão do serviço de água e esgoto em 2021 – aumento abusivo de água, tarifas sociais superando as de São Paulo, com muitos cortes. Manaus, serviço privatizado há mais de 20 anos – em 2020, 80% dos moradores da capital sofriam com falta de esgotamento sanitário e com falta de água nas torneiras. Na França, foi privatizado o serviço de água e de saneamento em 1985. E o que aconteceu? Aumentos tarifários, falta de transparência e piora no serviço de abastecimento e de distribuição de água. O que foi feito em 2010? Foi remunicipalizado o serviço de água e o saneamento na França. Foi assim em vários países. É bom a gente lembrar que a privatização da Sabesp foi na contramão da tendência global. Um estudo do Instituto Transnacional da Holanda indica que mais de duzentas cidades já reestatizaram seus serviços de saneamento básico. Então, se já temos experiência, se já temos exemplos de onde isso não deu certo, para que insistir nisso e querer fazer a mesma coisa em Minas Gerais? Estamos juntos! Não à PEC nº 24.

O presidente (deputado Gustavo Santana) – Obrigado, deputado Marquinho Lemos. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Bom dia, Sr. Presidente, todo o público presente, trabalhadores da Copasa, trabalhadores de outras empresas estatais, secretarias, professores, professoras, trabalhadores do meio ambiente e telespectadores. Nós temos que honrar esta camisa! Temos que honrar esta camisa! É bom para todo o mundo ver, nas redes sociais e na televisão: "Água da privada não dá para engolir".

Companheiros e companheiras, triste dia de votação hoje: exatamente no dia em que se completam 10 anos de um dos maiores crimes ambientais e trabalhistas da história do Brasil e de Minas Gerais, o crime de Mariana e, mais à frente, o crime de Brumadinho, que matou quase trezentas pessoas e foi o maior crime trabalhista da história deste país. E as empresas privadas já sabiam que isso poderia acontecer, mas não fizeram absolutamente nada. Esse é o exemplo do que é uma companhia que era pública se transformar numa empresa, numa companhia privada, como estão tentando fazer agora com a Copasa.

Trabalhadores, vim a esta tribuna exatamente para poder denunciar essa situação que estamos vivendo. Como eu disse na leitura da ata, privatizar uma empresa de saneamento é fazer com que a água fique mais cara para a população mineira. A qualidade vai cair, e pode haver muitas pessoas sendo demitidas nesse processo, porque, para aumentar os seus lucros, inclusive, eles dependem do aumento do valor da água, mas também da necessidade de demitir as pessoas, para terem menos gastos com a companhia. Essa é uma experiência já vivida em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros estados brasileiros. Depois isso dá problema. Citei uma determinada época do setor de energia de São Paulo em que foram demitidos 30% dos trabalhadores. Agora, quando dá uma ventania em São Paulo e cai árvore, não tem gente para resolver o problema, porque 30% dos trabalhadores foram demitidos. Na Grande São Paulo, ficam cinco dias, seis dias, sete dias sem luz. Esse é um exemplo do que pode acontecer, porque, se a Copasa for privatizada e, em seguida, a Gasmig, como já tentaram fazer aqui – outro dia, colocaram uma emenda nessa discussão para privatizar também a Gasmig, mas ela foi retirada –, isso pode acontecer com a Cemig.

E a gente já falou várias vezes. É uma pena que os deputados e as deputadas da base do governo não estejam aqui para nos ouvir, mas vamos repetir isso várias vezes, porque isso vai chegar ao ouvido deles: a privatização da Copasa não tem nada a ver com o Propag. Exatamente, nem aderimos ao Propag ainda. Obrigado, você está ajudando o meu discurso. Não aderimos ao Propag. Vão querer vender a empresa por R$3.000.000.000,00 a R$4.000.000.000,00, e depois ela vai receber o investimento de R$11.000.000.000,00. Não vai ser mais a empresa pública, vai ser a empresa privada que vai receber o investimento de R$11.000.000.000,00, que vem dos crimes de Brumadinho e de Mariana. Olhem que coisa mais estranha a que estamos assistindo aqui. Ele não quer privatizar a Copasa para sanar o débito ou dar entrada na adesão ao Propag, porque isso vai representar muito pouco, muito pouco dos 20% necessários de entrada para aderir ao Propag. Aliás, quando o governador Romeu Zema entrou, a dívida estava em torno de R$100.000.000.000,00 e, agora, como ele não pagou nada, nós chegamos próximo a R$200.000.000.000,00. Ou seja, você precisa de algo em torno de R$40.000.000.000,00 ou de R$20.000.000.000,00, dependendo do que ele vai escolher em relação a essa entrada, a essa adesão ao Propag. E a Copasa, no máximo, vai ter R$3.000.000.000,00, R$3.500.000.000,00.

O que está acontecendo, gente? O que está acontecendo é a entrega de uma companhia de saneamento, que é considerada uma das melhores do mundo, a melhor do Brasil, para uma empresa privada, para bancos. E o BTG Pactual é o banco que foi mais visto aqui nas redondezas, conversando com o governador, conversando com deputados e deputadas, a fim de captar essa empresa que vai dar muito lucro para os patrões. Eles querem fazer acreditar que isso tem a ver com o Propag, mas é uma mentira deslavada, é uma falsidade. O Estado, repito, precisa abater 20% da dívida, e não é com a Copasa que isso vai acontecer. É um verdadeiro absurdo! (– Manifestação nas galerias.) A Copasa, que estuda como ampliar o esgotamento sanitário para mais cidades… E ainda se tenta passar uma PEC para calar a voz do povo, retirando a possibilidade de o povo opinar se quer privatizar ou não.

Eu trouxe alguns exemplos de matérias que saíram na imprensa: *Itatiaia*: "A maioria dos mineiros quer manter direito de opinar sobre a privatização da Copasa". *Estado de Minas* – isso é tudo recente: "População mineira é contra a privatização de estatais, diz consulta na Assembleia Legislativa". *Brasil de fato*: Plebiscito popular consulta mais de 300 mil em Minas Gerais e 95% é contra

a privatização das estatais". *Datatempo*, jornal *O Tempo:* "Maioria é contra privatizar empresas estatais". Aqui, no *site* da Assembleia Legislativa, a população opina sobre a PEC: "Até agora, mais de doze mil pessoas são contra e pouco mais de trezentas pessoas são a favor". *Hora do Povo*: "Privatizações fazem explodir tarifas e pioram muito a vida dos brasileiros". São exemplos de privatizações que ocorreram em Minas, no Brasil e no mundo. Em Pará de Minas, houve uma promessa inicial, durante o processo de licenciamento, em que a empresa afirmou que haveria redução nas tarifas. Houve uma queda inicial, naquele momento, de 3%. Veja o que aconteceu depois: em pouco tempo, as tarifas aumentaram, exponencialmente, mais de 86% para famílias que utilizam a tarifa social e mais de 35% para os demais usuários residenciais. Fora Ouro Preto – assim que eu tiver outra oportunidade para falar, nós vamos citá-la aqui.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu vou retornar à Comissão de Trabalho, Previdência e Assistência Social, onde, daqui a pouco, vamos iniciar uma audiência pública, mais uma vez, sobre a Copasa. Há bastante gente lá, agora. E é preciso manter a mobilização dentro do Plenário, em todas as áreas que a gente possa ocupar dentro da Assembleia Legislativa. Muito obrigado. Força na luta para todo mundo!

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lucas Lasmar.

O deputado Lucas Lasmar – Bom dia, copasianos. Quero deixar a minha opinião a todos que estão aqui, no Plenário. Quem é inimigo da Copasa é o governador Zema, não é o presidente da Assembleia. Ele é um cara que, se não estivesse aqui, o Estado já teria sido vendido no ano passado e em 2023. Então nós temos que dar esse crédito ao presidente da Assembleia. Ele é uma pessoa que dá voz à oposição, porque senão o governo ia tratorar o nosso estado, como estão tentando tratorar o direito de vocês aqui, na Assembleia Legislativa.

Oposição tem que ser feita de forma inteligente. Ontem, colocaram fogo na porta da casa do presidente da Assembleia. Quem movimenta aqui para os deputados votarem para tirar o plebiscito é o governo do Estado. É lá que se tem que fazer a nossa manifestação e é preciso respeitar quem dá espaço para nós na Assembleia. Deixo a minha opinião, presidente: oposição tem que ser feita de forma inteligente. Primeiro… e quero deixar a minha opinião e pedir essa conscientização de todos da Copasa que estão na Assembleia Legislativa. O primeiro passo… quero deixar registrado e me justificar: não estive aqui na votação do 1º turno por questões pessoais, mas eu não estou à venda, não. Estou aqui e vou votar junto com vocês. Sabe por quê? Porque político tem que ter coerência, e o nosso presidente da Assembleia tem coerência. Por isso eu peço respeito a ele.

Agora, nós temos que lembrar que quem é o inimigo do Estado de Minas Gerais é o governador Zema. É ele que utiliza todos os dividendos que são gerados com o trabalho de vocês, como trabalhadores da Copasa. Só no ano passado, foram R$400.000.000,00. Para onde foi? Para aumentar a isenção fiscal para os amigos do governador. O governo do Estado, na direção ao que nós vimos nos dados, investe apenas R$100,00 por habitante em questão de saneamento, R$100,00. A média nacional é R$126,00. Essa diferença é culpa do governador que não investe, não reinveste os dividendos e os juros sobre capitais que a Copasa coloca na mão dos acionistas, porque o governo é um acionista que tem a maioria. É importante nós destacarmos isso.

A meta do marco legal, até 2033, é 99% de água tratada e 90% de coleta e tratamento de esgoto. Será que o poder privado vai poder resolver esse problema do nosso estado? Não vai. Sabe o que eles vão querer fazer? Aumentar as tarifas e aumentar os dividendos. É isso que o mercado financeiro está preparado para fazer. E quem vai decidir isso são os deputados. E quem é inimigo da Copasa tem nome e sobrenome: governador Zema e vice-governador Mateus Simões. Todos vocês que estão aqui têm que começar uma campanha contra o vice-governador, que quer ser governador futuro. É ele que não respeita os servidores da Copasa. Essa é a realidade dos fatos.

Nós temos que lembrar um fato importante: as ações provam a incoerência do governo. Prometeram estradas melhores para os mineiros. Não conseguiram entregar. Colocaram pedágios para todo o lado no Estado de Minas Gerais, e quem vai pagar para

melhorar as nossas estradas é o povo. Falaram que ia melhorar o plano de saúde do Ipsemg para os servidores. Aumentaram a contribuição dos servidores e, até agora, não há melhora na assistência. E agora querem vender a Copasa para fazer o melhor saneamento básico do nosso estado.

Vão aumentar as tarifas e não vão resolver o problema. O governador Zema vai ser lembrado como um dos maiores mentirosos e marqueteiros do nosso estado. Onde está esse estado que ele vende na rede social? Agora tenta surfar no tema da segurança pública. O policial no nosso estado está andando com colete vencido. Quem mantém a Polícia Civil funcionando são os prefeitos, que pagam combustível e colocam atendente em delegacia. Não há atendente em delegacia do nosso Estado de Minas Gerais. Cortaram combustível para a Polícia Civil fazer investigação, gente! Eles acham que os policiais são onipresentes, que não precisam de combustível, que não precisam de colete para irem à rua confrontar bandido. Esse é o governador em que muitos mineiros acreditam.

Nós, da oposição, estamos aqui, na Assembleia Legislativa, com coragem e lutamos contra um governo que está despejando emendas parlamentares em troca de voto, mas estaremos sempre aqui para defender os interesses da Copasa e dos servidores e fazer o voto consciente, que não vai impactar a vida dos mineiros no ano que vem, mas, sim, daqui a 5, 10 anos. É importante, sim, lembrar quem vai estar aqui para votar. Essa é a democracia. Nós temos também que saber que cada voto tem consequência na urna para o Estado de Minas Gerais. E o meu voto vai ser com vocês da Copasa, porque sei o tanto que trabalham para fazer o saneamento funcionar. Vocês levantam as demandas que precisam de investimento em suas áreas para resolverem os problemas dos mineiros, e a chefia que o governo Zema indicou as nega para prejudicar a empresa e dar à Copasa uma imagem negativa, a fim de obter apoio popular e vendê-la para os amigos que fazem doações para a campanha do governo oficialmente. Não tem vergonha na cara! Empresas receberam isenções fiscais bilionárias em áreas que não fazem sentido nenhum! Locadora de carro é essencial para o nosso estado?

Em apenas um item: R$1.000.000.000,00. (– Manifestação nas galerias.) Com R$1.000.000.000,00 seria possível fazer quantas estações de tratamento de esgoto, Copasa? Quantas estações de tratamento de água? Essa é a política pública de verdade, é aquela que deixa um legado. O legado que o Zema vai deixar é uma dívida implodida da qual ele é o protagonista. Ele se diz herdeiro, diz que a dívida não é dele, mas a aumentou em 50%! Negligência tem custo, governador! Se o senhor estivesse pagando a dívida em dia, não precisaríamos estar vendendo as nossas estatais nem os terrenos do Estado, conforme o senhor quer, assim como vender aeroportos, vender terrenos onde há Apaes, vender hospitais, vender a Universidade Estadual de Minas Gerais. É assim que o senhor será lembrado! A política pública foi feita para servir à população, por meio de um estado forte e de servidores capacitados para transformar a vida dos mineiros.

O governo anunciou bilhões de reais em investimento na Copasa nos próximos anos e diz que, se a Copasa for vendida – não com o meu voto –, valerá em torno de R$4.000.000.000,00. Nunca, nunca! Entraremos na Justiça caso o valor seja esse, porque a Copasa vale mais de R$10.000.000.000,00, R$15.000.000.000,00, R$20.000.000.000,00, principalmente pelo conhecimento que tem cada servidor que dedicou a sua vida a essa empresa. Essa é a realidade! Esse conhecimento é imensurável. Essa é a realidade!

Então, desculpem-me a franqueza! Peço a vocês que, realmente, façam essa reflexão quanto ao que falei sobre a questão desta Casa. O inimigo do povo é o governador Zema. Vamos juntos! Contem com o meu voto aqui, no Plenário, hoje, neste 2º turno. Estamos juntos!

O presidente – Muito obrigado, deputado Lucas Lasmar, querido amigo. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Bom dia, gente; bom dia a todos os "copasianos", a todos os servidores do meio ambiente, a todos os professores, a todos os trabalhadores da segurança pública, a todo mundo que está aqui hoje para fortalecer essa luta, a fim de que consigamos sensibilizar os colegas deputados e impedir a aprovação, em 2º turno, da PEC do Referendo. Bom dia para vocês, gente!

Pessoal, tenho algumas coisas sobre as quais quero fazer uma reflexão, mas, no início da minha fala, eu queria deixar uma coisa pactuada aqui, ou pelo menos tentar pactuá-la. Eu aprendi uma coisa muito cedo na minha vida. As relações em que só podemos dizer "sim" ou concordar não são legítimas, não são nem relações legítimas de amizade, nem relações legítimas do ponto de vista de uma relação profissional, do trabalho, nem relações legítimas em nenhuma outra esfera da vida. Isso aí é sequestro. Quando só podemos falar "sim" e concordar – e isso vale para qualquer âmbito da nossa vida –, o que temos é um sequestro e não uma relação legítima. Então eu queria fazer essa reflexão inicialmente para que pudéssemos conversar sobre algumas coisas que considero importantes, porque o correr da vida embrulha tudo, não é? O Guimarães Rosa já escreveu isso. Como ele embrulha tudo, corre o risco, presidente, de as coisas ficarem esquecidas. Acho que memória é algo importante para que, neste momento do correr da vida embrulhando tudo, não nos esqueçamos de algumas coisas fundamentais.

Qual era o jeito como o Zema queria pagar a dívida? Vocês se lembram? Regime de Recuperação Fiscal. Todo mundo se lembra do Regime de Recuperação Fiscal? (– Manifestação nas galerias.) O Regime de Recuperação Fiscal era a pior maneira, a maneira que mais penalizaria o serviço público, a maneira que faria com que os nossos servidores ficassem 10 anos sem reajuste e não pudéssemos fazer concurso. Isso seria a falência completa de Minas Gerais. E pior: ao fim do processo, teríamos uma dívida maior do que a dívida contratada inicialmente. Vocês se recordam de quais foram os atores que articularam para que tivéssemos a construção do Propag? Vamos nos lembrar, então!

Primeiro, tivemos aqui, na Casa, uma resistência, especialmente durante a última legislatura, do bloco de oposição. Eu não estava na Casa, mas quero cumprimentar, na pessoa da deputada Andréia e da deputada Ana Paula, todos os deputados da oposição que estavam na última legislatura. Eles fizeram um debate para que o Regime de Recuperação Fiscal não fosse aprovado porque corríamos muito risco. O Zema estava sanguinário, querendo aprovar aquilo. À época, tivemos também deputados do centro democrático que resistiram ao Regime de Recuperação Fiscal. Quero agradecer a cada uma e a cada um deles também por essa posição. À época, tivemos o então presidente da Assembleia, o deputado Agostinho Patrus, que hoje está lá no Tribunal de Contas, demonstrando, a todo momento, insatisfação com aquela proposta.

O tempo passou. O Zema foi reeleito no segundo turno. Inequivocamente, precisamos reconhecer que isso demonstrou uma força política e aumentou a pressão sobre esta Casa para resistir aos desmandos dele. Naquele momento, o governo não queria o deputado Tadeu como presidente da Assembleia. Isso precisa ser dito. O governo tentou articular 200 mil pessoas. O Tadeu era visto como independente demais. Não sei se o presidente se lembra disso, mas eu me lembro. Lembro-me de que o presidente era visto como independente demais e que também havia problema porque o presidente era apoiado integralmente por cada um e cada uma de nós, do bloco da oposição, do Bloco Democracia e Luta. Cada um e cada uma de nós queríamos que o presidente Tadeu fosse para essa cadeira. A verdade e a história todo mundo sabe como aconteceu. Ele foi eleito numa chapa de consenso porque o governo percebeu que perderia e que conseguiríamos elegê-lo presidente da Assembleia de toda forma.

O governo retornou a sua pressão para que votássemos o Regime de Recuperação Fiscal aqui. E por que a gente não votou o Regime de Recuperação Fiscal, sendo que o governo tinha a maioria? Nós, da oposição, fazíamos um importante trabalho de obstrução. Mas por que ele não votou? O governo não votou porque o presidente Tadeu não quis. Isso precisa ser dito. (– Manifestação nas galerias.) O governo não votou o Regime de Recuperação Fiscal porque o presidente Tadeu ouviu a oposição e foi até o senador Rodrigo Pacheco construir o Propag. E isso precisa ser dito. Essa história precisa ser contada, porque, no momento em que, eventualmente, a gente discorda da postura que qualquer colega, amigo, parlamentar está tendo, a gente não pode se esquecer de toda a história. Nós só podemos discutir o Propag hoje porque o presidente do Poder Legislativo de Minas Gerais abraçou a reclamação da oposição, abraçou a nossa proposta e construiu, com o então presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco – que é mineiro e muito nos orgulha –, o Propag.

Eu quis trazer toda essa história porque é importante ela ser lembrada, especialmente nos momentos em que, eventualmente, a gente discorda de alguma coisa. Presidente Tadeu, muito obrigada por ter construído o Propag para nós. Obrigada por ter nos ouvido e por andar conosco aqui na Casa. Saiba que, se a eleição da Assembleia fosse hoje, o nosso bloco de oposição estaria do seu lado da mesma maneira, porque a gente sabe que é muito importante ter um presidente independente.

Quero dizer a cada um e a cada uma de vocês que precisamos cobrar do governo Zema, porque é de lá que essas propostas saem. Essas propostas não foram geradas aqui, no Poder Legislativo. Quem assina a PEC nº 24 é o governo do Estado. E há duas grandes coisas que o governo do Estado precisa explicar antes de votarmos isso aqui hoje. Há duas grandes coisas, e a primeira delas diz respeito às isenções fiscais. Gente, nós temos R$25.000.000.000,00 em isenções fiscais que constam na Lei Orçamentária Anual. Nós temos R$25.000.000.000,00! Quando o Zema assumiu, esse valor era de pouco mais de R$5.000.000.000,00. Era uma loucura! Como esse homem fez aumentar em R$20.000.000.000,00 as isenções fiscais?

Faço, em público, um pedido ao presidente Tadeu: no dia 8 de maio, Tadeu, o vice-governador veio a esta Casa e prometeu – porque quis, não estava com um saco na cabeça, não estava amarrado, não estava pendurado no pau de arara, não estava tomando choque nas partes íntimas; graças a Deus, não defendemos nada disso –, mas prometeu, porque quis, que traria transparência às isenções em Minas Gerais. Ele prometeu isso no Poder Legislativo. Isso não pode ficar liso desse jeito. Ele não pode simplesmente não cumprir esse combinado, essa promessa, e isso ficar por isso mesmo.

Eu entendo que ele não pode simplesmente descumprir esse combinado, o qual ele fez porque quis, com o Poder Legislativo, e isso ficar por isso mesmo. Presidente, se precisamos levantar R$34.000.000.000,00 para os 20% – eu entendo que isso é efetivamente importante –, não podemos lidar com uma isenção que aumentou de R$5.000.000.000,00 para R$25.000.000.000,00, sendo que o governo se comprometeu a trazer transparência e até hoje não sabemos o que há ali.

Outro sigilo que precisamos enfrentar é o da Codemig. A forma como o governo do Estado tem tratado o Parlamento é muito desrespeitosa. Sabemos que existem interesses econômicos que, eventualmente, por regras de mercado, talvez não possam ir à imprensa. Mas isso deveria ser aberto minimamente para que o Parlamento soubesse qual é a expectativa de valor, para que os setores mais afetados soubessem o que há de expectativa de valor. Assim, poderíamos saber se efetivamente chegamos aos 20% e aos R$34.000.000.000,00. O que o governo está fazendo com a gente, presidente, é um sequestro. Ele não nos dá o valor das isenções, não nos dá o valor da Codemig e diz: "O Poder Legislativo tem que me autorizar a vender, porque eu tenho um prazo, preciso chegar aos R$34.000.000.000,00 para apresentar ao governo e estou apertado". Isso é sequestro. Não podemos aceitar uma coisa dessas. Então, presidente, eu faço este pedido público: que você reforce ao governo do Estado que precisamos dos valores das isenções. Vamos falar mais sobre isso hoje.

Quero agradecer a cada um e a cada uma de vocês que assinaram nosso abaixo-assinado contra a privatização da Copasa, que chegou a 10 mil assinaturas em menos de 24 horas e já está com 30 mil assinaturas. Se cada um de vocês mandar para a família, para os amigos, para o grupo da farra no sítio no fim de semana, teremos condição de chegar a mais gente e mobilizar a sociedade, porque a política e a vida acontecem no município. Na hora em que a gente vai pedir voto, a gente não faz isso no Plenário da Assembleia, não, a gente pede voto é lá na cidade. Eu peço voto é lá em Carmópolis, é lá em Divinópolis, é lá em Cajuru, é lá em Pirapora. É na cidade que a gente pede voto, e as pessoas nas cidades precisam saber o que está para acontecer com Minas Gerais.

Portanto quero pedir a cada um e a cada uma de vocês: força na luta, sabedoria e estratégia. Quem gosta de banana com casca é o governador Romeu Zema. A gente precisa é se desviar delas. Sucesso para todos nós e muita força na luta!

O presidente – Obrigada, querida amiga deputada Lohanna. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Bom dia, caro presidente, Exmo. Deputado Tadeu Martins; bom dia, caros deputados e caras deputadas; bom dia a todo o povo que nos acompanha pela TV Assembleia e também das galerias, a todos os "copasianos" e "copasianas" e a todos aqueles que nos acompanham pelas nossas mídias sociais em todo o Estado.

Hoje é um dia muito importante para a história de Minas Gerais. Eu, que tive a oportunidade de estar aqui em 2001, trazendo documentos para o então, na época, nosso amigo deputado Ivo José, vice-presidente da Casa. Enquanto *office boy*, tive o privilégio de presenciar, naquela época, a construção da Emenda Complementar nº 50, que colocou na nossa Constituição Estadual o direito à consulta pública a todos os mineiros em relação a qualquer interesse da sociedade. Hoje me sinto muito triste em trazer a esta Casa um debate de retrocesso em relação àquilo que foi apresentado naquela época. Para nós, é realmente um dia de muita estranheza e de muito lamento.

Por isso, venho aqui, primeiro, pedir a esta Casa que possamos rever o posicionamento de cada um dos colegas que votaram a favor da proposta descabida do governador e que possamos enterrar esse posicionamento trazido aqui. Quero ainda dizer a cada um dos trabalhadores e a cada uma das trabalhadoras da Copasa que deveríamos estar debatendo hoje exatamente o contrário: investimentos do Estado para ampliar o saneamento; investimentos revertidos em boas remunerações aos trabalhadores e trabalhadoras "copasianos"; e, mais ainda, a garantia de acesso à água, porque água não é mercadoria. A água é um direito universal garantido pela ONU, pela Constituição Estadual e pela Constituição Federal.

Quero, primeiro, reforçar o coro do Bloco Democracia e Luta no pedido para que o requerimento apresentado pelo deputado Ulysses Gomes seja aprovado. Mas quero também deixar claro que o debate que fazemos aqui não é um debate de convencimento dos colegas parlamentares, até porque todo mundo já sabe quem tem aliança direta com o governador e quem tem aliança direta com os interesses do povo mineiro.

Queremos dizer que o que objetivamos para Minas Gerais é que todos nós tenhamos garantia do serviço de qualidade. E aí, muitas vezes, aquilo que não foi realizado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da Copasa não pode ser levado em confusão mental, em discordância, com aquilo em que a população tem acreditado. Nós sabemos que o trabalhador da Copasa trabalha 24 horas por dia, trabalha sábado, domingo, à noite, porque é ele quem garante a água na casa de cada um e de cada uma. Estamos aqui falando do que queremos para Minas Gerais: que os mais de três milhões e meio de pessoas que ainda não têm acesso à água potável possam ter acesso a esse bem precioso. Hoje falamos aqui, neste Plenário, o contrário: em vez de discutir uma proposta de emenda à Constituição que é descabida e vai contra o Estado Democrático de Direito, poderíamos discutir a implementação obrigatória do orçamento.

Não sei se vocês sabem, mas, todos os anos, a Copasa divulga, além da sua proposta de investimento, o balanço patrimonial e o lucro anual. Somente o lucro anual da Copasa, na casa de R$1.300.000.000,00, garantiria colocar água nos mais de 200 distritos de seus municípios, que até hoje sonham com água potável. Somente o lucro líquido da Copasa garantiria construir as adutoras de cidades como Ibiracatu e de cidades como Mamonas, que agora, no período da seca, sofrem sem saber como farão para levar água a quem mais precisa. Mas acho que o Estado tem procurado confundir a cabeça do cidadão mineiro, tentando, cada vez mais, destruir a imagem da Copasa. A Copasa, assim como a Cemig, é um patrimônio inviolável do cidadão mineiro e não pode ser, em momento algum, ferida. Por isso eu quero dizer que a votação dessa PEC hoje… É um dia realmente muito lastimável, é um dia triste, porque sabemos a que fim chegaremos. O cidadão mineiro saberá corresponder e observar os deputados e as deputadas que estiveram sempre ao lado do povo e os que estiveram sempre ao lado do governo. Não podemos dizer, gente, que um governo que prioriza isentar os grandes milionários em R$25.000.000.000,00 em isenção fiscal no orçamento de 2026, em detrimento de garantir R$2.000.000.000,00, que seria o orçamento para colocar água em todos os distritos, em todas as concessões garantidas pela Copasa… Então eu quero dizer que a nossa fala hoje é de pesar. Não esperava nunca que este Parlamento tivesse a capacidade de trazer um

retrocesso à Constituição de Minas Gerais. Mas pode ter certeza de que essa imagem, essa lástima, não terá o apoio deste deputado, não terá o apoio do Bloco Democracia e Luta. O Bloco Democracia e Luta não tem se curvado aos desmandos do governador.

De toda forma, eu quero cumprimentar o nosso presidente. Quero dizer, deputado Tadeu, que este deputado repudia qualquer ato antidemocrático contra este Parlamento, em especial contra o nosso presidente. Primeiro porque nós estamos numa Casa onde é o diálogo, o debate que tem que prevalecer. E aí todo o mundo tem que saber, com clareza, que aquilo que vier a ser aprovado aqui, na Assembleia Legislativa, será porque uma ampla maioria governista, com seus interesses, aprovou uma proposta descabida do governador e do vice-governador, e não a proposta da maioria do povo. Então quero dizer que o nosso sentimento hoje é de pesar, mas, ao mesmo tempo, um sentimento de luta, porque sabemos que, ao longo do dia, teremos aqui um debate caloroso, mesmo que seja um debate unitário, um debate para a população mineira saber quem realmente defende a água de qualidade, quem realmente defende a devolução de recursos pagos pelo contribuinte em forma de serviços, em forma de garantia de prestação de serviços.

É muito estranho, gente, principalmente hoje, termos aqui diversos colegas parlamentares que falam, no dia a dia, que são eles que trabalham para levar água ao distrito, para levar a ampliação de serviços da Copasa a diversas comunidades. E eles vêm aqui hoje votar contra esse mesmo povo. Queremos repudiar essa atitude. Realmente não dá para entender. Melhor seria se a população fosse esclarecida no dia a dia. Mais ainda: a nossa luta aqui, caros colegas deputados e colegas deputadas, é para fazermos com que o Estado cumpra a sua obrigação. Os contratos e os programas da Copasa mal fiscalizados pela Arsae, que agora, neste governo, caem em descaso, mostram a falta de efetividade do Estado. São mais de 200 distritos, como Santo Antônio da Boa Vista, que só foi atendido com o saneamento da Copasa em 2018, porque lá havia um governo que priorizou a água para as comunidades rurais, que priorizou a água para os distritos. Hoje temos mais de 200 localidades com mais de 3 mil habitantes que sonham com água potável nas suas torneiras.

Queria poder falar de vários assuntos, mas o tempo não me permite. Mas não poderia deixar de falar de um sentimento que nos traz aqui. Como se pode discutir, no mundo inteiro, a reestatização do saneamento e da água em cidades como Paris e Berlim e no próprio continente americano, e nós, no Brasil, querendo discutir a privatização? Ainda não é o momento, mas creio que não será longo. Estamos trazendo uma discussão que é importante, porque, no final das contas, quem mais pagará o preço disso é o cidadão mais pobre, é o cidadão mais carente, principalmente o das regiões e dos municípios que até hoje não tiveram acesso a um bem tão precioso. Enquanto vários colegas deputados do Sul Maravilha ou da Grande Belo Horizonte discutem internet *wi-fi* nas praças, discutem recapear pela 10ª ou 1.000ª vez a mesma avenida, trazemos aqui a demanda de um povo sofrido, barranqueiro, ribeirinho, pescador, vazanteiro, quilombola, das comunidades tradicionais de todos os gerais, que não têm água potável nas suas torneiras, que não têm luz em vários cantos e grotões dessas gerais.

Então o nosso desabafo é um pedido a esta Casa para votarmos e arquivarmos definitivamente esse projeto, caro presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Ricardo Campos, pelas suas palavras. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Luizinho.

O deputado Luizinho – Bom dia a todas e todos. Quero saudar os trabalhadores e as trabalhadoras da Copasa, os 10 mil trabalhadores da Copasa que estão aqui resistindo. Isso faz parte da democracia. A democracia pressupõe o confronto, o conflito de ideias. E é nesse confronto, nesse conflito, que a gente acaba achando um caminho de meio termo, que a gente acaba se encontrando. A democracia é assim.

Quero também saudar o presidente desta Casa. Tenho dito que o grande responsável por esse projeto é o governador Zema. É o governador, que está aí passeando, que está na internet e caçando *like* no TikTok, o grande responsável. Os 50 deputados que estão aqui, lógico, pressionam majoritariamente a presidência da Casa, e a Casa tem que fazer o seu papel de atender a maioria. O presidente é presidente de todos, mas atua democraticamente, conduzindo os trabalhos pela maioria. É a legitimidade da democracia. Se a sociedade elegeu os deputados que estão aqui, assim deve ser respeitada a democracia e assim o presidente faz a condução. Ou

seja, a condução da presidência desta Casa é tão somente no sentido de conduzir de acordo com o retrato que há da sociedade aqui, que são 50 deputados, que, claro, pressionam a presidência, e a presidência faz o seu papel. É bom a gente falar isso sempre, porque esse é o papel da presidência desta Casa. E devemos respeitar a democracia.

Também gostaria de dizer aos colegas deputados e às colegas deputadas que essa luta dos trabalhadores e das trabalhadoras da Copasa é porque são 10 mil trabalhadores – todos sabem e nós também. E a primeira vítima das privatizações são os trabalhadores. A metade deles será demitida; não há como segurar isso. Podem pôr na lei, podem por onde quer que seja, mas não se segura isso. Privatizou-se, demite-se; privatizou-se, reduzem-se salários. Cinco mil serão demitidos, e a outra parte, que não será demitida, terá salários reduzidos com o tempo. Isso é o que acontece em toda empresa que é privatizada. O capital, os fundos de investimentos, não terá nenhum sentimento, nenhuma preocupação com a vida das famílias desses trabalhadores e dessas trabalhadoras.

Então a angústia dos trabalhadores é essa; é o Zema; é o governador. Ele está tirando o sustento das famílias. O trabalhador da Copasa sabe que vai perder o emprego, sabe que a família vai passar necessidade, sabe que, provavelmente, pelos anos que tem na Copasa, não terá outra atividade na sociedade para sustentar a família. Por isso essa privatização é diferente de uma privatização de uma rodovia, de que nós reclamamos e por que lutamos, mas são R$15,00 que se paga lá. Você vai pagar uma vez, duas vezes, mas não se está mexendo no sustento de nenhuma família. É por isso que os trabalhadores e as trabalhadoras da Copasa estão mobilizados. Eles sabem que a primeira vítima são os trabalhadores e a segunda é a população. Todas as vezes que se privatizou qualquer empresa de saneamento neste país ou no mundo, piorou o serviço, ficou mais cara a tarifa, mais alta, e não há transparência. Eles falam: "Olha, o capital vai entrar, vai fazer…". Não vai. São fundos de investimentos. Vão pegar a nossa empresa, vão extrair todo o lucro possível, e depois podem dizer: "Ah, quebrou, faliu, entrou em concordata". Como aconteceu agora com as Lojas Americanas, supersólidas. Um dos acionistas, majoritário, é o homem mais rico do Brasil – Lemann, dono da maior fortuna deste país. E falou que quebrou. Deu um prejuízo de R$50.000.000.000,00. Eles não têm escrúpulos. Companhias aéreas já quebraram, telefonias já quebraram. O povo brasileiro; nós, políticos, deputados; e o governador deste nosso estado não podemos deixar que o povo mineiro seja tratado dessa forma para o grande capital. Não há nenhuma vantagem. Eu vejo colegas falando: "Fiz uma pesquisa, todo o mundo reclama da Copasa". Mas não é isso que está em jogo. Não é o reclame da Copasa, não é o fato de a população reclamar do serviço. É claro que todo serviço tem críticas, assim como todo deputado é criticado, e ninguém pede ao deputado que deixe o seu mandato. Imaginem se a gente fosse tirar os deputados ou o governador por reclamação da população. Não haveria nenhum governador que ficasse sentado na cadeira. Então não é porque reclamam da Copasa que nós vamos dar o remédio que mata a Copasa, mata o serviço. O remédio não é esse. O remédio é fazer uma gestão democrática da empresa. Não há nenhuma empresa neste nosso país, Dr. Hely, que dê 20% de lucro líquido. Uma empresa dá 3% ou 4% de lucro. A Copasa dá 20% – de R$7.000.000.000,00, lucrou R$1.380.000.000,00. Em três anos e meio, o lucro da Copasa vai pagar a Copasa, vai pagar o valor estimado de R$5.000.000.000,00. Não vai melhorar o serviço. Vai pegar o patrimônio do povo brasileiro e entregar para a iniciativa privada, especialmente para os fundos de investimento, sejam lá quais forem. Isso piora o serviço. Não podemos nos iludir com esse capital; não podemos ser tolos, ingênuos, inocentes. Não vou dizer o que o Zema parece ser na internet, com este TikTok, de ficar se vestindo de herói, comendo banana com casca; fazendo bobagem e palhaçadas na internet para ter visualização e *likes* – o caçador de *likes*. Ele pode ser o que quiser na internet, mas não tem o direito de entregar um serviço essencial à iniciativa privada sabendo que vai prejudicar o nosso povo.

Quando nós questionamos aqui a privatização das rodovias – entramos com ação no Tribunal, na Justiça –, era outro debate. Era pela forma como foi privatizada, pelo valor da tarifa de R$15,00, muito alto – na Fernão Dias, são R$3,00. Era outro debate. Poderiam até privatizar, mas que colocassem uma tarifa acessível de R$5,00. Mas aqui não pode porque é essencial. E os países que privatizaram – Alemanha, França, Itália, na Europa, e Estados Unidos – reverteram o processo, porque não deu certo quando se privatizou o saneamento, que é essencial à vida. Então aqui não se trata de tarifa, não se trata de o serviço ser esse ou aquele. Trata-se de um bem essencial à vida e de uma empresa que precisa, como eu disse da outra vez, ser uma autoridade das águas em nosso estado,

que tem tanta água. E nós não temos uma autoridade das águas em Minas Gerais que tome conta das nossas águas – não temos. O maior patrimônio que nós temos é água, ouro líquido, e nós temos muita.

Então, Zema, se você tivesse um pouco de estatura estadista, se fosse um governante com estatura da democracia, se parasse de ficar falando bobagem, passeando e se metendo em assuntos que não tem nada a ver com Minas Gerais, como ir para o Rio de Janeiro se meter em assuntos que não tem a ver com o povo mineiro, pegava a metade do lucro da Copasa e investia em tecnologia, melhorava os serviços, diminuía as tarifas. Essa é a solução, esse é o remédio; e não entregar para o capital privado, que vai piorar os serviços. Certamente, como o Itamar previu lá atrás, e já estamos prevendo aqui, se privatizar, daqui a 10, 15 anos, veremos a Copasa com dificuldades financeiras, pedindo concordata, pedindo apoio do governo – este é o futuro –, com os funcionários demitidos e com a diminuição de salários. Infelizmente, o governador Zema, esta aventura em que o Estado se meteu, não tem estatura política para entender essas coisas e quer mesmo é fazer bonito para o capital, entregando o patrimônio do povo mineiro. É lamentável. Nós queremos que se arquive e que o povo mineiro continue com direito a dar a sua opinião. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Luizinho, querido amigo. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Hely Tarqüínio.

O deputado Hely Tarqüínio – Bom dia a todos da galeria. O meu apoio a vocês.

Inicialmente quero me dirigir ao presidente desta Casa, com todo o respeito, meu colega de Parlamento desde o dia em que chegou aqui, e que sempre pautou pela imparcialidade, primeiramente como deputado, depois exerceu cargos importantes, e chegou à presidência da Casa. É com muita prudência, com muita estima a todos, que eu quero dizer a verdade aqui. Eu sou solidário com os sentimentos dele em relação às manifestações, às vezes, indevidas, porque o ser humano tem sentimento, tem amor – amor familiar, amor ao todo. Então nós queremos estar solidários com você, pelas ofensas talvez. Mas nós, que somos políticos, entendemos também as manifestações das emoções, que, às vezes, não passa pela análise naquele momento em que temos um impulso para defender uma coisa, e ofendemos outra pessoa. Até à mãe da gente, às vezes, nós respondemos, e depois, pela análise das nossas faculdades mentais coordenadas, arrependemos. Então tudo o que fazemos na vida é pelo sentimento. E o meu sentimento, neste caso, tenho que fazer a defesa do nosso presidente, porque ele aguentou pressão dos dois lados. Aqui há um bloco, do qual faço parte, que é contrário à privatização da Copasa. Mas não é só da Copasa. Tirando a tríade educação, saúde – saúde é água – e segurança, toda privatização que acontecer, e que vai acontecer, porque, às vezes, somos minoria, vamos lutar até o fim para que as famílias não sejam prejudicadas, porque, como foi dito pelo Luizinho, e falo a mesma coisa, quem vai sair prejudicado são as famílias. Mas eu queria apresentar a minha solidariedade a você neste momento, sabendo que também tem aguentado as nossas pressões, e as pressões de 54 deputados, que estão do outro lado. Então compete a ele fazer esta balança e equilibrar isso, e tem feito com muita sabedoria.

Mas agora vamos ao que interessa, que é o problema exatamente quando o Itamar Franco propôs a esta Casa, em 2001, e nós apoiamos, apenas com 61 deputados – ou 60 –, a exatamente colocar na Constituição o referendo. O referendo é a nossa defesa não só para esse projeto, mas também para projetos que pertencem ao povo e a Minas Gerais – projetos globais. E agora quem está sofrendo muito, neste momento, são os funcionários da Copasa, os servidores da Copasa, principalmente os mais humildes. Toda empresa se resume numa pirâmide, e há aqueles que dominam, que estão lá para seguir a filosofia do ultraneoliberalismo. No ultraneoliberalismo, a ideologia que alguns defendem é exatamente o capital. Eles se esquecem do trabalho, principalmente das pessoas mais humildes. Nessa pirâmide, as pessoas que comandam essas empresas estão obedecendo ao governador dentro da filosofia do ultraneoliberalismo, que é a filosofia do rico contra o pobre. Mas nem todo mundo é pobre, porque há muita gente da classe média também. Mas existe muita gente que ganha menos. O dinheiro e as finanças entram na casa de todo mundo. Nós temos o nosso orçamento, e esse orçamento depende também da nossa profissão, daquilo que exercemos.

O governo Zema tem penalizado principalmente as pessoas que têm salários menores. Eu sou contra isso não só em relação à saúde e à educação, porque isso é primordial em qualquer lar. Nós criamos os nossos filhos e queremos que eles tenham uma vida

melhor do que a nossa. Esse é o amor de mãe, principalmente, mas também o amor de pai, porque os pais desejam isso aos seus filhos. Mas o Zema está na contramão do sentimento humano, na contramão do sentimento das famílias.

Nós estamos aqui, sim, para votar o adiamento da proposta de emenda, para que, neste Plenário, todos nós possamos refletir melhor sobre essa tríade, como eu disse, da saúde e da educação. É saúde! Nós dependemos da água. Água é vida, é saúde! (– Manifestação nas galerias.) Mais tarde, realmente nós vamos nos arrepender muito, principalmente por saber o que aconteceu na Inglaterra. A Inglaterra teve problemas sérios, mas hoje ela já retornou à mão certa, que é a mão direita, a mão que estatiza tudo que diz respeito à água. A água tem que pertencer ao povo. Aliás, o Itamar escreveu lá que é preciso consultar o povo.

E aí a gente lembra uma palavra: sociedade. Mas eu não gosto muito dessa palavra porque ela está baseada no *status* social, econômico e financeiro de cada um. São poucos aqueles que são muito ricos, mas o lucro deles é muito! Para eles, muito lucro, para o povo, pouco lucro! A quantidade de povo é muito mais que a quantidade de ricos. Nós precisamos fazer a balança da justiça, a balança da existência, do aspecto existencial, econômico e financeiro de cada um. Nós não podemos excluir as pessoas da própria vida! Está certo? Isso aconteceu.

Mas nós precisamos refletir muito naquele acontecimento do Rio. Eu, pelo menos, que sou médico, nasci para poder ser instrumento de Deus para salvar vida, diferentemente do que aconteceu lá. Aquilo ali foi programado para matar! Eu sei que lá, se a gente não matar, a gente pode ser morto, mas a gente tem que criar uma situação legal que funcione bem para amparar essas pessoas e dar a elas condição de serem pessoas esclarecidas, porque assim elas não terão esse instinto, esse instinto de agressão.

Então eu queria dizer que estou aqui para defender a cada um de vocês. Todos os mineiros – todos os mineiros – são sócios desta sociedade, sócios do governo de Minas Gerais e do País. São sócios, sim, mas esta sociedade não está sendo respeitada pelo governo Zema. Cada um aqui que paga luz, que paga imposto ou que não paga, porque a sociedade é obrigada a proteger aqueles que estão na miséria… Mas no Brasil ainda está demorando demais entender a vida do outro, a dificuldade do outro. O amor que deve haver ao próximo está ainda muito distante. Eu queria aqui fazer a defesa daquela pessoa que mora no fim da rua, na cidade mais humilde, que paga imposto, que paga luz, que paga água. Ela tem que ser consultada, sim, no referendo.

E nós temos que derrubar isso. Nós temos que votar contra, sim, pelo verdadeiro direito de cada ser humano. Nós somos iguais, porém diferentes. Nós temos que fazer justiça, a balança da justiça. O que significa isso? Igualdade. Igualdade com equidade. Quer dizer: medir o que o cara não tem para a sociedade ter um lucro, um lucro bem dividido, principalmente para o pobre, para o médio. Para o rico também, está certo – ele tem as empresas –, mas ele não precisa ganhar tanto para dividir para poucos. E os que precisam ganhar melhor são muitos, e o lucro pertence a esses muitos.

Nós estamos aqui para defender essa história, essa filosofia de vida. Existe alguma coisa que precisa ser privatizada? Tem que vir aqui discutir. Nós não estamos discutindo isso. Isso está definido pelo governo. Eu não faço – vamos dizer assim – repúdio a qualquer colega. Faço crítica. Cada um tem a sua maneira de pensar. Eu penso diferentemente da maioria, hoje, deste Plenário – falo "maioria" querendo dizer a base do governo. Eles têm suas justificativas, e eu respeito isso, porque a democracia, gente, é exatamente o poder do povo para decidir em referendo. (– Manifestação nas galerias.) Democracia não é poucos decidirem para muitos. E o que está acontecendo é isso.

E quero ressaltar mais uma vez: o Tadeuzinho colocou sempre as pautas para serem votadas com pressão dos dois lados. Eu entendo isso. Eu sei que a nossa vitória está cada dia mais difícil. Sabem por quê, gente? Olhem bem uma coisa. Falou-se o Propag. O Congresso votou o Propag. O governador até hoje não aderiu ao Propag. Nós estamos discutindo numa areia movediça, de forma muito líquida. Nós não temos base para discutir totalmente, porque ele não atendeu ao Propag.

E agora, com a caminhada que fez ao Rio de Janeiro, ele está pegando carona política. Carona política. Sabem para quê? Para que os outros estados entrem na mesma situação e, no fim, se dificulte o governo do Lula. Não tenham dúvida. … ficar apertado, cada dia mais. A gente sabe disso. Mas nós temos que estancar essa coisa do governo. Isso vai ser muito difícil. Terminou? Acabou o

tempo. Mas eu queria dizer que tenho muita… Eu queria dizer o seguinte: nós somos seres humanos na nossa forma, no nosso conteúdo, na maneira de pensar de cada um. Mas nós precisamos de justiça com equidade. A equidade serve para dar condição aos que têm menos, para que eles possam ter mais amanhã. Eu estou com vocês. Um grande abraço, muito obrigado. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, meu amigo, Dr. Hely Tarqüínio, pela sua sabedoria. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito bom dia, colegas deputados, público que nos acompanha, Sr. Presidente. Deputado Hely Tarqüínio, eu quero começar a minha fala me dirigindo a V. Exa. V. Exa. disse que pensa diferentemente da maioria que aqui está, mas V. Exa. pensa igualzinho ao que pensava há mais de vinte anos. V. Exa. pensa igual ao que pensava no momento de votar para que o povo tivesse o poder de dizer se quer ou não que se venda a empresa do povo. Então, parabéns, Dr. Hely Tarqüínio. Parabéns.

Pessoal, primeiro eu quero que cada um e que cada uma daqui saibam… Aliás, nem preciso dizer isso a vocês. Vocês nos acompanham nas redes sociais, nas audiências públicas. Vocês sabem que quem vos fala aqui é um parlamentar que defende o referendo, que defende a Copasa, que defende que a água não pode ser privada. Ela tem que ser da iniciativa pública. Água e energia têm que ser uma questão de soberania.

Mas permitam, antes de entrar na minha fala, que eu dirija palavras ao presidente. Há várias maneiras de chamar V. Exa. Poderia, apesar da idade, dizer, por uma questão de respeito, "o senhor". Posso dizer, como nós tratamos cada colega daqui, "vossa excelência". Mas me permita quebrar o protocolo e chamá-lo de "você". Porque você, presidente Tadeu, entra, muitas e muitas vezes, pela mesma porta pela qual nós entramos. Pela mesma porta. Você, presidente Tadeu, está, em todos os ambientes desta Casa, dialogando de igual para igual, em muitos momentos, com todos nós, seja de oposição, seja de governo.

Você, presidente Tadeu, e é bom que cada um daqui saiba disto… Quando eu era líder da Minoria, e o deputado Ulysses, líder de bloco, você esteve conosco, iniciando o trabalho em relação ao Propag em Brasília, junto com o senador Rodrigo Pacheco. Você, presidente Tadeu, esteve por outras vezes lá. Inclusive, muitas vezes foi ao governo federal tentando estabelecer diálogo e procurava a nós, do Bloco Democracia e Luta, mostrando toda essa angústia. A vida nos pede coragem. E eu nunca me acovardei em defender o que eu acho correto. Nunca me acovardei. Como nunca me acovardei em combater o que acho errado.

Eu quero dizer a V. Exa. que tenho orgulho de ter votado em V. Exa., por duas vezes, para presidente desta Casa. Eu o faria novamente, se fosse presidente. E quero parabenizá-lo pelo trabalho que, muitas vezes, nós sabemos… Só nós que estamos aqui sabemos como muitas vezes V. Exa. conduziu os trabalhos, fazendo com que, em projetos que não fossem interessantes para o nosso povo, demorássemos mais, dialogássemos mais. Eu quero aqui dizer – e é bom que as pessoas… Acho que todo mundo sabe disto: o Presidente Tadeu não vota. Ele não vota. Ele tem conduzido este trabalho da melhor maneira, ouvindo todos os lados. Inclusive, eu tenho certeza absoluta de que ele nunca fugiria do diálogo. Tenho certeza absoluta.

Feita essa fala – e a farei quantas vezes for necessário… Eu tenho orgulho de estar no terceiro mandato. Cheguei a esta Casa, e V. Exa. já estava nela. Temos amizade, respeito. Então, me permita tê-lo chamado de você, porque é assim que você nos trata.

Dito isso, eu quero dizer a vocês que chegamos a um dia emblemático, o dia em que se completam 10 anos do crime de Mariana, que, de uma certa maneira, tem a ver com esse bem maior que é a água. Tem a ver com o bem maior que é a água. Até hoje as comunidades ribeirinhas sofrem. Até hoje as comunidades ribeirinhas sofrem com o que foi feito com o Rio Doce. Até hoje. Nós temos projetos. Eu, inclusive, tenho um projeto que determina que o Rio Santo Antônio seja de preservação permanente, tentando reparar um pouco, porque nunca vai haver reparação. Nunca vai haver. Só quem perdeu um ente querido, perdeu um familiar, perdeu um amigo próximo, só quem viu aquela lama chegar e, até hoje, fazer o que está fazendo com a saúde do nosso povo – muitos adoeceram e permanecem assim – sabe o que foi e o que será para sempre o crime de Mariana.

Inclusive eu acho que hoje, mantendo o direito do nosso povo, o referendo do nosso povo, o direito do povo de dizer se quer ou não… Para mim, é tão primordial, é tão simples dizer ao povo se deve ou não vender o que é seu. É também uma pequena resposta, é também uma pequena resposta que se dá a esse triste aniversário de 10 anos desse crime. É muito importante que aqui nós possamos falar para vocês, falar também para cada um que ainda está nos assistindo dos lugares mais longínquos desse estado que o que está em jogo aqui não é vender a Copasa. Eu acho que é bem pior do que vender a Copasa. Pior do que vender a Copasa, que faz um trabalho exemplar… Nós temos visto nos últimos dias como o ataque foi maior ainda à Copasa. Basta entrar no Instagram, nas redes sociais, para ver como nos últimos dias o ataque foi mais frontal, mais frontal. Publicações colocavam as condições da água e muitas outras questões até reais. A gente tem a coragem de falar e definir o porquê disso. Por que precarizar e bater tanto numa empresa que dá tanto lucro para este estado, que dá tanto lucro para este estado?

É importante que nós possamos dialogar com o nosso povo. O que está em jogo é pior do que privatizar, é tirar um direito. E para que tirar esse direito? Por que não deixar o povo escolher, já que falam que ele está insatisfeito com a Copasa? Esse é o primeiro passo para vender a Copasa, esse é o primeiro passo para colocar a Copasa na mão de quem tem sede. Olha bem: o governo Zema quer colocar a Copasa na mão de quem tem sede, mas não de quem tem sede de água, e sim de dinheiro, de lucro.

Questões de Ordem

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, agora eu quero terminar a minha fala pedindo o encerramento de plano da reunião por falta de quórum.

O deputado Adriano Alvarenga – Recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que faça a chamada das deputadas e dos deputados para recomposição de quórum.

O secretário (deputado Adriano Alvarenga) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Obrigado, deputado Adriano. Responderam à chamada 45 deputados. Portanto há quórum para a continuação dos trabalhos. Deputado Doutor Jean, agradeço a V. Exa. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Bom dia, povo de luta! Bom dia, deputados, deputadas; bom dia, Presidente da Assembleia Tadeu Martins; bom dia a cada pessoa, dos quatro cantos do Estado, que se mobilizou para defender o direito da população de decidir. Queria começar a minha fala fazendo alusão à data de hoje: 5 de novembro, que marca a tragédia-crime de Mariana, maior crime socioambiental da história de Minas Gerais, que, junto com Brumadinho, se transformaram também num crime socioambiental e trabalhista que retirou a vida de centenas de pessoas em Minas Gerais: 19, em Mariana; e 272, em Brumadinho, para começar. Por quê? Porque a contaminação da Bacia do Rio Doce e do Rio Paraopeba gerou um cenário de devastação e de adoecimento físico e mental que levou à perda de muitas mais pessoas.

Gente, a data de hoje marca 10 anos de um crime socioambiental que precisava de uma mudança séria de posturas do nosso estado em relação à mineração: regras rigorosas, valorização dos servidores do meio ambiente para realizar a fiscalização de barragens, investimentos em saneamento básico e recuperação da bacia hidrográfica. Era tudo o que esperávamos 10 anos após a tragédia-crime! Só que 10 anos depois o que vemos é um cenário de devastação: lama na porta das pessoas de Bento Rodrigues; um cenário de desmonte do meio ambiente, somado à desvalorização dos servidores; e, ainda por cima, às vésperas de 10 anos de Mariana, uma situação horrível e vergonhosa de deflagração de uma operação de denúncia de corrupção dentro do sistema de meio ambiente – a Operação Rejeito.

O dia de hoje foi acompanhado pelos ministros Guilherme Boulos e Macaé Evaristo, junto com atingidos de toda a Bacia do Rio Doce e do Rio Paraopeba, que, até hoje, lutam e clamam por justiça, lutam por uma política séria de saneamento básico nas

bacias, lutam para que se garanta o direito à água que foi retirado dessas comunidades e lutam para que, de fato, consigamos ver projetos de desenvolvimento comunitário chegarem aos territórios. Graças ao presidente Lula, a repactuação do acordo de Mariana vai trazer para a Bacia do Rio Doce R$170.000.000.000,00 em investimento. Cerca de R$8.000.000.000,00 serão para obras de saneamento básico que queremos que sejam feitas pela nossa companhia pública de água: a Copasa.

A Copasa é nossa, é do povo de Minas Gerais! É por isso que, hoje, estamos assistindo aqui a um movimento absolutamente democrático de defesa da nossa Constituição e do direito de o povo decidir. Se o governador quer vender o patrimônio do povo, que consulte a população e faça o referendo popular. (– Manifestação nas galerias.) Por quê? Porque retirar o referendo da Constituição é uma medida de retrocesso democrático e, na nossa opinião, assim como na opinião de muitos juristas, uma medida inconstitucional. É por isso que, desde o 1º turno, eu afirmei: o Partido Socialismo e Liberdade protocolará no tribunal de Minas Gerais e também no STF uma medida para anular a decisão de retirada do referendo popular caso seja aprovada por esta Casa.

Ah, se não fosse o referendo popular e o trabalho incansável desta Casa Legislativa, Zema já teria vendido até o céu, a terra e tudo o que existe em Minas Gerais. Faço aqui um reconhecimento também ao trabalho do presidente Tadeu, junto ao trabalho anteriormente exercido pelo presidente Agostinho Patrus, de evitar que todas as privatizações acontecessem. Nós queremos, ainda, que a privatização da Copasa não avance, porque essa privatização, hoje, é uma medida para entregar a Copasa nas mãos de gente bandida.

A Aegea e o BTG Pactual são um bando de corruptos que querem transformar o saneamento básico, os investimentos em água em uma oportunidade para desviar recursos, tal como fizeram em Ribeirão Preto, com o BTG Pactual que está hoje respondendo na Justiça por uma série de improbidades. Nós não apenas falamos e denunciamos aqui, no Plenário, como levamos os nossos debates à frente, provocando os órgãos de Justiça. Por isso, quero contar sobre duas representações feitas, puxadas por mim e assinadas pelo Bloco Democracia e Luta, que denunciam ilegalidades, risco de lesão ao patrimônio público e violação aos princípios da administração pública no processo de privatização já em curso da Copasa.

Debatemos aqui a compra de mais de 5% do capital social da Copasa pelo grupo Perfin, que, coincidentemente, está no mesmo endereço do grupo Belora, ligado ao Reag, investigado por conexão com o PCC, cujo CEO era Guilherme Duarte, que até hoje está na presidência da Copasa, o que configurava, muito provavelmente, um escândalo de corrupção.

Pois bem: consultamos juristas e identificamos indícios claros e evidentes de acumulação silenciosa de capital, sem notificação prévia ao mercado, para comprar ações da Copasa a preço de banana, sabendo que essas ações iriam se valorizar em um contexto de avanço da pauta nesta Casa. É uma vergonha! É uma vergonha!

Nossa representação pede ao Ministério Público Federal que avance com essas investigações, que investigue Guilherme Duarte, que investigue a Perfin, investigue o grupo Belora e também investigue o trânsito de servidores entre a Copasa, a Faria Lima, o governo do Estado e o Partido Novo. Queremos que o Ministério Público Federal, de fato, leve essa notícia-crime à frente e faça essas investigações.

Provocamos também o Tribunal de Contas. Sabe por quê, gente? Porque descobrimos que, em 2014, a Copasa contratou a Ernst & Young para realizar um estudo sobre a universalização do saneamento. Mas, na verdade, não era nada sobre isso. Até mapeamento de deputados indicando como votariam em relação à privatização da Copasa está nesse documento inescrupuloso e corrupto. Por isso, companheiros, não podemos permitir que a Copasa seja entregue a um bando de corruptos e ladrões. Água não é mercadoria, é um direito de todas as pessoas, e o referendo também. Vamos juntos!

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Bom dia a todos e a todas que estão presentes, nos acompanhando. Bom dia também para quem está nos acompanhando pelos canais da TV Assembleia. Bom dia, presidente. Quero cumprimentar todo mundo por essa luta e por esse compromisso intransigente com a vida que estão sendo manifestados em cada um dos dias que nos fez chegar até hoje, até o

2º turno da votação dessa PEC. O que a gente tem trazido para a discussão é o direito fundamental à água, que é também o direito fundamental à vida e, sobretudo, o direito constitucional dos mineiros e das mineiras de participar do referendo, que vai referendar a voz da Assembleia no que diz respeito ao direito da Copasa.

Temos pouco tempo para falar, e quero pedir para vocês um pouquinho de atenção. Quero destacar a atuação do nosso presidente da Assembleia, deputado Tadeu Martins Leite, na construção de todos os processos que trouxeram para Minas Gerais a condição de cuidar da dívida do Estado ou de, pelo menos, construir uma alternativa a ela. Quem não está honrando essa construção, que foi feita a muitas mãos na Casa, é o governador Zema. Temos aqui a presença do prefeito de uma cidade mineira. Prefeito, seja muito bem-vindo. É nas cidades que a vida acontece. É nas cidades que a gente consegue ver com mais propriedade a dureza da realidade de um processo de privatização. O governador Zema tem usado a oportunidade do Propag como estratégia para fazer, mais uma vez, propaganda enganosa e dizer que é necessário privatizar uma das empresas mais importantes e estratégicas do nosso estado, que é a Copasa. A gente precisa saber do que estamos falando aqui. Estamos falando de um referendo que retira o direito da nossa população de participar e estamos falando da manifestação falaciosa do governador Zema diante do Propag. O Propag não prevê nem exige a privatização da Copasa, como está sendo dito por aí. A gente tem que falar sobre isso, senão a gente vai cometer o erro de tentar culpar quem não tem culpa nesse assunto. O culpado de tudo isso é o governador Zema, que quer não só privatizar a nossa empresa como também tirar o direito da nossa população de se manifestar.

Hoje, dia 5 de novembro, é uma data emblemática. Dia 5 de novembro de 2025: faz 10 anos do crime de Mariana. Faz 10 anos que a Samarco e a Vale mataram 19 vidas e destruíram o meio ambiente. São 10 anos de um crime que se pautou pela busca incessante pelo lucro. Precisamos falar sobre isso, porque o dia 5 novembro é um dia em que fica claro para o nosso estado e para o nosso país que a luta pelo lucro mata a vida da nossa população. O crime ocorrido em Mariana e o crime ocorrido em Brumadinho são uma demonstração do que acontece quando o lucro vem primeiro, quando o lucro vem antes da vida. Vejam bem: a Vale do Rio Doce era uma empresa estatal. Como uma empresa estatal, ela tinha não só o compromisso com a proteção ambiental e com o desenvolvimento econômico como também o compromisso com as vidas do nosso estado. Depois que ela foi privatizada e que o lucro veio sempre em primeiro lugar, olhem o que aconteceu em Brumadinho: 272 vidas perdidas pela ganância, pelo lucro.

É por isso, gente, que precisamos reafirmar que a Copasa é nossa, que a água não é mercadoria, que não podemos tacitamente aceitar essa proposta da PEC nº 24, que quer calar a população de Minas Gerais e que é uma verdadeira mordaça na boca de cada uma das mineiras, de cada um dos mineiros. Essa PEC acelera o processo de privatização, que vai comprometer a chegada da água na torneira da casa de cada um de nós, mineiros e mineiras. Hoje, gente, a nossa luta pelo referendo é pelo direito constitucional mineiro, mas ela é sobretudo pela água, que já está faltando em muitos territórios.

Eu queria trazer a memória de Mariana e de Brumadinho a esta tribuna, porque é isso que vai acontecer na hora em que essa empresa for privatizada: o lucro à frente da vida das pessoas. Hoje estou aqui, com esta camiseta, que é a camiseta da nossa campanha "Água sem lucro", uma petição que já recolheu mais de quarenta e três mil assinaturas, numa manifestação de mais de setecentos e doze municípios mineiros, manifestando o desejo e o interesse de participar da petição. Isso significa que nós, deputadas e deputados do Bloco Democracia e Luta, não estamos aqui sozinhos e sozinhas, defendendo o referendo popular. Nós temos o apelo da nossa população. São 712 municípios representados nessa petição, que reúne mais de trinta e quatro mil assinaturas. Ela não recebe assinatura dupla, quem a assinou uma vez não consegue assiná-la de novo. São 43.000 pessoas que assinaram esse manifesto dizendo: "Eu quero participar do referendo". Não sei por que o governador Zema tem medo da participação das pessoas, tem medo da voz da nossa população.

O que está sendo debatido aqui, hoje, é um direito constitucional. Quando se altera a Constituição do Estado, quando se altera a Constituição Brasileira, é para garantir mais direito à população. E o que o Zema está fazendo? Ele está querendo tirar direitos. Para quem não acompanhou as inúmeras audiências públicas que foram realizadas nesta Casa, para quem não acompanhou os

debates que aconteceram na madrugada da semana passada, para quem não está acompanhando, todos os dias, esse debate, quero deixar bem claro: a PEC está retirando um direito da nossa população. Está sendo retirado o direito de a população se manifestar sobre o futuro da Copasa. A PEC, gente… Só um minutinho, gente. A PEC é mais um ato antidemocrático do governo Zema. Ela é uma tentativa de silenciar a nossa população, mas continuaremos aqui, lutando. Nosso requerimento, que está em discussão nesse momento, pede o adiamento dessa discussão, porque não é preciso tratar disso com a celeridade que o Zema está apresentando. O governo federal prorrogou o prazo do Propag, prorrogou o prazo para que o Estado possa iniciar o pagamento da dívida, sem pressa. Não sei por que o Zema está insistindo nessa pressa da votação dessa PEC. É porque ele quer privatizar. Mas estamos aqui para dizer: "Não. A Copasa não pode ser vendida. A Copasa é patrimônio da nossa população. Água é um direito fundamental, e serviços essenciais não devem ser privatizados".

Ainda teremos mais tempo ao longo desse dia para voltar à discussão. Eu queria reiterar e queria novamente fazer um apelo. Trago esse apelo da escuta popular e da participação das pessoas na petição "Água sem lucro", nas ruas, nas audiências públicas. Trago esse apelo para os meus colegas deputados e para as minhas colegas deputadas: o voto hoje, aqui, não é o voto da população, é o voto dos deputados e das deputadas. Faço um apelo: vamos garantir a oportunidade e o direito de a nossa população participar do referendo. Isso depende apenas de um voto, o voto de cada uma e de cada um dos deputados que aqui estão. Assim, quero reafirmar o meu posicionamento: não à privatização, não à PEC do Cala a Boca, sim ao direito à vida e ao direito à água no Estado de Minas Gerais. Obrigada, presidente.

O presidente (deputado Gustavo Santana) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Celinho Sintrocel.

O deputado Celinho Sintrocel – Boa tarde a todos os trabalhadores, servidores da Copasa. Quero cumprimentar o presidente, todos as deputadas e os deputados aqui, no Parlamento.

Como último inscrito para fazer o encaminhamento deste Requerimento nº 14.992, volto aqui, agora, no 2º turno da votação dessa PEC nº 24, para mais uma vez dizer ao povo mineiro, aos telespectadores da Assembleia, a toda a nossa população de Minas Gerais que o governo do Estado, que o governo Zema está na contramão da história. Parece que o governo Zema não conhece o que é a Copasa, parece que o governo Zema não sabe o que é uma empresa de saneamento básico. No entanto, eu quero relembrar e dizer que, dos 853 municípios de Minas Gerais, a Copasa hoje nos orgulha de atender 689 municípios. A Copasa atende 689 municípios com abastecimento de água, mas também 346 municípios com tratamento de esgoto.

E a gente volta aqui para fazer um apelo no sentido de reafirmar a nossa luta, o nosso compromisso contra a PEC do Cala a Boca. E por que nós somos contra a PEC do Cala a Boca? Temos hoje em nosso Estado de Minas Gerais 21 milhões de habitantes, e o governador Zema quer calar os 21 milhões de mineiros em nosso estado. (– Manifestação nas galerias.) O governador Zema quer retirar o direito do povo mineiro de dizer se quer ou não privatizar a Copasa. E nós sabemos o que o governo Zema fez nos últimos sete anos à frente do governo do Estado. Por isso não vou cansar de dizer: além de o governo Zema aumentar, quase dobrar a dívida do Estado de Minas Gerais com o governo federal, ele conseguiu precarizar um patrimônio do povo mineiro, que é a Copasa. E, quando ele precariza a Copasa, ele quer tão somente facilitar a venda dela. Porém, o povo sabe que nós não concordamos com esse posicionamento do governo. Volto a dizer aqui, desta tribuna, que, para mim, é um crime tirar o direito de o povo mineiro escolher se quer ou não a privatização da Copasa.

Em nosso estado temos 853 municípios, e o poder de concessão de água e de esgoto é dos prefeitos. O governador, além de tirar o direito do povo mineiro de dizer se aceita ou se não aceita vender a Copasa, ele também não escuta nenhum prefeito de Minas se concorda ou se não concorda. O atual prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião, já disse: "Se quer fazer qualquer proposta de privatização, venha conversar comigo, prefeito de Belo Horizonte". Mas o governador Zema não quer isso, ele quer passar um trator, ele quer passar por cima de tudo, achando que é dono do mundo.

No nosso pronunciamento, quero falar, de forma muito tranquila, de forma muito simples, para vocês, para o telespectador, para a Dona Maria, para o Sr. José, para o aposentado, para o trabalhador, para a dona de casa. O que o Zema quer fazer, o crime que o governador quer cometer é o seguinte: é a mesma coisa de você ter uma casa; esta casa é seu patrimônio; você alugou a sua casa; o inquilino que alugou a sua casa resolve vender a sua casa sem perguntar se você quer ou não quer vender a casa. Nós não podemos concordar com esse procedimento, com essa atitude do governador Zema. Os interesses de tirar o direito do povo de falar se quer ou não quer, se aceita ou não aceita a privatização da Copasa são simplesmente… Entendo que o governo sabe que seria derrotado numa pesquisa, num referendo público. Ele sabe que a Constituição Mineira garante isso a cada cidadão e a cada cidadã de Minas Gerais. Sabendo que vai perder, sabendo que não vai ganhar e que a população vai ser contrária, o governador Zema vem para a Assembleia, com a PEC, alterando a Constituição Mineira. É mais um crime que se comete aqui no Parlamento.

A vocês todos, eu quero deixar uma coisa muito clara. Vocês sabem, os copasianos sabem que essa proposta é do governador Zema, que essa proposta é do vice-governador Mateus Simões. São eles que mandaram essa PEC para esta Casa. Nós, deputados e deputadas do Bloco Democracia e Luta, já nos posicionamos no primeiro turno, não concordando com essa PEC nº 24, que altera um direito constitucional de todos nós.

Olha, nós temos orgulho de ter a Copasa como nosso patrimônio, porque ela foi construída, foi edificada com recursos públicos, com recursos do povo mineiro, mas agora querem entregá-la a preço de banana para a iniciativa privada. A iniciativa privada só tem interesse no lucro, não tem interesse em nenhum tipo de investimento em favor da nossa população. Eu volto a dizer, em todos os lugares em que houve privatização, o povo pagou uma conta mais alta. Hoje recebemos o ministro Boulos. O ministro Boulos esteve aqui e disse que, lá em São Paulo, privatizaram a Sabesp. O que o povo está pagando? Não há investimentos, e a conta de água está cada vez subindo mais, porque há a ganância do lucro.

Nós não podemos permitir que isso aconteça aqui em Minas. Por isso nós estamos aqui para somar e para dizer, a todos os trabalhadores e trabalhadoras da Copasa, para dizer para todo o nosso povo mineiro: água é vida. A Copasa não pode ser vendida. Essa luta é nossa. Todos nós, deputados da Assembleia, temos a responsabilidade de rever posição ao votarmos em segundo turno essa PEC nº 24.

Mas eu reitero a todos vocês, com enorme respeito, que vocês podem ter certeza de que o meu voto e a minha luta é pela Copasa, é pelo povo mineiro. Vamos dizer sempre "não" à PEC nº 24, a PEC do Cala a Boca. Nós não aceitamos a privatização da Copasa ou de qualquer empresa do povo mineiro. Nós não podemos tirar e acabar com a nossa soberania. O patrimônio é nosso, e nós vamos lutar até o final para que possamos garantir essa vitória de Minas e de todos nós. Um grande abraço! Contem com o nosso mandato! Estamos juntos! Eu continuo dizendo: eu não vou embora!

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min.

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigado, deputado Celinho. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Rejeitado.

O deputado Ulysses Gomes – Verificação.

O presidente – É regimental. Portanto peço a atenção das deputadas e dos deputados para que se assentem nos seus lugares, a fim de procederem à votação nos postos de votação. (– Manifestação nas galerias.) A presidência vai dar início à votação deste requerimento. Em votação, o requerimento.

– Procede-se à verificação de votação.

O presidente – Votaram "sim" 10 deputados. Votaram "não" 41 deputados. Está ratificada a rejeição do requerimento.

– Registraram "sim":

Ana Paula Siqueira (REDE)

Bella Gonçalves (PSOL)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Jean Freire (PT)

Elismar Prado (PSD)

Leninha (PT)

Professor Cleiton (PV)

Ricardo Campos (PT)

Ulysses Gomes (PT)

– Registraram “não”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Paulo (PRD)

Duarte Bechir (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PSD)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lincoln Drumond (PL)

Maria Clara Marra (PSDB)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a inversão da preferência na votação, de modo que o vencido em 1º turno seja apreciado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, presidente. Eu falei agora há pouco, na minha… Vou aproveitar o quórum mais ampliado de deputados e deputadas para chamar a atenção dos senhores sobre a movimentação ilegal que está sendo feita hoje com a compra de ações da Copasa. Nós ontem protocolamos, no Ministério Público Federal e também no Tribunal de Contas, uma denúncia de que a mudança de gestores, entre o governo do Estado, a Copasa e grupos da Faria Lima, teria levado informações privilegiadas para a aquisição e a acumulação silenciosa de mais de 5% das ações da empresa pelo grupo Perfin. Essa é uma movimentação ilegal que representa improbidade administrativa. A gente pode atribuir a Guilherme Duarte, ex-presidente da Copasa, responsabilidade sobre essa movimentação, assim como a outros gestores hoje da Copasa. Contudo não podemos nos esquecer de que quem tem construído um ambiente favorável para a prática de acumulação silenciosa e outras ilegalidades na Copasa é o governador Romeu Zema. É por isso que nós o denunciamos por crime financeiro e crime contra o patrimônio público do povo de Minas Gerais, que é a nossa companhia de água. Tenho aqui a representação para todos os deputados que quiserem conhecê-la e cópia que posso distribuir para que conheçam sobre o que estamos falando. Não é possível aceitarmos que se acabe com o direito da população de decidir sobre as privatizações a fim de avançar com um projeto de privatização que vai entregar a Copasa a preço de banana para a Aegea, o Grupo BTG Pactual e a Perfin. Além disso, para que, depois, essas mesmas pessoas recebam investimentos que já estão previstos da Copasa. Aqui as secretárias e os secretários apresentaram que pretendem receber R$3.000.000.000,00, R$4.000.000.000,00 com a privatização da Copasa. Só que, imediatamente, dos acordos de Mariana e Brumadinho, a Copasa receberia pelo menos R$11.000.000.000,00. Olhe o negócio que está sendo feito, gente! Olhe o absurdo que estamos testemunhando aqui!

Hoje foi muito bonito ver o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, o meu amigo Guilherme Boulos, dizer taxativamente que o presidente Lula não quer a privatização da Copasa e que é mentirosa a fala de Romeu Zema de que a venda

da Copasa seria uma necessidade para pagar a dívida pública. Ora, companheiros, a Copasa é superavitária! Ela dá lucros importantes todos os anos! Lucros construídos a partir do trabalho de vocês, trabalhadores e trabalhadoras da Copasa que cavaram cada buraco para colocar cano, que instalaram cada hidrômetro, que construíram o patrimônio dessa empresa e o patrimônio de Minas Gerais.

Há também outra situação bastante controversa. Nesses dias o prefeito de Belo Horizonte se manifestou, dizendo que a Copasa não pode ser vendida sem uma conversa com Belo Horizonte. É verdade. Hoje todos os municípios que têm o serviço da Copasa autorizaram a entrada desse serviço e contratos com uma empresa pública. Portanto não se pode mudar o regime dessa empresa nem a forma como ela acontece sem a autorização desses municípios. Essas e outras coisas mostram que existem inúmeros embaraços colocados que vão prejudicar a população e o saneamento básico caso avance a discussão de privatização da Copasa. Não queremos, não queremos! Água é o bem mais essencial para todas as pessoas. Uma família pode viver sem uma série de coisas, mas nunca sem água. Nós não conseguimos passar um dia da nossa vida sem água. Água tratada e de qualidade também é um dos principais fatores de garantia de saúde pública. Água de qualidade e saneamento é o que vai garantir a recuperação dos nossos rios, já tão maltratados. O investimento que está sendo previsto nos acordos de Mariana e Brumadinho – e, hoje, como eu já disse, completam-se 10 anos do crime-tragédia de Brumadinho – vai ser essencial para recuperar a bacia. Queremos que esse investimento seja feito pelo Estado de Minas Gerais por meio da Copasa, independentemente de governo, gente. Por quê? Porque a Copasa não é do Zema, não é do governo que está aí agora. A Copasa é do povo! (– Manifestação nas galerias.) Esses R$11.000.000.000,00 foram conquistados pelo povo em luta por reparação, que quer ver o Rio Doce recuperado.

Agora, o que eles querem fazer? Meter a mão nesse investimento, assim como eles meteram a mão em uma série de outros recursos de reparação que foram gastos pelo governo do Estado, para se reeleger, pelo governador Zema, e que não chegaram efetivamente às comunidades atingidas.

Os companheiros do Sindsema sabem da situação de territórios atingidos pelas barragens: o povo está sem água, o povo convive com adoecimento, poeira, ausência de água tratada, ausência de saneamento e vários outros problemas. Dez anos depois do crime de Mariana, há lama na porta da casa das pessoas. A igreja de Barra Longa está absolutamente trincada e condenada. Agora, com o novo acordo de repactuação, que vai ser conduzido pelo governo federal e pelo ministro Guilherme Boulos, com quem eu insisti muito para estar aqui, hoje, junto com a gente, há uma esperança de que, finalmente, a gente possa ver a reparação chegando às pessoas. Mas a privatização da Copasa, somada ao projeto de desmantelamento da Arsae, com a criação de blocos e estruturas para destruir a regulação pública do saneamento básico, podem dificultar que essas bacias hidrográficas, de fato, sejam recuperadas.

A primeira votação da PEC do Cala a Boca aconteceu de madrugada, na calada da noite. A segunda votação da PEC do Cala a Boca está acontecendo em um dia que deveria ser de reflexão, luto e transformação da forma como o Estado de Minas Gerais lida com o meio ambiente. Não é possível, gente! Há um mês, foi deflagrada a Operação Rejeito e a Operação Abafa veio logo em seguida para fingir que nada está acontecendo, de forma que o governador do Estado se acha confortável para dizer que não vai a COP, se comportar como um negacionista climático que é. Aliás, ele só está preocupado em aparecer falando baboseira e comendo casca de banana – não é gente? – porque nem ele nem o vice-governador estão hoje, em Belo Horizonte, na capital do Estado, acompanhando um dia importante. Não fizeram nenhuma alusão aos 10 anos de Mariana, não estiveram com familiares, não debateram o acordo – nada! Estão em plena campanha, enquanto os deputados estaduais estão ficando com uma responsabilidade de lutar contra a PEC nº 24 ou de defender uma PEC, que, sem dúvida nenhuma, vai afetar os senhores nas suas bases.

Todo mundo sabe que o povo é contra a privatização da Copasa. Mais do que contra a privatização da Copasa: além de serem contra a privatização da Copasa, são contra – quase todo mundo – a retirada de um direito democrático, que é o direito ao plebiscito, que é o direito ao referendo popular. Eu disse, desde o primeiro dia de votação, na comissão especial, que esse projeto de emenda à Constituição é inconstitucional, porque você não pode aprovar uma mudança na Constituição para retirar um direito democrático da população.

Vamos supor o seguinte: o Congresso, inimigo do povo, em Brasília, não pode fazer uma emenda à Constituição para acabar com as eleições diretas, ou pode? Não pode. Por quê? Pelo princípio do não retrocesso democrático que embasa a Constituição. Agora, esse princípio do não retrocesso vale também para Minas Gerais. Qual o direito que o governador tem de calar a boca da população? Qual o direito que os deputados têm de calar a boca da população? Então, sim, o Psol vai levar esse tema ao STF, e nós vamos derrubar essa PEC.

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Bom, no requerimento anterior, eu fiz um monte de apontamentos sobre o que significava a possível privatização da Copasa. Expliquei um monte de coisas. Expliquei que isso não tem nada a ver com o Propag e que, se o governo quisesse dinheiro para o Propag, não precisava vender a Copasa, podia privatizar a Codemig, que vale muito mais, não precisaria de PEC, não precisaria de nada. A tramitação é mais simples, e até num ambiente mais consensuado, inclusive conosco. Então, olha só como seria mais célere para a gente poder avançar.

Falei que isso não tem nada a ver com vamos vender porque a Copasa é ruim ou porque dá prejuízo. Não, dá muito lucro. Todo mundo aqui sabe: dá lucro para os acionistas e dá lucro para o governo, evidentemente. Falei também que não é porque é ineficiente, porque, ainda que haja algum problema aqui ou acolá, a Copasa é considerada uma das melhores do seu setor. Eu fico até pensando o seguinte: como você vai privatizar uma empresa, Zé Lélis, você que é nosso companheiro lá de Serranópolis, no Norte de Minas, como você vai vender uma empresa que é considerada eficiente para outra que é considerada pior do que ela? E como você vai dizer para as pessoas que o serviço vai melhorar se você vendeu uma empresa boa para uma pior?

Eu disse também que não havia nenhum argumento que comprovasse que, onde se privatizou, o serviço melhorou. Falamos tanto do que aconteceu na Europa e em outros países e dissemos também o que tem acontecido no Brasil, com vários exemplos em estados deste país afora. Falamos sobre tudo isso. Cada argumento que poderia ser colocado a gente foi desmontando, e não houve um argumento em contrário, em nenhum dos pontos que nós apontamos, nenhum. Ou seja, é um projeto de um lado ideológico e, de outro, econômico-financeiro, para alguém que vai se dar muito bem nessa história. Vocês viram que as ações da Copasa estão voando, estão voando. Há gente que já está ganhando muito dinheiro nessa brincadeira. Só com um pouquinho desse debate que a gente tem feito, no 1º e no 2º turnos, muita gente já está ganhando muito dinheiro.

Agora, Marcão, você que é nosso prefeito de Serranópolis de Minas, eu estava explicando o seguinte: muitos prefeitos de cidades pequenas, aquelas cidades que sabemos que são deficitárias… Porque a gente sabe que existe um equilíbrio, as cidades superavitárias compensam as cidades deficitárias e fazem ali uma razão. Evidente que, para quem comprar, o interesse é o lucro, mais lucro. E a sanha do capitalismo vai dizer o seguinte: “Em cidade pequena, cidade deficitária, não temos interesse. Devolvo-a para o prefeito. Ele que se vire. E ainda vai ter que nos indenizar”. Porque vai dizer que há um investimento que entende que é dela e ainda vai fazer o município indenizar a Copasa. Vai ter que desembolsar um dinheiro para indenização e depois assumir um serviço que vai custar caro para os municípios.

Eu estou falando isso porque há prefeito achando que esse assunto não tem nada a ver com ele. Eu estou falando isso porque há vereador achando que esse assunto não tem nada a ver com ele. Eu estou dizendo isso porque o povo também está achando que não tem nada a ver com ele. Tem a ver, sim. E tem muito a ver. Então insisto para que fique comprovado.

Bem, qual é o outro problema dessa história toda? A PEC, na sua essência, é uma afronta a direitos conquistados pelo povo de Minas Gerais. Olha, você não diminui direito, você avança em direito. Você não diminui participação, você amplia a participação. Lá atrás, quando o Itamar Franco e aquela legislatura da época entenderam que o povo deveria ser ouvido quando se tratasse do seu patrimônio, quando se pensasse em vender o patrimônio do povo, especialmente em serviços essenciais e estratégicos, como energia, gás, água – coisa que a gente precisa tomar para viver porque ninguém vive sem água… Entendeu àquela época quem estava governando o Legislativo que era razoável que o povo fosse ouvido. Não impede, não proíbe governo nenhum que tenha isso como

agenda ideológica que apresente, mas, ao final, cumpra o rito de o povo ser ouvido. E o referendo, o plebiscito são fundamentais que sejam colocados.

Por que o governo não enfrenta essa discussão? Vamos fazer o referendo. Houve a dilatação do prazo. O TRE pode perfeitamente realizar o referendo agora junto com as eleições de outubro. O prazo não é mais problema. Podemos, inclusive, pegar e, em vez de discutir essa PEC, falar o seguinte: "Vamos pôr uma emenda aqui; vamos fazer um acordo, e todo mundo colocar uma emenda". A PEC pode ser o seguinte também: "Vamos considerar a consulta da Assembleia também como consulta suficiente e legítima para fins do referendo". Por que não? Podemos criar algum outro mecanismo mais célere, além daquele referendo comum que a gente conhece. Vamos fazer uma PEC que modifique, então, a forma de consulta, para que o povo seja minimamente ouvido – para que o povo seja minimamente ouvido. Nem isso eles aceitam.

E por que isso é grave? Porque nós estamos reduzindo a participação da sociedade. Hoje é com a PEC da Copasa; amanhã é com a Gasmig, porque tentaram entubá-la, e não deu certo. Depois entubam também a Cemig. E aí vão pensando: "Gente, esse negócio de tirar a participação do povo é bom, hein? Esse negócio é legal. Por que a gente não acaba com qualquer tipo de referendo, com qualquer tipo de consulta? Retirem esse trem todo da Constituição. Por que a gente não retira projetos de iniciativa popular, que também estão previstos na Constituição?". Porque hoje o povo também pode legislar por meio de projeto de iniciativa popular. "Ah, vamos tirar isso também. Para quê o povo participar? Por que não tirar também a participação popular nos conselhos estaduais, que são construtivos e deliberativos, instrumentos de controle e participação social? Vamos acabar também com os conselhos". Vejam o precedente que se abre.

Esta legislatura, combinada com este governo, ficará marcada como aquela que abriu a porta para mudanças que poderão vir depois, diminuindo a participação da sociedade nos espaços de controle social e na construção das políticas públicas. É muito perigoso o que está sendo feito aqui. Então nós temos um problema: a retirada da participação do povo, a redução da presença da sociedade nas decisões estratégicas. E esta legislatura ficará marcada, porque foi a legislatura que retirou o direito, de um lado, com o debate da PEC, e de outro, tendo agora a Copasa como alvo mais imediato.

Refiro-me àqueles que desejam vender a empresa que cuida da água do povo de Minas Gerais, do saneamento de Minas Gerais, uma empresa que, com uma crítica ou outra, porque isso faz parte, ainda se faz presente nas cidades com menor IDH, nas cidades menores, deficitárias, uma empresa que tem, de alguma forma, a presença do poder público para equilibrar a sanha pelo lucro daqueles que querem ficar muito ricos. Essa empresa tem a presença do poder público para dizer que tudo tem limite e há também interesse público quando se trata de saneamento e abastecimento no Estado de Minas Gerais.

Os deputados aqui sabem bem que, quando um prefeito, às vezes, procura o deputado, o deputado vai lá na Copasa, marca reunião com o diretor, com o assessor e fala: "Esse município está com problema". E é recebido. Eu acho que, talvez, se privatizar, você vai falar: "Eu estou com uma demanda de um prefeito". E vão falar: "Fale para ele ligar para o 0800. Fale para ele ligar para a ouvidoria. Depois alguém dará uma resposta a ele". Então, é um retrocesso, um retrocesso completo. "Ligue lá para a ouvidoria. Ligue para o 0800. Depois alguém vai dar um retorno, vai responder".

Então, gente, não é possível que, diante de tanta coisa, de tantos argumentos que nós colocamos aqui e que embasam a nossa posição, os colegas não estejam ouvindo. Não é possível. "Ouviram muito isso nas comissões". Muita gente está ali acompanhando, no salão de reuniões, onde há uma televisão. A gente a deixa ligada para ficar acompanhando o que está acontecendo, mesmo quando nos fazemos presentes em Plenário. Estão ouvindo. Vocês entendem, quando eu falo o seguinte: não havendo nenhum argumento que contraponha o que estou dizendo, não havendo nenhuma fala que nos dê argumento para mostrar que estamos errados, sobra o entendimento de que o governo faz isso porque muita gente vai se dar bem nessa história. E quem é? É Aegea? É o BTG? É Zema? É Mateus? É dinheiro para campanha? Ah, não, tem que ter algum argumento para colocar aqui: "Olha, vocês estão errados. Lá na Cochinchina, privatizaram e ficou bom". Não existe isso.

Então, gente, eu estou trazendo isso para dizer para vocês que há tantas alternativas, há tantas possibilidades, há tantos caminhos… E não precisa ser a obsessão de se entregar as nossas águas para o mercado privado. No final, aquilo que é elemento essencial à vida humana vai virar objeto de prateleira de supermercado, para que alguém fique muito rico enquanto as pessoas vão ter problema de abastecimento.

Eu já disse: se alguém acha que a empresa não é boa o suficiente, troque o motorista, tire o Zema, tire o Partido Novo, tire o Mateus, porque nós damos conta de cuidar da empresa.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Boa tarde, caro presidente, estimados colegas deputados e colegas deputadas. Minha saudação, mais uma vez, a todo esse povo trabalhador que resiste aqui na luta, a todos os "copasianos" que nos acompanham por diversas cidades de Minas Gerais. Hoje, com certeza, 853 municípios estão ligados na TV Assembleia, estão acompanhando as nossas redes sociais para testemunhar aquilo que o Parlamento quer retroceder, mas não com a nossa vontade.

Quero cumprimentar o prefeito Marcão, de Serranópolis de Minas; o meu amigo Zé Lelis; e o Dário, de Porteirinha – eu vi ali também o meu amigo, o vereador Serjão, de Glaucilândia –, que representam tantos prefeitos e tantos vereadores que gostariam de estar aqui no nosso lugar, mas que têm na nossa voz a sua representação.

Gente, a Google, uma das empresas que mais lucram com tecnologia no mundo, comemorou 20 anos no Brasil recentemente. Alguém ouviu dizer que o dono da Google quer vendê-la? A Microsoft, também uma das maiores empresas do mundo de tecnologia… Alguém ouviu dizer que o Bill Gates, o dono da Microsoft, deseja vendê-la? (– Manifestação nas galerias.) Gente, há uma coisa que não está batendo. A melhor empresa de saneamento do mundo, que lucra R$1.300.000.000,00 por ano ser privatizada? Por si só, gente…

Nós temos trazido a esta Casa, desde o início do debate, que a questão do Propag… E eu agradeço ao nosso presidente da Assembleia, ao Bloco Democracia e Luta, ao nosso líder Ulysses, a todos os colegas deputados e deputadas e ao senador Rodrigo Pacheco, que construiu a solução para as dívidas dos estados do Brasil. E mais ainda: agradeço ao presidente Lula, que, além de ter sancionado a nova lei do Propag, permitiu a prorrogação dos prazos até 2026, para que os estados possam dizer os valores das suas estatais ou possam dizer sobre a sua adesão.

Então, gente, essa desculpa de privatizar para abaterem a dívida é uma mentira, é uma *fake news*. O que nós vemos aqui, mais uma vez, é uma proposta descabida de um governo que só pensa nos seus amigos, de um governo que prefere privilegiar uma elite mineira, uma elite do País com isenções fiscais na casa de R$25.000.000.000,00, o que, por si só, já seria um grande rendimento para o Estado para abater na dívida com a União, a colocar em jogo a capacidade de atendimento da maior companhia de saneamento do mundo.

Quero dizer, Marcão, que o sonho de Serranópolis de Minas de ter água potável em todas as suas residências, de ter tratamento de esgoto em cada moradia, com a aprovação dessa PEC aqui, começa a ir por água abaixo, porque o que está sendo colocado em prova neste Plenário hoje, além de se desrespeitar a Constituição estadual e a Constituição Federal, quebrando aquilo que foi feito em 2001 com a Emenda Complementar nº 50, é o que vai vir depois, que é a proposta descabida da privatização. O que R$4.000.000.000,00, valor estimado que o Estado aponta para uma possível privatização, vai resolver na vida do Estado, sendo que o governo federal aceita a adesão imediata do Propag sem se privatizar a Copasa? É um assunto que foge aos princípios constitucionais.

O meu pedido aqui – e que conste nos anais desta Casa – é para que, em vez de nós discutirmos a privatização, o fim da possibilidade de o cidadão mineiro optar por "sim" ou por "não" numa eventual privatização de uma companhia estatal, que hoje é a Copasa, mas que amanhã pode ser a Cemig, amanhã pode ser a Codemig, a Gasmig e – quem sabe? – até a escola estadual do seu município… Nós não sabemos o que prever de um governo desse, gente. Eu queria deixar registrado nos anais que há centenas de distritos e localidades rurais que aguardam os investimentos. Para ter lucro, gente, só há uma conta para se fechar: ou é falta de

investimento em mais abastecimento de água, em mais manutenção de rede, em mais cumprimento de contrato de programa, ou é muita fatura sendo cobrada de forma indevida ou além da capacidade devida.

Então eu queria registrar que os diversos municípios, como Serranópolis de Minas, que pede, há oito anos, que o governo do Estado, como fez agora em São João do Paraíso, como fez em Salinas, como fez em tantos municípios, assuma efetivamente a gestão da barragem, garantindo água potável para todo o povo de Serranópolis de Minas. Que ele assuma aquela gestão e coloque esgoto para cada casa. E são vários distritos, como, por exemplo, São João da Lagoa e Simão Campos, em São João da Ponte, com mais de dois mil habitantes, que, há mais de vinte anos, sonham em ter água potável. Nós temos bairros à beira da represa e Rancho Água Comprida, em Água Comprida; Abacaxi e Barreiro dos Porcos, em Águas Vermelhas; São Bento, em Alpinópolis; Curral Novo de Minas, em Antônio Carlos; Hematita e Porteira Grande, em Antônio Dias; Boa Vista, Ilha e Paus Secos, em Arcos; Baependi, dentro de Baependi, que está sonhando com água potável; Luminosa, em Brazópolis; Loteamento dos Lagos, em Bueno Brandão, São José do Bugre, no Município de Bugre; Vila Serrana, em Buritis; Água Boa; Boa Vista, Estrela Dalva, Itapoã e Parque do Buritis, em Caetanópolis; Morro Grande, Sapé e Sítio Turvo, em Cajuri; Vilas de Monte Verde I, II, III e IV, em Camanducaia; Posses, em Campestre; Caçarema, Orion, Poço do Pedro, Santana da Serra e Virgilândia, em Capitão Enéas; Dom Lara, em Caratinga; Quintinos, em Carmo do Paranaíba; Itaci, em Carmo do Rio Claro; Barreiro Branco, em Catuti; Corumbá, em Cláudio; Aldeia do Pará e Santana da Prata, em Conceição do Pará; Águas de Contendas, em Conceição do Rio Verde; Campo do Meio, em Conceição dos Ouros; Bombaca, Congonhas, Esmeril, Lobo Leite, Monjolos, Pires, Vila Cardoso e Vila José Marques, em Congonhas; Buarque de Macedo, Murtinho e São Vicente, bairros na cidade de Conselheiro Lafaiete; São Geraldo e São Joaquim, em Coração de Jesus; Comunidade Lavado, em Corinto; Curral de Dentro, na sede, e Maristela, em Curral de Dentro; Bananal, Roça do Brejo e São José das Pedras, em Curvelo; São Norberto, em Engenheiro Navarro; Andiroba, Bairro Serra Verde, Beira Córrego, Bela Vista, Boa Vista e Cachoeira de Baixo, em Esmeraldas; Comunidade do Santo Antônio do Charque, Charquinho, em Espinosa; Baú, em Estrela do Indaiá; Ilha do Mangabal, Lago dos Cisnes, Lagoa do Meio e São Geraldo do Salto, em Felixlândia; Borba Gato, em Ferros; todo o Bairro Veraneiro e o Condomínio Náutico, em Fronteira; Aparecida de Minas e Boa Esperança, em Frutal; comunidade de Boa Vista e Bom Jesus da Vereda, em Ibiaí; comunidade Logradouro e Nova Aparecida, em Icaraí de Minas; Barra da Areia, Barra de Alegria, Boa Vista, Lagoa da Pedra e Pintado, em Indaiabira; comunidade Boachá, em Ipaba; Bairro São Francisco, Brejo Santana, Rancharia e Vila Florentina, em Itacarambi; o Projeto Mocambinho, o Núcleo 1, o Núcleo 2, o Núcleo 3 e o Núcleo 4, de Jaíba; Caraíbas, Carrasco, Fabião 1, Laranjeiras, Várzea Bonita; e as comunidades rurais de Januária, sem falar de Boa Vista e tantas comunidades de Montalvânia. Gente, são 3.500.000 mineiros que não têm água potável da Copasa.

Aqui nós poderíamos estar discutindo mais que isso, mais do que tirar direito do povo, mais do que rasgar a Constituição estadual, e sim colocar no orçamento dinheiro, obrigar a Copasa, obrigar o Estado a levar água para quem mais precisa. Eu fiz questão de narrar aqui parte das mais de duzentas localidades de Minas Gerais que ainda sonham em ter água potável. Hoje, se há água potável, se há trabalho da Copasa, é porque existe o suor desses trabalhadores “copasianos” e “copasianas” que dedicam 24 horas da sua vida ao saneamento no Brasil, a oferecer água de qualidade para todos.

Obrigado, presidente. Mais que isso, eu quero dizer do nosso compromisso para lutar por mais propostas que garantam água e saneamento, porque é um absurdo o Estado de Minas Gerais ter ainda cidades como Serranópolis de Minas, Indaiabira e tantas outras sonhando com a água.

Questão de Ordem

O deputado Ricardo Campos – Sr. Presidente, eu concluo minha fala e aproveito para pedir recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Ricardo Campos) – (– Faz a chamada.).

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigado, deputado Ricardo Campos. Responderam à chamada 45 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Obrigada, presidente. Caros deputados, colegas deputadas, todos os presentes aqui, hoje é o nosso dia de votação, em segundo turno, da PEC do Cala a Boca, a PEC do Zema. Gente, é preciso fazermos alguns esclarecimentos, aproveitando os requerimentos que estão sendo apresentados.

Nós, do Bloco Democracia e Luta, estamos apresentando requerimentos importantes para garantir uma discussão plena e profunda sobre a votação da PEC nº 24. Eu preciso fazer um esclarecimento em relação a dois processos que agora começam a confundir ainda mais a nossa população. O Propag e a privatização são dois processos completamente diferentes e distintos. O Propag é uma ação legislativa que tem como princípio cuidar de resolver o grande problema da dívida do Estado de Minas Gerais. O Propag é uma iniciativa legislativa construída a muitas mãos aqui na Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelos deputados e deputadas do Bloco Democracia e Luta, que trabalham para propor uma solução para a dívida do Estado com a União.

Nós contamos com a atuação altiva, forte e comprometida do presidente Tadeu Martins Leite na construção do Propag, e com a presença e a capacidade de articulação política do senador Rodrigo Pacheco, que apresentou ao governo federal a solução do Propag, que propõe, em 30 anos, diminuir um problema do nosso estado, que é uma dívida bilionária. O Estado de Minas Gerais tem uma dívida de R$175.000.000.000,00 com o governo federal.

No governo Zema, essa dívida aumentou em 50%. Olhem aqui: um governo que se apresenta como aquele que soluciona problemas, um governo que se diz comprometido com a vida do nosso estado não poderia jamais ter deixado a dívida aumentar em 50%, como fez o governador Zema. Além de não pagar a dívida, ele aumentou, em seu primeiro mandato, a dívida do Estado em 50%. Isso não é, nem de perto, um governo eficiente. Isso é um governo que precariza o Estado para entregá-lo de mãos beijadas ao capital. E aí, gente, o Propag é muito diferente da privatização, que é o que o Zema está tentando fazer com sua mais recente propaganda enganosa, dizendo que o Propag exige privatização. Não exige, não! O que o Zema está fazendo é, mais uma vez, propaganda enganosa com um processo legislativo que vem cuidar do nosso estado.

Eu queria deixar bem claro que o que o Zema propôs para resolver a dívida do Estado, que é o Regime de Recuperação Fiscal – RRF –, é, mais uma vez, um regime de atrocidades. O Regime de Recuperação Fiscal, para quem não está se lembrando, é um regime que precariza ainda mais as ações do Estado. Com o Regime de Recuperação Fiscal, o Zema queria congelar salários, precarizar ainda mais as nossas empresas, estabelecer o teto para as políticas sociais do Estado, congelar concurso público, ou seja, dificultar ainda mais que o nosso estado possa atender, com qualidade e com respeito, a nossa população. Agora, quando nós conseguimos avançar no Propag, ele vem com a propaganda enganosa e quer forçar a aprovação da PEC nº 24 aqui na Casa. Só, gente, que essa PEC é um ataque à participação popular no nosso estado, é o fim do referendo para a Copasa, é um ataque ao povo mineiro, é uma mordaça na boca do povo mineiro. Ela tenta calar a boca da população em definir o futuro de uma empresa estratégica, como é a Copasa, que garante o direito à água, o direito ao saneamento básico da nossa população. Para quem está nos acompanhando, para quem está nos ouvindo, nós estamos falando de uma empresa, a Copasa, que é uma empresa que dá muito lucro para o nosso estado. É uma empresa, gente, que, no ano passado, no ano de 2024, rendeu, em lucros, mais de R$1.032.000.000,00. É uma empresa bilionária, que o Zema quer entregar de mão beijada para o mercado.

É sobre isso que nós estamos falando aqui. O fim do referendo é tirar o direito da nossa população, é tirar a participação popular sob a definição de uma empresa lucrativa para o nosso estado, que deveria estar devolvendo recursos para o nosso estado, reinjetando recursos para dentro da empresa, para garantir a qualidade do abastecimento de água, para garantir o saneamento básico. O Zema quer, na verdade, entregar tudo isso, de mão beijada, para o capital. Sabe por que, gente? Na hora em que essa empresa for privatizada, não vai haver o subsídio cruzado para garantir que a Copanor possa continuar atendendo o Vale do Jequitinhonha, para que possa continuar atendendo a região Norte do nosso estado, o Mucuri, que são territórios que sofrem com a escassez hídrica. Quem

garante hoje acesso à água e ao saneamento básico a esses territórios é o subsídio cruzado, que só uma empresa do Estado pode garantir, porque nenhum empresário vai querer investir o seu lucro onde não há retorno. Água, energia, direitos fundamentais não podem estar nas mãos de empresários, gente. É isso que nós estamos discutindo aqui. E retirar o referendo da nossa população, além de ser um cala-boca, além de ser uma covardia, além de ser um ato antidemocrático do governo Zema, é retirar da população o direito de se manifestar sobre uma empresa pública, que é bem do Estado, que é bem das pessoas. O Governo Zema, gente, já está indo embora. O governador não continuará governando este Estado, mas a vida da nossa população continuará sendo responsabilidade de cada uma e de cada um de nós aqui.

Olha, a gente precisa continuar aqui até o momento da votação, lutando, valorizando e respeitando a atuação de cada um de vocês aqui, que sabe a importância da empresa pública, que sabe a importância da garantia de água para a nossa população, que vai nos rincões do nosso estado, garantir que esse serviço seja prestado. Nós vamos continuar aqui, defendendo o referendo porque nós estamos defendendo a água, porque nós estamos defendendo a vida, porque nós estamos defendendo uma empresa pública, que é do povo de Minas Gerais, que não é de nenhum governador, não é de nenhuma deputada ou de nenhum deputado. Ela é do povo.

Quando a população fala, esta Casa tem de ouvir. Por isso, gente, nós trabalhamos incansavelmente para garantir o referendo popular. Nós queremos garantir que a voz do povo seja o destino do nosso estado. O Zema ouviu bem a voz do povo quando ele foi eleito. Por que ele não pode ouvir agora? Por que ele não pode garantir agora? Sabe por quê? Porque ele quer ir embora e deixar este Estado entregue ao mercado, ao capital e ver amargar por aí mais inúmeras vidas. E nós não podemos compactuar com isso.

Então, gente, fica aqui o meu apelo: água não é mercadoria. As vidas que serão impactadas pela falta da água e pela falta de saneamento básico não podem entrar nas estatísticas; nós temos aqui um estudo que mostra que o Estado de Minas Gerais lidera o *ranking* dos estados com maior contaminação da saúde das pessoas por falta de saneamento básico. Isso vai aumentar. Quando se privatiza um serviço público tão estratégico quanto a água, nós estamos privatizando o direito das pessoas. E já está provado por aí – em Ouro Preto, em São Paulo, em Tocantins – que, quando as empresas de água foram privatizadas, a conta de água aumentou, e a qualidade do serviço diminuiu.

A Copasa é uma empresa reconhecida no Brasil pela excelência do seu serviço. E não é que está tudo resolvido, não. A gente tem problema na Copasa, mas privatizar não é a solução, privatizar não é o que propõe o Propag. O Propag é uma iniciativa séria legislativa que propõe resolver o problema da dívida do nosso Estado. E aí, gente, não dá para tacitamente permitirmos o fim desse referendo.

Continuem contando comigo aqui nessa tribuna, prefeito Marcão, para defender a Copasa, para defender o referendo.

O presidente – Obrigado, deputada Ana Paula. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Então queremos fazer uma saudação, já que vocês estão chamando o Padre João. Está aqui presente o deputado federal Padre João. (– Manifestação nas galerias.) Presente também na Assembleia… Deputado Tadeu, estou cumprimentando aqui, mas sei que V. Exa. já fez isso.

Eu quero dizer que o deputado Betão e também os deputados da Comissão do Trabalho estão presentes no AJA – Auditório José Alencar – porque, *pari passu*, ao tempo que temos trabalhadores aqui no Plenário, nós estamos com o AJA e com o rol das Bandeiras lotado de gente. Então uma salva de palma aos trabalhadores, servidores da Copasa! Agora eu quero utilizar essa fala e peço um pouquinho a atenção de vocês para que a gente compreenda os próximos passos da nossa luta.

Ontem, eu e a deputada Beatriz – fiz questão de participar na Comissão de Administração – realizamos uma audiência pública para que o Estado explique os Projetos de Lei nºs 37 e 39 e o PL nº 4.552. Fiquem atentos a esses dois projetos de lei, porque nós estamos tratando daquela proposta do governo do Estado para acabar com a Arsae, para acabar com a fiscalização; por isso é importante que na luta a gente compreenda o que eles querem fazer com isso. Eles propõem a criação de quatro blocos. Se pegar o

Bloco 1 e o Bloco 2 vão ver que os dois blocos somam 643 municípios de Minas Gerais. Só que o Bloco 1 é o bloco da turma que quer ganhar dinheiro, quer a privatização, quer o lucro acima de tudo. Está lá Belo Horizonte e a região metropolitana. No Bloco 2 está a nossa região que convive com a seca na caatinga, o nosso povo do Vale do Jequitinhonha. Vocês acham que eles estão preparando essa divisão no território para poder retirar de onde tem lucro para ajudar onde não tem? (– Manifestação nas galerias.) Não! Eles estão fazendo isso para apontar para o capital, para a turma do BTG Pactual; que eles apontem apenas a licitação para destruir a participação pública e levar lucro atrás de lucro. Eu ainda não tinha falado, mas quero dar os parabéns ao prefeito Álvaro Damião, que outro dia disse: "Quer vender a Copasa? Sente aqui para conversar". Por quê? Porque, se a Prefeitura de Belo Horizonte, a Prefeitura de Contagem e as prefeituras da região metropolitana derem uma boa banana para o Zema, nós teremos chance de derrotar essa privatização.

Vocês sabem que o Zema, esse governador, é tão covarde que está enganando inclusive os prefeitos. Ontem, vimos aqui, em audiência pública, que havia dois prefeitos, o de Cajuri e a de Lima Duarte. Esses dois são presidentes de consórcios. Na cara deles – eles são da Zona da Mata, da Bacia do Rio Doce –, o subsecretário disse que o governo se encontrou com todos os 200 prefeitos da bacia. Eu olhei para os dois prefeitos ao meu lado – não foi, Beatriz? –, e eles disseram: "Nunca fomos consultados". Então o governo Zema mente! Mente descaradamente. Os prefeitos, os secretários, todos estão sendo traídos pelo Zema. Como é que a base de Zema ainda não entendeu isso? (– Manifestação nas galerias.) Quero continuar. Conto com a contribuição de vocês, porque o que estou dizendo aqui é luz para os nossos próximos passos nesta luta.

Aqui, também, eu e o deputado federal Padre João estamos trazendo a denúncia de que o que se deseja com a divisão da Arsae – colocar o bloco que diz respeito à Bacia do Rio Doce – está trazendo para nós a certeza de que os quase R$11.000.000.000,00 que serão destinados ao saneamento na bacia estão sendo colocados, primeiro, nas mãos das empresas. Por isso há essa sanha do Zema em privatizar a Copasa. Ele quer abocanhar os R$11.000.000.000,00 e colocá-los no bolso dos seus apaniguados.

Este dia em que completamos 10 anos do crime, essa denúncia do Plenário, mostra que ele quer… Primeiro, 80% dos planos de saneamento feitos na Bacia do Rio Doce são responsabilidades dos comitês de bacias. Que garantia teremos de que esses planos serão implementados se querem levar a privatização a todo custo, sem a participação do poder público? Uma segunda pergunta: se os municípios não aderirem conforme querem nessa lei da Arsae – que dá 180 dias para adesão –, eles também ficarão sem o recurso da reparação, do Termo de Ajustamento de Conduta da repactuação do Rio Doce? Tudo isso está em jogo. É por essa razão que estamos aqui dissecando qual é a artimanha, a tramoia que está diante da votação que, provavelmente, vai acontecer nas próximas horas aqui, no Plenário da Assembleia.

Nós não estamos aqui com fala rasa, superficial. Estamos trazendo dados concretos sobre o porquê de Zema querer a privatização do saneamento e a venda da Copasa e da Copanor. Ele não quer só dinheiro; ele quer que o dinheiro que ele colocará no bolso da Faria Lima, do BTG e da turma que já se juntou para vencer um certame possível reverta para sua campanha *fake* à Presidência do Brasil. Nunca vai ser! Nunca vai ser! Não vai ser por três razões simples. Primeiro, porque a nossa luta desmascarou Zema, colocou-o nu diante do povo de Minas Gerais. Segundo, porque quem trai o povo vai receber do povo o não. Mateus Simões também não será governador de Minas. (– Manifestação nas galerias.) Terceiro, e não menos importante: nós vamos resistir. Nós precisamos que a base do governo compreenda que vamos entrar no ano eleitoral. Nós não vamos permitir que esse projeto da Arsae e, depois, que o projeto que vende a Copasa ganhem força.

Nós queremos e vamos manter acesa a luta da Copasa, tendo junto os servidores da Cemig, os servidores do Sisema, tendo os movimentos populares, o MAM, o Sind-UTE, o MST. Nós temos que conclamar o povo de Minas para derrubar o Zema, porque, senão, a gente vai entregar toda a soberania do povo. (– Canta:) "Nosso direito vem. Nosso direito vem. Se não vem nosso direito, Minas vai perder também. Nosso direito vem. Nosso direito vem. Se não vem nosso direito, Minas vai perder também". Viva a luta! Viva os trabalhadores! Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Leleco. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Obrigada, presidente. Quero, mais uma vez, saudar os que estão nas galerias e os que estão em casa nos acompanhando. Eu já recebi, no intervalo do almoço, muitas mensagens daqueles que estão acompanhando, de casa, este dia no Parlamento.

Nós estamos aqui para, mais uma vez, dizer que uma proposta dessas não devia "prosperar", como diz o tema do governador – um estado que está prosperando. Como este momento é de prosperar? O que sabemos é o seguinte: quando vamos vender algum patrimônio na nossa casa, na nossa propriedade, fazemos isso porque estamos empobrecendo ou porque vamos reinvestir em algo melhor?

Esse é o sentimento que a gente tem: o patrimônio construído ao longo dos anos por nós, mineiros e mineiras, uma empresa – todo mundo já leu sobre isso – que tem uma excelente avaliação… Ela foi eleita, em 2025, como uma das principais empresas globais de saneamento por um veículo internacional como a revista *Time*. Como a gente vai vender um patrimônio para não fazer nenhuma proposta de reinvestimento no social ou naquilo que a gente quer que o povo mineiro acesse? Isso é empobrecimento, na nossa avaliação. Isso é pegar o nosso dinheiro, acumulado ao longo dos anos na empresa, e entregar para o capital privado.

E a gente sabe que o interesse do capital privado não tem nada a ver com o social, não tem nada a ver com atender as pessoas mais pobres, não tem nada a ver com acudir aqueles que vão passar sede. Nós sabemos que os interesses do capital privado são outros. É essa a nossa preocupação. A gente segue firme em defesa de que o Estado de Minas Gerais, para ser um estado próspero, tem que ser um estado que protege o seu patrimônio. Nós não podemos nos arvorar em esse investimento, feito pelo capital internacional, voltar para a população de Minas Gerais.

Nós estamos falando isso porque não há como contra-argumentar com dados. A gente, lendo as informações… Por exemplo, em Pará de Minas, próximo a nós, a promessa inicial do processo de licenciamento… A empresa afirmou que haveria a redução das tarifas. Claro, houve uma queda inicial de 3%. O que aconteceu depois? Pouco tempo depois, o que aconteceu foi o que a gente também está temendo que aconteça aqui em Minas Gerais: o aumento exponencial das tarifas de 86% para as famílias que utilizam a tarifa social e de 36% para os demais usuários das residências. Em Ouro Preto, a cidade do deputado Leleco, que me antecedeu, não foi diferente: cobranças abusivas nas contas de água, com valor até três vezes maior do que a média de outros municípios. O preço elevado das tarifas faz com que muitas famílias não consigam pagar a conta, sofram com o corte e fiquem desassistidas com a falta de abastecimento em algumas regiões, além da má qualidade da água. Em Valadares, também aqui, em Minas Gerais, a falta de água é um problema sério em diversas partes dos bairros do município. No Rio de Janeiro – nesta semana, a gente acompanhou as notícias de lá –, não há diferença: queda no percentual de tratamento do esgoto, aumento das reclamações por falta de água, tarifas mais altas com serviços mais pobres, falta de água constante, sucessivas falhas no sistema de abastecimento. Em Manaus, também. As queixas em todos os lugares em que houve privatização são as mesmas, as mesmas que a gente teme que aconteçam em Minas Gerais: o desabastecimento de água para a população mais pobre.

A nossa luta, que começou lá atrás, é uma luta de quem também se preocupa com o governo federal. Nós falamos que entramos no Propag para sairmos do Regime de Recuperação Fiscal, para diminuirmos os juros da dívida e para criarmos condições para que Minas possa pagá-la. E isso a gente atribui ao presidente desta Casa, que fez diversas viagens a Brasília, que fez reuniões com o senador Pacheco para a gente conseguir o Propag, que é uma das melhores propostas discutidas neste país em relação às dívidas do Estado. Mas a gente, ao pedir a adesão ao Propag, não sinalizou que era para privatizar, a gente não deu esse recado ao governo. E existe uma coisa que, para a gente, é muito importante: o Estado está perdendo mensalmente recursos consideráveis, porque ainda não aderiu ao Propag. Ele ainda quer colocar ativos nessa negociação. E esses ativos significam colocar a Copasa, colocar o nosso patrimônio, colocar aquilo que construímos ao longo dos anos… Por isso, a nossa resistência, a nossa luta. Nós não

nos cansamos de dizer aqui e para a sociedade mineira que a Copasa é nossa – a Copasa é nossa, é o nosso patrimônio. E não estamos autorizando o governo de Minas a vender essa empresa tão importante para todos nós.

Por isso, nós estamos juntos com vocês nesta tarde, e não só hoje, mas em vários dias que antecederam esta reunião, para dar este recado ao governo Zema, ao governador do Estado: nós vamos lutar, vamos seguir em luta. Mesmo que passe a PEC que retira o nosso direito de opinar sobre esse processo de venda, nós seguiremos em luta no segundo momento, quando forem discutir o projeto de privatização dessa empresa tão importante para todos nós. Então a luta não se encerra hoje. Nós seguiremos firmes, de cabeça erguida, entendendo que fizemos o melhor, que vamos fazer parte de uma história deste estado e do Parlamento com que não compactuamos. A gente não concedeu ao governador essa história de tirar a consulta da PEC em Minas Gerais. Nós não queremos ser lembrados, na história política de Minas Gerais, como aqueles parlamentares que ajudaram a piorar, a precarizar, a não garantir acesso à água para a população mais pobre. Que não sejamos, no futuro, um estado que passa sede. Que sigamos firmes nessa luta, na certeza e na esperança de podermos, na outra rodada de negociação, vencer essa batalha. Um grande abraço.

Encerramento

O presidente – Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/11/2025

Presidência dos Deputados Tadeu Leite e Duarte Bechir

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso da deputada Andréia de Jesus; aprovação – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 4.661/2025; Requerimentos nºs 14.968, 14.971 e 14.983 a 14.985/2025 – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023; discursos da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares e João Magalhães; Suspensão e Reabertura da Reunião; discurso do deputado Leleco Pimentel, das deputadas Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves e do deputado Lincoln Drumond; Suspensão e Reabertura da Reunião; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; Suspensão e Reabertura da Reunião; aprovação – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2024; Suspensão e Reabertura da Reunião; apresentação da Emenda nº 1; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com a proposta à Comissão Especial – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Alencar da Silveira Jr. – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lincoln Drumond – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita

– Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Obrigada, presidente. É importante que as pessoas saibam que a reunião de Plenário do horário da manhã foi encerrada, e estávamos no processo de encaminhar um requerimento importante, que era de inversão de pauta. Infelizmente hoje nós não estamos discutindo só a PEC do Cala a Boca. Havia outras pautas no Plenário, e queremos garantir que hoje seja o momento para usarmos toda a nossa energia e garantirmos que as pessoas que aqui estão saibam que estamos mobilizados – nós, do Bloco Democracia e Luta – para tirar de votação a PEC que tenta silenciar o povo mineiro. Então, mesmo que o Plenário tenha encerrado antes de votarmos o requerimento, é importante que fique registrado em ata – inclusive outros deputados estavam inscritos para encaminhar – que o nosso objetivo hoje é desmobilizar os parlamentares que querem votar pelo fim do referendo. Isso não pode gerar nenhuma confusão, principalmente porque infelizmente as pessoas que estão do lado de fora da Assembleia não estão conseguindo acompanhar o Plenário, porque, no momento, está havendo também audiência pública no Plenário maior, lá fora, e está sendo transmitida lá a audiência e não o que está acontecendo no Plenário. Há mais de três mil pessoas lá fora que deveriam, neste momento, estar acompanhando o Plenário. Nós estamos fazendo o trabalho agora de tentar mobilizar e fazer com que os deputados que estão na audiência possam se juntar ao Plenário e garantir que a transmissão lá fora… Estou falando que mais de três mil pessoas não sabem o que está acontecendo no Plenário, não estão conseguindo acompanhar, porque a reunião não está sendo transmitida lá fora. Aqui dentro o Plenário tem pouco espaço, não cabe a representatividade que tem o tema que estamos discutindo. Tirar o referendo dos mineiros, tirar o direito dos mineiros de decidir sobre qualquer mudança a ser feita na Copasa e nas estatais é um assunto de interesse de todos. Portanto nós precisamos garantir que as pessoas que estão lá fora possam acompanhar os debates. Então é ajustar a ata para saber que há mais de três mil mineiros lá fora, sem poder acompanhar o Plenário. Mas o Plenário está discutindo o único assunto que é importante. Nós não queremos que a PEC do Cala a Boca seja aprovada, retirando o direito do povo de ser ouvido em relação à venda da Copasa. Aproveito, presidente, também finalizando o tempo, para ser solidária à presidenta do México, Claudia Sheinbaum, que sofreu assédio agora, em público. Se uma presidenta, em público, sofre assédio, a ponto de um homem tocar no corpo dela, sabemos o quanto nós, mulheres, precisamos lutar ainda muito, mesmo ocupando espaços de poder e de decisão, para ter o nosso corpo preservado. Então a minha solidariedade à presidenta do México. E volto a dizer: é preciso corrigir a ata e colocar essa informação importante. Boa parte das pessoas que vieram acompanhar o Plenário não estão conseguindo acompanhar, porque a transmissão, neste momento, não atende quem está do lado de fora. Obrigada, presidente.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Correspondência

– O deputado Gustavo Santana, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício nº 303/2025, da Prefeitura Municipal de Rio Vermelho, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 938/2023, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 938/2023.)

Ofício da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.137/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 3.137/2023.)

Ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.791/2023, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. (– Anexe-se ao Requerimento nº 4.791/2023.)

Ofício nº 964/2024/DPG/DPMG, da Defensoria Pública de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.085/2024, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao Requerimento nº 7.085/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.717/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.717/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.718/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.718/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.765/2025, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.765/2025.)

Ofício da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.210/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.210/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.372/2025, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.372/2025.)

Ofício nº 1.398/2025-DPMG-DPG, da Defensoria Pública de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.427/2025, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.427/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.436/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.436/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.438/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.438/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.106/2025, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.106/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.197/2025, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.197/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.658/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.658/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.664/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.664/2025.)

Ofício nº 287/2025/PMSL, da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.679/2025, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.679/2025.)

Ofício nº 60/2025-ASI/Aneel, da Agência Nacional de Energia Elétrica, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.714/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.714/2025.)

Ofício nº 1.403/2025-DPMG-DPG, da Defensoria Pública de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.734/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.734/2025.)

Ofício nº 1.401/2025-DPMG-DPG, da Defensoria Pública de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.055/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.055/2025.)

Ofício da Fundação Estadual de Meio Ambiente prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.353/2025, da Comissão de Minas e Energia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.353/2025.)

Ofício do Instituto Mineiro de Agropecuária prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.363/2025, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.363/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.471/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.471/2025.)

Ofício nº 6.655/2025/GAB Presi/Presi-Iphan, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.708/2025, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.708/2025.)

Ofício do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.710/2025, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.710/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.711/2025, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.711/2025.)

Ofício nº 460/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Sabará, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.728/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.728/2025.)

Ofício da Ouvidoria-Geral do Estado prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.745/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.745/2025.)

Ofício nº 1.696/2025 SMGO/Suasp-Dale, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.748/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.748/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.770/2025, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.770/2025.)

Ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.890/2025, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.890/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.944/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.944/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.965/2025, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.965/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.970/2025, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.970/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.970/2025, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.970/2025.)

Ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.976/2025, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.976/2025.)

Ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.979/2025, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.979/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.980/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.980/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.982/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.982/2025.)

Ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.983/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.983/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.984/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.984/2025.)

Ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.985/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.985/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.986/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.986/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.987/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.987/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.988/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.988/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.989/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.989/2025.)

Ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.990/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.990/2025.)

Ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.991/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.991/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.992/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.992/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.993/2025, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.993/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.026/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.026/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.027/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.027/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.028/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.028/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.030/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.030/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.032/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.032/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.033/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.033/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.034/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.034/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.034/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.034/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.034/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.034/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.036/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.036/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.036/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.036/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.036/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.036/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.038/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.038/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.038/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.038/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.038/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.038/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.041/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.041/2025.)

Ofício do Instituto Mineiro de Agropecuária prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.073/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.073/2025.)

Ofício do Instituto Mineiro de Agropecuária prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.074/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.074/2025.)

Ofício do Instituto Mineiro de Agropecuária prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.079/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.079/2025.)

Ofício nº 1.527/2025-GAB/PGJ, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.079/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.079/2025.)

Ofício da Fundação Estadual de Meio Ambiente prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.106/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.106/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.108/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.108/2025.)

Ofício do Instituto Estadual de Florestas prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.108/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.108/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.110/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.110/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.116/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.116/2025.)

Ofício do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.118/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.118/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.135/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.135/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.146/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.146/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.157/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.157/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.158/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.158/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.159/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.159/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.161/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.161/2025.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.169/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.169/2025.)

Ofício nº 1.519/2025-GAB/PGJ, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.248/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.248/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.313/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.313/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.317/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.317/2025.)

Ofício nº 10.696/2025/GAB-Senasp/Senasp/MJ, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 17.084/2025, do deputado Professor Cleiton. (– À Comissão de Administração Pública.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social solicitando prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 13.732/2025. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

Ofício da Fundação Estadual de Meio Ambiente solicitando prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 14.104/2025. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável solicitando prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 14.104/2025. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável solicitando prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 14.109/2025. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.661/2025

Declara de utilidade pública o Instituto Construções e Montagens de Projetos para Trabalhadores – ICMPT –, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Construções e Montagens de Projetos para Trabalhadores — ICMPT –, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de outubro de 2025.

Leleco Pimentel (PT), presidente da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, presidente da Cipe Rio Doce, responsável da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e vice-presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Justificação: O Instituto Construções e Montagens de Projetos para Trabalhadores – ICMPT – é uma entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade a promoção do bem-estar social e da qualidade de vida do trabalhador e seus dependentes. Seu trabalho abrange um vasto leque de ações nas áreas de assistência social, educação, esporte, cultura, saúde, inclusão produtiva, proteção ao trabalhador, capacitação profissional e inclusão de pessoas com deficiência. Com sede no município de Conselheiro Lafaiete, o ICMPT atua de forma direta e indireta na elaboração e execução de projetos que visam à formação cidadã, à geração de renda, à inclusão social e à defesa de direitos humanos, com atenção especial aos grupos em situação de vulnerabilidade.

A entidade presta serviços como alfabetização de adultos, cursos profissionalizantes, oficinas culturais, atividades esportivas, apoio a jovens aprendizes, distribuição de cestas básicas, ações de saúde preventiva e apoio à população com deficiência, entre outros. O Instituto também mantém parcerias com órgãos públicos e privados, sendo reconhecido pelo comprometimento com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e inclusão social. A abrangência de suas atividades contribui de forma significativa para o desenvolvimento social local e o fortalecimento dos laços comunitários.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 14.968/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para priorizar a renegociação das dívidas de moradores dos Condomínios Granada, Hematita e Águas Marinhas, no Bairro Vista do Sol, em Belo Horizonte, e Icaivera I e II, em Contagem, de modo a propiciar maior

parcelamento e redução dos valores mensais, considerando-se a real impossibilidade de quitação das parcelas atualmente em aberto. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 14.971/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Metrô BH pedido de providências para reavaliarem a situação de 16 famílias que estão sendo impactadas pelas obras da Linha 2 do metrô e não foram beneficiadas no acordo firmado no âmbito do Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais – Compor-MPMG – de forma a incluí-las no referido acordo, visto que há relatos de interferência das obras nas edificações e na segurança das famílias.

Nº 14.983/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Cíntia Gasbarro de Paula, docente na Escola Estadual Irmã Raimunda Marques, situada em Curvelo, pela conquista do Prêmio Nacional Liga STEAM, organizado pela Fundação ArcelorMittal. (– À Comissão de Educação.)

Nº 14.984/2025, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a torcida do Cruzeiro Esporte Clube pela histórica marca de mais de um milhão de torcedores em seus jogos como mandante em 2025, número alcançado em 1º/11/2025, na partida contra o Vitória pela 31ª rodada do Campeonato Brasileiro. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 14.985/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que seja retomada a residência médica na Maternidade Odete Valadares, mantendo o funcionamento dos serviços do Hospital Alberto Cavalcanti, a fim de formar novos mastologistas, em razão da falta desses profissionais no Estado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

2ª Fase

O presidente – Não havendo matéria a ser apreciada na 1ª Fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023, do governador do Estado, que revoga os §§ 15 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Muito bem, presidente! Boa tarde, pessoal! Vamos até o final. A luta que se perde é a luta que se abandona. Não vamos abandonar essa luta. Existe muita luta para ser feita, e vamos fazê-la em todos os aspectos e pelo tempo que for necessário. No período da manhã, eu havia dito, não sei se havia transmissão na parte externa da Assembleia… Preciso compartilhar com os colegas que lá fora há um mar de gente, um mar de gente! A parte externa da Assembleia está completamente tomada! É muita gente: centenas, alguns milhares de trabalhadores da Copasa, de movimentos sociais, populares e sindicais, profissionais da educação com caravanas de várias regiões do Estado. Então o que vocês estão vendo nas galerias é apenas uma

representação. Obrigada por vocês estarem nas galerias desde as 9 horas da manhã. A parte externa da Assembleia tem um mar de gente na luta contra a retirada do referendo da Constituição do Estado.

Pessoal, agora a gente entrou na fase de encaminhamento de votação. Então, depois dos nossos inscritos para encaminhar contrariamente à PEC nº 24, já virá o período de votação. Todos os requerimentos de obstrução que tínhamos foram tratados no período da manhã. A PEC não foi votada porque fizemos obstrução, mas agora chegou a fase do encaminhamento de votação. Nós, do Bloco Democracia e Luta, faremos o debate aqui, ao microfone. E aí, na sequência, teremos a votação. Queria explicar a vocês, rapidamente, que tenho uma questão de ordem para apresentar, para vocês compreenderem a luta no Parlamento. Primeiramente quero dizer que acredito nesta luta. Vou tomar emprestada a luta da Uemg, protagonizada pela luta da Aduemg, que é a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais. Ninguém acreditou na possibilidade de se fechar uma universidade naquele discurso de federalização – o projeto que o governador enviou à Assembleia junto com esse pacote da privatização.

Assim como o Sindágua está fazendo, a Aduemg começou um processo de mobilização em todas as regiões do Estado através de plenárias, discussões nas unidades, audiências em câmaras municipais. Ao mesmo tempo, a Aduemg veio para o Parlamento e estabeleceu conosco, do Bloco Democracia e Luta, uma jornada de lutas contra o projeto de lei que está aqui, na Assembleia, sobre a Uemg e sobre outro projeto. A Aduemg lutava contra dois projetos, pois existe também o projeto da venda de imóveis. Enquanto as lutas popular e sindical do povo aconteciam em todo o Estado, a Aduemg articulou conosco, com aqueles que são contra o ataque à Uemg, lutas importantes, que se estenderam por um longo período, porque esses projetos são do semestre passado. Recentemente, ou melhor, ontem, foi votado, na Comissão de Administração Pública, um parecer sobre o projeto de lei da venda de imóveis, em que todos os imóveis da Uemg foram retirados.

Já foi anunciado, por lideranças do governo aqui, na Assembleia, que o projeto sobre o fim da universidade, sobre a suposta federalização, não tramitará. Então o que quero dizer com esse exemplo da Uemg, das unidades da Uemg, da reitoria que se mobilizou, do movimento estudantil muito atuante, de toda a solidariedade do movimento sindical, de toda a luta do movimento popular, é que a Uemg venceu, e a Copasa vai vencer. Negar a política, negar a luta no Parlamento, como se aqui todos fôssemos – vou pegar o jargão sindical que a gente usa – um bando de pelegos que não estamos fazendo o suficiente, é abandonar a luta em defesa da Copasa. A política decide a nossa vida, e falar contra a política é dizer que a gente se afaste. E, quando a gente se afasta, outros entram. Não existe espaço vazio.

Então esta luta parlamentar não substitui a luta popular nem a luta sindical. Precisamos ter a inteligência de integrar as lutas, porque existem as pautas do poder econômico. Vou contar para vocês a história do *Caderno Azul da Fiemg*, que todos nós, deputados, recebemos. A pauta era assim: agenda prioritária legislativa da Fiemg, e tem o ano. Esse poder econômico listou projetos aos quais são contrários e projetos que querem, na visão deles, por exemplo, proteger a Serra do Curral – somos contra; proteger a Serra do Brigadeiro – somos contra. Eles disputam o Parlamento. Então, quando chega a hora de a classe trabalhadora disputar o Parlamento, há um "pré-conceito" de que essa disputa não nos cabe, de que aqui dentro, o nosso lugar, não é o lugar para disputar. É, sim, e, quando a gente disputa aqui dentro, a gente tem chance de ganhar.

Precisamos aprimorar as nossas táticas, entender a nossa estratégia, porque, assim como a Uemg venceu, assim como a Emater venceu… Hoje nós vamos votar a PEC. O Sindsema venceu, e o sistema do meio ambiente vencerá. Esse é mais um exemplo de luta sindical, de vir aqui para defender a sua pauta. É preciso ter confiança política naquelas que fazem a luta cotidiana, pois estamos fazendo essa e outras lutas com lealdade. Não há o que diminuir em nenhuma negociata. A gente faz a luta de peito aberto, com lealdade à pauta que defendemos. Então é possível vencer. Precisamos aprimorar as nossas táticas, ocupar espaços e disputar a nossa pauta.

Então é preciso que a classe trabalhadora, que é quem hoje ocupa este espaço, que não diminui o seu protagonismo das centrais sindicais, dos sindicatos, do movimento popular… Não diminui, é mais um lugar, é mais um lugar que se soma à nossa luta, e

esse lugar é importante, e esse lugar é disputável. E o governo teve que fazer muito para conseguir aquela votação do primeiro turno, que não estava definida. Sempre pintar que já está tudo definido, que políticos são todos iguais e que esta Assembleia… Não, não são todos iguais. Nesta assembleia, há povo que luta, nesta Assembleia, há parlamentares eleitos, não com o poder econômico, mas com a militância popular, com a sola de sapato e a saliva da professora, da enfermeira, do policial civil, do policial militar, do trabalhador e da trabalhadora. Se eu citar todas as categorias aqui meu tempo se esgota. Aqui tem gente que vem com uma representação que não é traçada por poder econômico. Aqui tem luta para fazer, aqui, não tenham dúvida, de que tem lealdade na luta com vocês.

Para finalizar, apresento a minha questão de ordem, presidente, relacionada ainda à decisão da última reunião da comissão especial, em que as minhas emendas não foram aceitas com a justificativa de que não era possível verificar a autenticidade da assinatura de uma deputada que estava presente naquela reunião. Abrir esse precedente não é bom para ninguém. Então, regimentalmente, faço ao microfone e faço o protocolo. E é isso que eu vou fazer. Nos meus segundos finais, eu queria fazer o registro e queria dizer: nós venceremos! A Copasa vencerá! A classe trabalhadora mineira vencerá! A gente só não vence quando a gente abandona essa luta. Essa luta não será abandonada por nós: nem por nós aqui, nem por nós aí, por toda a Minas Gerais. Viva a Copasa!

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. (– Manifestação nas galerias.) Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus. Na sua ausência, com a palavra, o deputado Lucas Lasmar. A deputada Andréia de Jesus tem a palavra. Portanto, na sua ausência, o deputado Lucas Lasmar. Com a ausência do deputado Lucas Lasmar, a presidência vai iniciar o processo de votação.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, nós vamos inscrever… Pediria a V. Exa. a suspensão por 2 minutos para a possibilidade… (– Manifestação nas galerias.) Para inscrição.

O presidente – Deputado Gustavo, V. Exa. quer encaminhar? V. Exa. quer encaminhar?

O deputado Gustavo Valadares – Para encaminhar.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares. (– Manifestação nas galerias.) Peço às galerias que deixemos o deputado Gustavo utilizar a palavra. (– Manifestação nas galerias.)

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, vou aguardar, obviamente, o silêncio nas galerias. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Deputado Gustavo, com a palavra, V. Exa.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente. (– Manifestação nas galerias.) Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, quero pedir a atenção das nobres colegas e dos nobres colegas. Nós, da base de governo, ao longo desse processo de 1º turno, tanto no Plenário quanto na Comissão de Constituição e Justiça, depois na comissão especial, ficamos em silêncio praticamente durante todo esse processo. Porém não poderíamos deixar de vir aqui, agora, expor o nosso sentimento em relação a esse processo. Eu pediria ao deputado Gustavo Santana que me auxiliasse, porque meu telefone está tocando.

Presidente, quanto tempo? Presidente, eu queria começar dizendo que a base de governo… Eu queria agradecer às deputadas e aos deputados da base de governo que estão presentes, mais uma vez, no Plenário, todos com o mesmo sentimento de que o que estamos discutindo é, no fundo, a universalização do acesso ao saneamento básico. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Peço às galerias que possamos ouvir deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Vou aguardar, obviamente, presidente. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – O tempo de V. Exa. continua contando, deputado Valadares. V. Exa. pode utilizar a palavra.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, quero pedir às galerias…

O presidente – Deputado Gustavo, só 1 minuto. Nesses últimos dias, ouvimos de vários de vocês que os parlamentares da base não estavam se manifestando. O deputado Valadares está tentando se manifestar exatamente neste momento. É importante que possamos ouvi-lo. Peço a atenção de todos que estão nas galerias à fala do deputado Gustavo Valadares, para que possamos ouvir outros parlamentares, obviamente, e, logo após, passar para o processo legítimo de votação. O deputado Gustavo tem a palavra, mais uma vez. O tempo de V. Exa. continua contando.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, eu lhe pediria que recompusesse o meu tempo. Pediria que o meu tempo fosse recomposto. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – O tempo do deputado continua contando.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, vou tentar continuar… Com todo esse barulho, é difícil dar prosseguimento, mas vou tentar continuar. Todos nós, deputados e deputadas da base do governo, temos a convicção de que o que está em jogo agora é algo primordial, muito caro à população do nosso estado, que é o acesso ao saneamento básico; à água tratada; à ligação de esgoto, em muitos casos; e, obviamente, ao tratamento de esgoto. Menos de 50% da população de Minas Gerais tem acesso ao esgoto tratado, e menos de 80% da população tem acesso à água tratada. O que está em jogo aqui, obviamente, é a universalização do acesso ao saneamento.

Mas, mais do que isso: aqueles que têm vindo, de forma repetida, à tribuna da Assembleia e à tribuna das comissões para se colocarem contrários a essa proposta são os mesmos que, lá atrás, levantaram a bandeira de uma nova proposta que resolvesse o problema da dívida de Minas. Diziam que o Regime de Recuperação Fiscal não era o melhor caminho. À época, não havia outro caminho. Surgiu, através da construção do presidente desta Casa com o então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a possibilidade de um novo caminho, através do Propag, que obteve como objeto principal a possibilidade de o Estado entregar para o credor, a União, os seus ativos. Minas, então, veio se mobilizando para entregar seus ativos. A Copasa é um dos ativos. Ocorre que a União, por diversas vezes, já reiterou a sua indisposição em receber a Copasa. (– Manifestação nas galerias.)

Presidente, vou pedir a paralisação da contagem do meu tempo. Presidente Tadeu, vou pedir a paralisação até que as coisas melhorem. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Se não conseguirmos ouvir o deputado Valadares, esta presidência vai ser obrigada a suspender os trabalhos. Então eu gostaria muito de pedir a todos vocês que deixemos o deputado Valadares finalizar a sua fala, para escutarmos os próximos parlamentares que estão inscritos. Todos vocês são muito bem-vindos, mas precisamos de organização para escutar o parlamentar. O deputado Valadares tem, mais uma vez, a palavra. Está faltando ainda quanto tempo? Faltam pouco mais de 3 minutos para o fim do seu pronunciamento.

O deputado Gustavo Valadares – Quantos minutos faltam?

O presidente – Faltam 3 minutos.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, quando coloquei, no relatório da proposta de emenda à Constituição, na comissão especial… Quando entregamos o relatório, ainda em 1º turno, colocamos a possibilidade… Nós mantivemos a possibilidade, deputado Carlos Henrique, da federalização. O início da proposta de emenda à Constituição que está sendo analisada continua mantendo, deputado Neilando, a possibilidade da federalização. O que o Estado não pode abrir mão é de, se negada a federalização pelo credor… É um direito do credor não querer receber esse ativo. E ele tem mostrado indisposição em receber o ativo. Ele não está com disposição de receber a Copasa. Então o que estamos fazendo é dar uma segunda possibilidade ao Estado. Ora, se a União não quiser a federalização, que possamos vender a empresa para utilizarmos o recurso para o abatimento da dívida ou para a diminuição dos juros – uma das regras que vieram na construção desse novo plano de parcelamento da dívida dos estados para com a União. Fica parecendo que aqueles que estão favoráveis à votação da PEC estão aqui apenas defendendo a privatização. Não se trata disso. Mantemos a possibilidade da federalização. (– Manifestação nas galerias.)

Mais uma vez, presidente, vou pedir a suspensão do meu tempo. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Está suspenso o tempo do deputado Valadares. Precisamos deixar o deputado usar a palavra, sob pena de termos, a todo momento, de suspender o tempo dele para que ele possa finalizar o seu direito de fala. O deputado Valadares tem o direito à palavra. Fique à vontade.

O deputado Gustavo Valadares – Muito obrigado, presidente. Então essa é a explicação. E mais que isso: a base de governo, aqui composta por deputadas e deputados muito valorosos… (– Manifestação nas galerias.) Mais uma vez, presidente… (– Manifestação nas galerias.) Presidente, o tempo está sendo contado. Eu pediria a V. Exa. que o recompusesse por mais 5 minutos, pelo menos. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Com a palavra, o deputado Valadares. O deputado Valadares continua com a palavra.

O deputado Gustavo Valadares – A base de governo sempre esteve aberta à conversa, em especial com o sindicato dos servidores da Copasa. (– Manifestação nas galerias.) Pelo menos comigo, o Sindágua já esteve assentado por duas vezes, uma delas com o deputado Cassio Soares e com o nosso líder de governo, o deputado João Magalhães, quando apresentamos a possibilidade da construção de pontes caso o governo federal não se predispusesse a aceitar a federalização da empresa, caso ele não aceitasse esse ativo. Apresentamos a possibilidade de construirmos pontes na busca da preservação, mesmo que apenas por alguns anos – quem sabe no aprimoramento daquilo que foi feito em São Paulo, quando da privatização da Sabesp –, dos postos de trabalho daqueles que aqui estão preocupados com o seu futuro. (– Manifestação nas galerias.)

Presidente, eu pediria mais 5 minutos para concluir.

O presidente – Deputado Gustavo, o tempo de V. Exa. finalizou, mas, por conta das interrupções, darei a V. Exa. mais 1 minuto para terminar o seu pronunciamento.

O deputado Gustavo Valadares – É muito pouco. Então, presidente, eu queria apenas deixar claro o objetivo principal daqueles que estão conosco na busca pela aprovação dessa PEC. O único objetivo é a universalização do acesso ao saneamento, é alcançar aqueles que ainda não têm acesso ao tratamento de esgoto, que hoje representam mais de 30% dos domicílios mineiros, e garantir que todos tenham água tratada e o mesmo acesso que os demais mineiros já possuem. Esse é o único propósito daqueles que aqui estão votando favoravelmente à PEC.

Entendemos que o momento hoje é outro. Estamos em 2025 vivendo uma realidade muito diferente daquela do final da década de 1990. Por essa razão, presidente, quero cumprimentar cada deputada e cada deputado que estão conosco nessa caminhada. (– Manifestação nas galerias.) Saibam, senhoras e senhores, que V. Exas. serão lembrados pela busca e pelo atingimento, muito em breve, da universalização do acesso ao saneamento básico.

Para finalizar, presidente, eu perguntaria a V. Exa. quantos inscritos ainda há para encaminhar.

O presidente – Há agora, depois de V. Exa., mais três deputados inscritos para encaminhar o projeto.

O deputado Gustavo Valadares – O tempo dirá que estamos certos, deputado Carlos Henrique. Eu pediria a outros deputados da base do governo, conhecedores a fundo da matéria, que se inscrevessem para darmos continuidade a esse embate. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado. Eu vou passar a palavra, neste momento, ao deputado João Magalhães, que está inscrito para encaminhar. Peço ajuda às pessoas que ocupam as galerias, mais uma vez. Nós ouvimos, diversas vezes, a solicitação de todos vocês para que os deputados da base pudessem se pronunciar, e é o que eles estão tentando fazer neste momento. (– Manifestação nas galerias.) Peço, portanto, a ajuda das pessoas que ocupam as galerias, para que possamos ouvir os deputados, sob pena de termos que retomar o tempo e, dessa forma, alongar ainda mais esta tarde de votação. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães – Obrigado, Sr. Presidente. Quero falar um pouco, primeiramente, sobre o panorama geral do saneamento em Minas Gerais. O marco legal do saneamento estabeleceu metas ambiciosas de universalização até 2033, mas Minas Gerais ainda convive com déficits rurais que atingem milhões de pessoas. Atualmente, são 3,7 milhões de mineiros sem água tratada; 5,7 milhões sem coleta de esgoto; apenas 43% do esgoto coletado é efetivamente tratado.

A Copasa atende 637 municípios; 216 municípios mineiros permanecem fora da sua cobertura, o que reforça a desigualdade regional e limita o avanço acelerado da universalização. Mesmo dentro de sua área de atuação, há desafios: a cobertura de água é de 99%, e a cobertura de esgoto, de 78%. A necessidade real de ampliação da capacidade de investimento para atingir padrões mínimos de municipalização é estimada em investimentos superiores a R$39.000.000.000,00. A Copasa investiu cerca de R$6.016.000.000,00 nos últimos cinco anos, uma média anual incapaz de sustentar o salto de infraestrutura necessária. (– Manifestação nas galerias.) Outras estruturas de saneamento são lentas, caras e dependem de capacidade financeira contínua, algo que, no modelo puramente estatal, encontra limites conhecidos. 1 – burocracia; 2 – cronograma engessado; 3 – menor agilidade para contratação; 4 – restrições fiscais; 5 – incapacidade de escalar investimentos no ritmo acelerado.

Por que modernizar? Universalização não acontece sem escala. Levar água e esgoto aos milhares de mineiros que ainda não têm acesso a isso exige capacidade de investimento que ultrapassa o que a Copasa consegue fazer hoje com recursos próprios. A abertura de investimentos aumenta a velocidade. Modelos modernos permitem ampliar a fronteira de investimentos, acelerar obras e atingir áreas historicamente excluídas, especialmente o Norte, o Jequitinhonha e municípios de pequeno porte.

Eficiência operacional e tecnológica: empresas que operam com governança privada tendem a reduzir custos operacionais, adotar novos padrões de manutenção e renovar sistemas de forma mais rápida.

Competitividade em um setor que mudou: nos últimos anos, a participação de empresas privadas no saneamento do Brasil cresceu mais de 500%. Em breve, metade dos municípios brasileiros estará sob concessões privadas. Permanecer totalmente estatal reduz a capacidade da Copasa de competir nesse novo ambiente.

Foco do Estado no que é essencial: abrir espaço para o capital privado permite liberar o Estado para priorizar áreas como saúde, educação, segurança e proteção social.

Impactos sociais e econômicos. Geração de emprego e renda: a universalização no País deve criar cerca de 1,5 milhão de empregos adicionais, com forte impacto regional em construção civil, engenharia, operação e serviço.

Redução de desigualdades regionais: com mais recursos, a Copasa, modernizada, consegue se expandir para municípios pequenos, comunidades isoladas e zonas rurais, acelerando a chegada de estrutura a locais a que hoje ela não chega.

Segurança hídrica e manutenção estrutural: a modernização não deve ser apenas para expandir; também preserva o já construído: adutoras, reservatórios, sistemas de controle e redes envelhecidas.

Lições de experiências recentes. O caso Sabesp: a desestatização parcial da Sabesp em 2004 gerou resultados concretos em curto prazo, que não são referência nacional.

Investimento contratado: R$69.000.000.000,00 até 2029. Já aplicados no primeiro ano: R$10.600.000.000,00, mais do que o quíntuplo do ritmo anterior.

Aceleração da universalização: água universalizada antes do fim de 2025, esgoto universalizado até 2029.

Conclusão, Sr. Presidente: Minas Gerais tem um déficit grave de saneamento que impacta milhões. A Copasa, no modelo atual, não consegue atingir a universalização no prazo exigido. Modernizar é garantir investimento, ampliar a cobertura e reduzir desigualdades regionais. As melhores experiências nacionais reforçam que a abertura de capital e parcerias aceleram resultados sociais. Trata-se de uma decisão centrada na população mineira e no futuro do serviço público essencial. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado João Magalhães, líder do governo. Neste momento, para encaminhar, passo a palavra ao deputado Rodrigo Lopes. (– Manifestação nas galerias.) O deputado Rodrigo abriu mão da sua fala. Portanto, neste momento, deputada Amanda Teixeira. Ela abriu mão da sua fala. Deputado Leleco Pimentel. Deputado Leleco Pimentel. (– Manifestação nas galerias.) O deputado Leleco tem a palavra. (– Manifestação nas galerias.) A presidência pede a atenção do Plenário e da Polícia Legislativa e suspende os trabalhos neste momento.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Vamos dar continuidade ao encaminhamento, convidando, mais uma vez, o deputado Leleco Pimentel, para que possa utilizar a sua palavra. Vamos seguir com os oradores que estão inscritos e depois dar início à votação desse projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Olhem, não precisou de duas falas para que aqueles que nos acompanham vissem que eles não têm argumento, não têm. Além disso, há o pressuposto de o bloco de oposição a esse governo e a esse projeto ter o direito de falar aqui, enquanto for possível, segundo o Regimento. O deputado Ulysses é a nossa liderança, e nós não admitimos falta de respeito com o nosso líder. Ninguém aqui testemunhou até hoje tamanha falta de respeito com alguém que procura cumprir o seu papel, inclusive com tanta clareza, como o deputado Ulysses. Portanto, nós não admitimos isso. Não é razoável e é violento isso a que vocês acabaram de assistir. Deputado Gustavo, não cabe ao Parlamento… Nós queremos aqui… Hoje não dá mais para ficar se escondendo nos porões. Está tudo claro como a luz do dia, está tudo claro.

Gente, poucas pessoas conseguem dialogar com essa multidão. Primeiro, para dialogar com esse povo, tem que ter coerência, tem que ter ética, tem que ter respeito. Não me admira que alguém suba aqui com tanta capacidade que tem de articular e não consiga ter uma palavra de coerência para dar ao povo mineiro.

Quero dizer também que eu reconheço e o nosso bloco também reconhece o papel importante e o que deve fazer o presidente da Assembleia. Nós não estamos atacando o presidente. O presidente tem que cumprir o Regimento, permitindo que os opostos utilizem a palavra para fazer o que estamos fazendo. Deputado Tadeu, estou aqui, de novo, dizendo que reconheço o seu papel. No entanto… O deputado estava achando que estava conversando com torcida de futebol, mas ele se enganou. Nós não estamos aqui diante de um clássico de futebol: quando termina o jogo, a consequência é ir para o boteco ou comer pizza. A consequência de vender a Copasa é deixar os mais pobres sem água no Estado de Minas Gerais! Aqueles que confundem a responsabilidade de estar deputado não podem, de forma alguma, ter o respeito do nosso povo.

Quero trazer mais alguns elementos aqui. Quem está nos ouvindo, por favor, um minutinho, um minutinho! Na última fala que fiz, agora há pouco, expliquei como eles estão fatiando, criando os blocos da Arsae e querendo abocanhar o recurso da repactuação do termo de ajustamento de conduta da Bacia do Rio Doce. Mas agora quero explicar o jogo que está acontecendo neste momento. Entendam o que houve aqui. O bloco… Ao ver que eles não tinham o número de votos suficiente, retiramos as inscrições, que é direito nosso e está no Regimento, o que obrigou os deputados a terem que vir aqui colocar a cara a tapa. (– Manifestação nas galerias.) Não bastaram duas falas, em que não compreendemos nada, nada, nada. Virem dar a desculpa de que o que estão preservando é a universalização do saneamento é debochar da nossa inteligência.

Então quero explicar como está o jogo neste momento. Aliás, não confundam o tamanho da responsabilidade desta Assembleia com nenhum clássico de futebol, porque o povo tem no futebol é alegria e aqui está tendo é tristeza. Tristeza! É por isso, deputada Lohanna, que queremos explicar agora o que vai acontecer. Vocês estão lendo ali no painel? Vamos ler juntos. Quantos

deputados colocaram o dedão aqui e estão presentes no Plenário? (– Manifestação nas galerias.) Falem alto para eu ouvir! (– Manifestação nas galerias.) Por isso refizemos a nossa inscrição, porque eles têm que continuar a ouvir o povo e a ouvir da nossa boca que não aceitamos isso. (– Manifestação nas galerias.) Pessoal, pessoal, não é um bando de covarde. Por favor! Não! O eleitor foi enganado, mas votou. Todo mundo que está aqui é deputado e é deputada. Agora nós os estamos chamando aqui para explicar à população como, daqui a 1 ou 2 horas, eles vão votar. Ninguém aqui está se fazendo de desentendido, porque todos neste Plenário, à exceção da assessoria, foram votados, e o princípio da democracia é respeitar a votação. Agora, concordar com ela, não! Concordar com esse absurdo, não! Por isso mesmo, na democracia, os movimentos populares e sociais, com a autonomia que têm, vêm trazer seus gritos e suas denúncias aqui, ao Plenário. Isso tem que ser respeitado também. Como vocês não têm um microfone, muitas vezes os que têm dificuldade de se explicar não conseguem falar. É por isso, Ana Paula, que dialogar com aqueles e aquelas que vieram aqui, tirando o grito da garganta, é mais importante do que tentar convencer uma maioria que não se converte a nada, a não ser às questões do governo.

Gente, vamos lembrar aos deputados que o Zema colocou essa bomba aqui, na Assembleia, e "cascou fora"! Quem vai tolerar a bucha são vocês. Quem vai se desgastar, quem aqui está precisando de votos vai precisar mudar de partido, porque o partido deles não vai dar conta da votação. Não dá para repetir a eleição. Vocês é que vão ter que explicar às suas bases como é que vão ter votos para voltar para cá. É isso que está acontecendo.

Aproveito sempre o minuto final. Sempre aproveito esse minuto para a gente lembrar… Eu canto assim: "Se é para ir à luta…". Vocês respondem: "Eu vou!". "Se é para estar presente…". "Eu 'tô'!". "Pois na vida da gente o que vale é lutar!" Pode ser? Se é para ir à luta… (– Manifestação nas galerias.)

Se é para estar presente… (– Manifestação nas galerias.)

Pois na vida da gente o melhor é lutar! (– Manifestação nas galerias.) É isso aí! Viva os servidores! Viva a luta! Viva cada bandeira partidária de esquerda, porque o centro e a direita não compreendem o nosso grito. Eles compreendem outra linguagem. Uma salva de palmas para os trabalhadores. Rumo à luta! Atacar o referendo é atacar o povo mineiro, atacar o referendo… (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Obrigado, deputado Leleco. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputadas e colegas deputados. Vou iniciar, gente, esta minha intervenção, que é a minha defesa pelo voto "não" à PEC nº 24, voto "não" à PEC do Cala a Boca. Vou começar a minha manifestação, a defesa desse "não", expressando solidariedade ao meu líder, deputado Ulysses. Ulysses, nós estamos aqui, nesta Casa, respeitosamente, seguindo o Regimento, para defender o que é direito da nossa população: o direito de participar do referendo.

Gente, acabamos de assistir a uma cena lamentável de representantes da base do governo Zema, que têm medo da participação popular, não dão conta de sustentar um discurso na tribuna e partem para a porrada aqui. Isso é uma vergonha! Olha, gente, o dia de hoje é muito importante para todos nós. Atacar o referendo é atacar o povo de Minas Gerais. Atacar o referendo é querer colocar uma mordaça na boca da nossa população.

Olhem: estão aqui comigo 43 mil assinaturas no nosso abaixo-assinado para participar do referendo. Trata-se de pessoas, homens e mulheres de 712 municípios, que assinaram o nosso referendo para dizer "não" a esse cala boca do Zema. Essa aqui, gente, é uma resposta da participação popular que não vai se calar diante dos absurdos que estamos acompanhando na defesa dessa PEC. Assinaram 43 mil pessoas, Sr. Governador, para dizer "não" a essa tentativa de assaltar o povo mineiro do direito a ter uma empresa que rende muito lucro para o nosso estado e que o governador Zema quer entregar de mãos beijadas para os seus amigos da iniciativa privada. Além disso, ele quer tirar o direito do povo a ter água nas torneiras da sua casa, a ter saneamento básico. Essas 43 mil assinaturas recolhidas aqui são um abaixo-assinado de manifestação clara ao direito de participar de uma resolução que está na

Constituição do nosso Estado. Não podemos deixar isso passar despercebido. Trata-se de 43 mil pessoas que votaram em deputados e deputadas para que tivessem, neste Plenário, o seu direito garantido, e não o seu direito retirado, que é o que vamos ver acontecer daqui a um pouquinho aqui, no Plenário.

E aí, gente, tenho que dizer a vocês: nós, do Bloco Democracia e Luta, não temos medo da participação popular. Estamos ao lado de cada uma e de cada um de vocês que sabe da importância da Copasa na vida da nossa população; que sabe que empresa de água, de luz e de energia não pode estar na mão de grupos privados que visam ao lucro. O lucro, no nosso estado, já rendeu crime em Brumadinho, crime em Mariana, desastre ambiental, e nós não vamos permitir que a nossa população amargue a tristeza de não ter água, um bem essencial e fundamental para cada uma e cada um de nós. Quero cumprimentar cada um dos meus colegas do Bloco Democracia e Luta que assumiu esse compromisso. Vamos até o fim na defesa do "não" ao referendo, do "não" à PEC do Cala a Boca. Estaremos aqui por quantas horas forem necessárias para dizer em alto e bom som: o direito do povo mineiro, que está previsto na Constituição do nosso estado, é participar da decisão do futuro das nossas estatais, e nós vamos lutar por isso.

Aproveito para agradecer. Farei isso em nome de algumas pessoas que estão aqui relatadas. Quero agradecer à Joyciane Rodrigues, do Município de Raposos; ao Celso Roberto, do Município de Montes Claros; à Daiane Pereira, do Município de Januária, à Patrícia Cota, do Município de Sabará; ao Leonel Sebastião de Moura, do Município de Belo Horizonte; ao Michel Costa, do Município de Patos de Minas; e às mais de quarenta e três mil assinaturas que temos aqui, nesta caixa. Obrigada. Não estou aqui sozinha, estou aqui com as 43 mil assinaturas e com o corpo de deputados e deputadas que não têm medo da participação popular e que sobem à tribuna quantas vezes forem necessárias para dizer "não" à PEC do Cala a Boca, "não" à mordaça do Zema, "não" às atitudes antidemocráticas desse governo Zema, e um "sim" bem grande ao povo de Minas Gerais. Água é vida, e a Copasa é nossa! (– Manifestação nas galerias.) Então, presidente, encerrando a minha fala, encaminho o voto "não" à PEC nº 24. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Obrigado, Ana Paula. O deputado Lucas Lasmar tem a palavra. (– Pausa.) Deputado Lucas. (– Pausa.) Na sua ausência, com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Começo este encaminhamento agradecendo o carinho de cada copasiano e de cada copasiana… o carinho que vocês têm com quem defende os direitos do povo de Minas Gerais e também com a população, a população que viu vocês transformarem em realidade a chegada do saneamento e da água em diferentes territórios de Minas Gerais, nas periferias, nos municípios pequenos, nos vilarejos. Tudo isso às custas de muito trabalho de quem construiu uma vida dentro da Copasa. O copasiano e a copasiana fazem uma luta com muito amor. A gente vê exemplos de pessoas que estão há 35 anos dentro da empresa, que sabem tudo sobre saneamento básico, que sabem muito melhor do que o comedor de casca de banana o que é bom para o povo.

A gente está aqui, hoje, nesta votação, uma votação para retirar um direito constitucional e democrático do povo ao referendo popular, uma votação cheia de vícios de iniciativa, que atropelou o Regimento Interno, lá na Comissão Especial para Apreciar Veto, da qual eu participei. Um projeto que representa um retrocesso constitucional, com uma série de fragilidades. Para além de todas essas fragilidades, o que a gente não viu aqui, nesses dias de votação e semanas de discussão do projeto, foi uma discussão de fato.

Até hoje o governo não apresentou quanto vale ou quanto acredita que vale a Copasa. Não apresentou quais são os investimentos previstos imediatamente para o Estado, inclusive aqueles de Mariana e Brumadinho, R$11.000.000.000,00 para serem investidos em saneamento básico. A gente não ouviu nem uma palavra sequer sobre a transação de compra de 5% do capital social da empresa pela Perfin, uma movimentação financeira ilegal, corrupta, que ontem nós denunciamos ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas. Sobre isso, nenhuma palavra. O que a gente assistiu, na realidade, foi o governo operando todo o tempo para

impedir e calar a boca não só da população, mas também do Parlamento mineiro. Porque, quando a oposição fala e ninguém do governo vem fazer um debate sério sobre a matéria, essa também é uma forma de não ouvir. Essa é uma forma de tentar calar.

Nós estamos aqui há vários dias, falando com a população, falando com os copasianos, falando até mesmo com a imprensa, mas a nossa palavra parece pouco entrar no ouvido dos colegas deputados e deputadas. Eu sinto muito por isso. Sinto muito, porque todo o ônus dessa votação está caindo sobre vocês, uma vez que o governador do Estado e o vice-governador, nesses momentos graves, viraram turistas. Estiveram na Europa, na China, no Rio de Janeiro, em todo e qualquer lugar, menos aqui, fazendo o debate sobre o futuro de Minas Gerais e sobre o futuro do saneamento básico.

De fato, eles não estão nem aí para o povo de Minas Gerais. Eles estão preocupados é em entregar a maior companhia de saneamento e de água do Brasil para grupos que estão hoje sendo investigados, denunciados e, alguns, até condenados por corrupção. Como é o caso da Aegea, principal interessada na compra da Copasa, que foi condenada em Ribeirão Preto por desviar mais de R$100.000.000,00 em recursos do saneamento básico. Se ela desviou R$100.000.000,00 em Ribeirão Preto, imagina o que não fará em Minas Gerais se a Copasa for privatizada? Imagina o que farão com os R$11.000.000.000,00 de investimento no saneamento na Bacia do Paraopeba e na Bacia do Rio Doce? É uma vergonha.

É tão vergonhosa a ausência de debate que permeou todas essas semanas aqui na Assembleia, que tivemos uma votação na calada da noite e outra acontecendo no dia 5 de novembro, dia em que se completam dez anos do crime da Samarco, Vale e BHP, em Mariana. Este dia deveria ser de luto, de reflexão e de discussão sobre a reparação daquelas famílias que, há 10 anos, esperam por reparação, mas não. Fingiram que os 10 anos de Mariana nem existem, e calhou de, hoje, a Assembleia estar aqui fazendo a votação de uma empresa de saneamento que pode ajudar a fazer a reparação, porque tem melhores condições de construir o saneamento na Bacia do Rio das Velhas, do Rio Doce e do Paraopeba. Gente, saneamento em bacia é a garantia de que as pessoas não vão adoecer; é a garantia de que elas vão ter água de qualidade para irrigar as suas plantações e para alimentar o povo.

O nosso estado está contaminado por rejeito. Os rejeitos viram esquemas, e o esquema vira corrupção. A corrupção está por trás da privatização. O povo de Minas Gerais mereceria, no mínimo – no mínimo –, que algum dos deputados que vai votar para calar a boca do povo tivesse a coragem de vir a este microfone, e não ficar enrolando, atendendo telefone, ganhando tempo. Ninguém teve a coragem de apresentar argumentos. Ninguém teve a coragem de dizer por que vai votar para retirar o direito do referendo popular.

A Copasa não é do Zema! A Copasa não é dos deputados! A Copasa é do povo mineiro! (– Manifestação nas galerias.) É por isso que o direito ao referendo popular é um direito do povo de Minas. Porém, enquanto Zema e o vice-governador se blindam em viagens pelo interior, os deputados, com dificuldade de fazer o debate aqui, começam a se desesperar. E aí, gente, partem para provocações. O que nós vimos aqui embaixo, o desrespeito contra o nosso líder Ulysses Gomes, foi apenas a gota d'água, porque desrespeitaram uma das pessoas de maior palavra dentro desta Casa, que é respeitado por todos, que é o Ulysses, mas nos provocaram na comissão especial, provocaram-nos nos corredores e tentaram nos desestabilizar de todas as formas. Provocaram vocês também, que vieram participar desta votação e que estão aqui, fazendo uma luta democrática para denunciar a violação e um retrocesso democrático, que é o fim do referendo popular.

Olhem, não cabe a nenhum deputado reclamar de ser cobrado nas suas bases pelo sindicato ou pela população. Não cabe a ninguém achar ruim que esta Casa esteja cercada de povo organizado, porque isso é a democracia. Sabe o que não é democrático? Retirar o referendo popular da Constituição. Isso não é. Qualquer tentativa de criminalizar a legítima luta popular, a mobilização de vocês aqui, não pode prosperar. Sabem por quê? Porque vocês engrandecem este debate. Enquanto sentíamos que estávamos fazendo um debate para o vento, porque parecia que a base não estava interessada em nos ouvir – com todo o respeito, deputados, foi ruim isso –, vocês nos ouviam, vocês falavam conosco, vocês se mobilizavam, e, a partir do que discutíamos aqui, levávamos essa discussão para o povo.

Nestes segundos que me restam, eu queria pedir aos deputados que ponham a mão na consciência e não retirem o direito do povo ao referendo popular. Porém, caso esta votação não seja exitosa, não tenham dúvidas de que o caminho e a luta serão longos. Temos milhares de instrumentos para judicializar uma sessão atropelada e cheia de ilegalidades. Obrigada, gente. Vamos à luta. Viva a Copasa!

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Para encaminhar, com a palavra, o deputado Luizinho. O deputado Luizinho abriu mão do encaminhamento. Portanto, com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lincoln Drumond.

O deputado Lincoln Drumond – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar todos desta Casa, cumprimentar os nobres colegas deputados. No dia de ontem…(– Manifestação nas galerias.) No dia de ontem, presidente, eu manifestei a minha solidariedade ao senhor. Eu também mostrei o que fizeram, há alguns anos, na casa da ministra Cármen Lúcia, os movimentos que se dizem tão democráticos! Eu estive lá para ajudar a limpar a bagunça que fizeram. (– Manifestação nas galerias.) Podem gritar, não tem problema! Beleza!

O presidente – Peço a atenção das galerias. É legítima a fala do parlamentar, e eu preciso ouvi-la. Portanto, com a palavra, o deputado Lincoln.

O deputado Lincoln Drumond – E nós observamos o que aconteceu aqui, no dia de hoje, uma extrema falta de respeito! Também observamos parlamentares da oposição só jogando fogo e olhando para o seu próprio umbigo. Mas eles não escutam o que foi dito aqui na frente, como eu escutei. (– Manifestação nas galerias.) Antidemocrático é o que fizeram com o deputado Antonio Carlos Arantes hoje. (– Manifestação nas galerias.) Beleza! Presidente, eu posso continuar?

O presidente – Com a palavra, o deputado Lincoln, para continuar. Fique à vontade.

O deputado Lincoln Drumond – É só para concluir meu raciocínio, presidente. Eu vou direto ao tema. (– Manifestação nas galerias.) Hoje vocês falam tanto em democracia, mas tentaram impedir o deputado Antonio Carlos Arantes de entrar na garagem desta Casa. E, quando ele abaixou o vidro do carro, cuspiram no deputado Antonio Carlos Arantes! (– Manifestação nas galerias.) Tudo bem, estão pedindo para eu parar de falar e provocar. Peço desculpas. Está tudo certo – beleza. Mas eu queria só manifestar… (– Manifestação nas galerias.) Quando eu fiz a minha campanha…

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Eu questiono se o deputado Lincoln vai continuar ou se vai abrir mão do seu tempo restante.

O deputado Lincoln Drumond – Presidente, eu vou abrir mão do meu tempo.

O presidente – Obrigado, deputado Lincoln. Com a palavra, o deputado Lucas Lasmar. O deputado Lucas abriu mão da sua fala. Com a palavra, a deputada Amanda Teixeira Dias. A deputada Amanda Teixeira vai abrir mão da fala ou vai falar? (– Manifestação nas galerias.) A deputada Amanda abriu mão da fala.

A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. A presidência lembra ao Plenário que a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver, no mínimo, 48 votos favoráveis, nos termos do art. 201, *caput*, do Regimento Interno. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados.

O deputado Bruno Engler – Presidente, peço que registre meu voto “sim”, por favor. Presidente, peço que registre meu voto “sim”, por favor. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Bruno Engler. (– Manifestação nas galerias.)

A presidência registrou o voto do deputado Bruno Engler, que solicitou no final da votação. (– Manifestação nas galerias.) Votaram “não” 22 deputados. Não houve voto em branco.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carol Caram (AVANTE)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PRD)

Doutor Paulo (PRD)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (MOBILIZA)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PSD)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lincoln Drumond (PL)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

– Registraram “não”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Caporezzo (PL)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Hely Tarqüínio (PV)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Luizinho (PT)

Marquinho Lemos (PT)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Professor Cleiton (PV)

Ricardo Campos (PT)

Ulysses Gomes (PT)

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. A presidência esclarece que serão contabilizados apenas os votos dos parlamentares que estavam no Plenário, no momento da votação, e que pediram registro do voto. Portanto temos, neste momento, 48 votos "sim", 22 votos contrários, nenhum voto em branco. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2024, do deputado João Magalhães e outros, que acrescenta inciso ao art. 136 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. (– Manifestação nas galerias.)

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 30 minutos para entendimentos entre as lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Nós suspendemos os trabalhos, tivemos uma reunião com todos os líderes, vimos e revimos as imagens aqui, da Assembleia Legislativa. Então o que vai ser considerado, nesta sessão, dentro do Regimento e dentro da correção que esta Casa sempre teve, é a contabilização apenas do voto do deputado Bruno Engler ao final da discussão da votação aqui. (– Manifestação nas galerias.) Portanto a votação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 tem o resultado de 48 a 22. (– Manifestação nas galerias.)

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2024. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, acompanhada de acordo de líderes, o qual foi acolhido por decisão da presidência, que foram publicados na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado João Magalhães e outros, que recebeu o nº 1, e que, por conter matéria nova, vem acompanhada de acordo de líderes, que foi acolhido pela presidência, a qual determinou o seu cumprimento e, nos termos do inciso III do art. 201 do Regimento Interno, encaminha a emenda com a proposta à Comissão Especial para parecer.

Agradeço mais uma vez a presença de todos neste Plenário, das deputadas e dos deputados, e passo à declaração de voto neste momento, iniciando pelo deputado Leleco Pimentel. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Leleco.

Declarações de Voto

O deputado Leleco Pimentel – Eu sei da indignação de todos, mas hoje nós tivemos uma vitória neste Plenário, porque os poucos deputados que lutaram demonstraram que estão do lado certo da história. Hoje houve uma verificação que todos nós sabemos: esses 48 votos, para nós, significam que vamos continuar na luta, e é essa a nossa grande tarefa. Nós temos… Olha, gente. Pensem numa pessoa que não desiste, não se cala e não passa vergonha como gente já passou aqui hoje. Nossa luta exige de nós organização e presença para darmos conta dessa tarefa. Deputado Ulysses Gomes, nós queremos lhe pedir para conduzir o processo para que o nosso povo não seja proibido de entrar nesta Casa. Nós tivemos notícias de que do lado de fora houve um conflito, e pedimos para que não haja nenhuma forma de violência contra ninguém que veio. Eu estou… Gente, eu não posso falar pelos outros. Posso falar por mim e posso dizer a vocês que o Bloco Democracia e Luta vai ficar de pé, porque vocês nos deram condição de, agora, partirmos para cima e não deixarmos privatizar a Copasa. É uma vergonha! Itamar… Olha, Itamar Franco teve peito de conduzir um processo que incluiu na Constituição o referendo popular. Esses deputados que votaram envergonharam o trabalho que Itamar Franco fez durante a sua vida. Esse foi um feito que, hoje, nós vimos aqui desmascarado. Deputado Betão, presidente da Comissão do Trabalho… Uma salva de palmas para o companheiro Betão, que também conduziu, na Comissão do Trabalho, essa audiência pública. Também quero uma salva de palmas para as mulheres do Bloco Democracia e Luta – não estou pedindo isso para todas; estou pedindo para as do bloco, porque elas merecem as nossas palmas: Beatriz, Bella, Leninha, Lohanna, Ana Paula e Andréia de Jesus. Parabéns, companheiras! É por vocês que a gente mantém a luta. Aos deputados do bloco, às lideranças, ao deputado Cristiano… Alegria, Cristiano Silveira – uma salva de palmas! Parabéns pela luta. Ulysses, nós pedimos a vocês: não tirem o pé, não o arredem da luta. Muito obrigado.

O presidente (Duarte Bechir) – Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Pessoal, boa tarde. É com muita tranquilidade e cristalina como essa água da Copasa aqui que eu digo a vocês que a minha declaração de voto é pelo voto "não" à PEC. E olha, isto a que nós assistimos aqui hoje é uma demonstração do que nós vamos fazer quando o projeto da privatização chegar. Nós vamos contar com a participação de cada uma e cada um de vocês e vamos derrubar esse projeto de privatização do governo Zema. Todo mundo aqui assistiu e viu ao vivo e a cores. Foi por um voto que a gente não venceu hoje, foi por um voto que eles calaram a boca da participação popular no Estado de Minas Gerais. O número é oficial, não é, gente? Nós estamos falando do número oficial. O futebol está acostumado com o VAR, mas aqui, na Assembleia, é a primeira vez. Então, gente, é muito importante hoje, neste momento da tribuna, eu dizer a vocês o meu muito obrigado. Porque, se nós chegamos até aqui e se conseguimos fazer esse movimento, que mostrou que o governo não tem nem condição de subir a esta tribuna para defender um projeto absurdo como esse, é porque nós vamos continuar juntos lutando contra a privatização. Portanto, estou aqui para agradecer a cada uma e a cada um de vocês, servidores da Copasa, servidores do Estado de Minas Gerais, povo mineiro que assinou e que vai continuar assinando a nossa petição. Água sem Lucro. Vamos continuar assinando porque a nossa luta não termina hoje. Virão mais dois projetos muito sérios no governo: um que trata efetivamente da privatização da Copasa e outro que vai tratar da Arsae, por isso continuaremos contando com a participação popular. O dia de hoje, gente, não é um dia para sairmos daqui de cabeça baixa, não. É para sairmos daqui com a cabeça erguida porque, embora o resultado tenha mostrado que poucos deputados deram a vitória para o governo, nós estamos aqui porque vamos garantir que no projeto da privatização iremos derrubar esse absurdo do governo Zema aqui no nosso Estado. Então continuem contando conosco. Parabéns a cada uma e a cada um de vocês. Estamos juntos. O Bloco Democracia e Luta segue unido na defesa do povo de Minas Gerais.

A deputada Bella Gonçalves – Pessoal, vocês viram? Vocês viram como a luta popular consegue virar votos e mudar a realidade? Olha, a votação que o governo teve hoje foi com base em um final aqui conturbado, em que cada um vai para casa com uma opinião. E essa votação perde a sua legitimidade, sabe? Dessa forma, ainda que eles queiram comemorar a vitória, o vitorioso nesse processo de votação, que alguns acharam que estava perdido desde o início, fomos nós, foram vocês. Como dissemos, inúmeros elementos aqui foram deixados para questionamento posterior. A gente vai ter um longo processo de discussão também dos demais projetos de lei, e é importante que a gente compreenda. Vejam a diferença: há 2 semanas, nós tivemos 18 votos contrários e 52 votos

favoráveis. O resultado de agora foi 47/48 a 22 votos. Vejam a força da mobilização e da luta popular. É claro que nós não precisamos aceitar isso, o povo não precisa aceitar isso, e eu não reconheço esse resultado. É importante dizer aqui no microfone a nossa posição: eu não reconheço o resultado da votação como vitória do governo para calar o povo. Eu reconheço que aqui houve uma vitória do povo, uma vitória legislativa, e que, ao final, foi alterada nas declarações de voto dos deputados. E sabe por que, gente, alguns deputados deixaram para votar por último e entraram correndo no Plenário? Covardia. Eles queriam ver se já havia voto suficiente, para não terem que se desgastar. Vejam o nome do último voto, está bem? Achei importante falar isso para vocês. A luta continua. Vamos firmes defender a Copasa. Hoje foi um dia importante, e não precisamos sair daqui com sentimento de derrota. Vamos sair daqui com o sentimento de que a luta continua. Eu estou saindo com esse sentimento. Então, vamos para cima!

O deputado Betão – Pessoal, é uma vergonha o que eu estou sentindo aqui. Ali estava claro: eram 47 votos a 22. Nós comemoramos, saímos das cadeiras, e depois apareceu o 48º voto. Há um hiato muito grande para uma votação desse tipo. É um hiato muito grande, Bia. Voto, declaração do presidente, nós já tínhamos comemorado, e, de repente, aparece mais um voto. O painel registrou. Mas nós avançamos nessa discussão. Nós avançamos de 18 para 22, e, com as declarações de voto, chegou a 24. E aí eles recuaram. Nós ainda temos mais dois processos de votação para passar aqui, nesta Assembleia, que são os PLs. O PL em que querem privatizar a Copasa. Vamos ter que passar pelo mesmo ritual, gente, pelo mesmo ritual. Portanto, eu tenho toda a convicção de que nós temos condições de vencer essa luta, essa parada. Força na luta para todo mundo. Nós temos que dar uma entrevista coletiva lá fora, não sei se já foi dada. Vamos dar essa entrevista. Estamos aguardando as nossas falas aqui. Falta a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Doutor Jean Freire. Um abraço, pessoal. Até a próxima semana ou na outra.

A deputada Beatriz Cerqueira – Gente, na minha declaração de voto, o primeiro recado que eu quero dar é ao mercado: não acreditem nessa privatização. Porque cada passo que se avança na privatização, aqui dentro, nos dá elementos para questionar a legitimidade dessa votação. Aconteceu na comissão especial, aconteceu agora, e tudo isso não ficará só no Parlamento. O segundo recado: feliz o povo de Belo Horizonte, que não elegeu um prefeito que não cuidaria dos interesses da cidade, votando a favor da privatização da Copasa. Esse foi o voto nº 48 aqui. Que feliz é uma cidade que não elegeu quem atua contra os interesses da capital mineira, Belo Horizonte. O terceiro recado: o governo vai perder. Ainda dá tempo. Entre os 47 que registraram voto, ainda dá tempo de ficar do lado do povo. Porque agora a privatização vai entrar na pauta, o projeto de lei que vai passar por três comissões. E o nosso Bloco Democracia e Luta tem dois representantes em cada comissão. Então o nosso tempo de obstrução e de luta dobra, triplica. E quem ainda acreditava que, no Parlamento mineiro, não era possível tirar do povo o direito de decidir sobre a Copasa, com essa votação sem legitimidade, que eles estão, sim, fazendo avançar. Quero lamentar a postura do governo, que foi buscar colegas que estavam em situação de afastamento médico ou, no mínimo, com dificuldade médica e, portanto, não compareceriam ao Plenário. Que triste fim desta votação depender de quem veio para o Plenário, porque a solidariedade aqui é seletiva, e para isto ninguém falou nada. Que triste fim para uma votação que teve que buscar pessoas que não tinham condições de trabalhar. Era visível. Partes do corpo enfaixadas e tendo que vir aqui, buscadas pelo governo, para conseguir a votação. É lamentável um governo conseguir 47 votos desse jeito. O último recado é para a gente mesmo: a batalha vai continuar. Infelizmente, às vezes acontecem votações em que o resultado foi o que foi, os 47, mas que nos reforça uma luta para aqueles que ainda não acreditavam que era possível um parlamento votar contra o povo, retirando da Constituição o direito de decidir sobre um patrimônio que é dele. Então as pessoas viram isso, e agora, de fato, elas acreditam. Quem não acreditava pensa: olha, pode privatizar mesmo. Então agora, gente, é a batalha das batalhas. Nós vamos nos organizar, nós vamos estabelecer as estratégias de lutas aqui no Parlamento. Vocês viram que era possível ganhar. Nós não estávamos mentindo ou jogando para a galera ou lacrando nas redes sociais, porque não fazemos isso. Nós trabalhamos com lealdade com as lutas que fazemos. Quando nós dissemos, lá atrás, que o governo não tinha os votos, e não tinha. Quando nós fomos decidir pela votação aqui, e o governo desesperou, porque ele perderia. Por isso começaram as questões e discussões que o governo não conseguiu explicar no microfone porque ele era a favor da privatização. Foi uma vergonha. Ao vivo, não só para as galerias, para a parte externa. Ao vivo, para toda Minas Gerais, a vergonha de um governo que não sabe argumentar sobre o que está defendendo.

Então nós vamos ganhar. Vamos ter que trabalhar bastante, mas nós vamos fazer a luta, e é possível vencer. Então vamos juntar todo mundo, vamos construir táticas coletivas dentro e fora do Parlamento, para que tenhamos a vitória, porque os 47 no placar, no painel, demonstraram que é uma vitória possível. Ainda vou terminar lembrando ao mercado: vocês não levarão a Copasa, porque há luta aqui, há luta nas ruas, há luta no Judiciário, há muita luta para ser feita. E este processo está todo sem legitimidade. Forte abraço de luta. Parabéns. Eles precisam que a gente canse e perca a esperança, porque quem não tem esperança não acredita e pensa: ah, é isso mesmo, não há o que fazer. Então nós não vamos perder esperança na luta e vamos continuar, mesmo que fiquemos cansados. Podemos lutar cansados, o que não podemos é parar de lutar. E nós venceremos. A Copasa permanecerá do povo porque nós vamos lutar muito! Todos nós, em todos os lugares – no Parlamento, fora do Parlamento, nas ruas, nas cidades mineiras. Vamos chamar os prefeitos, gente. Cadê os prefeitos das cidades que serão impactadas com esta privatização? Tem que defender o interesse do povo do seu município. Vamos chamar as câmaras municipais, vereadores e vereadoras. A conta vai ficar cara é para o povo. Quem não veio agora tem que vir para esta luta. E a gente segue fazendo todas as lutas na defesa da Copasa, compartilhando sempre com vocês, compartilhando as informações com muita lealdade na luta coletiva. Nós venceremos. A Copasa não será vendida.

O deputado Doutor Jean Freire – Valeu a pena. "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena." Como disse a deputada Beatriz, ainda não está perdida. Tiraram o direito do povo. Mas eu quero pedir a cada um de vocês, a quem está aqui presente, a quem está nos escutando pelas redes sociais, para que leve esta mensagem. Há alguns dias, eu pedi a cada um, companheiro e companheira, que comprasse um megafone e fosse para cada cidade mobilizar o nosso povo. Em nome da deputada Maria José Haueisen Freire – ela não mais está no meio de nós –, do Vale do Mucuri, da nossa querida Teófilo Otoni, eu quero dizer que, lá atrás, ela votou para que o povo tivesse o direito de votar se vendia ou não a empresa. E, hoje, eu, deputado Jean Freire, que devo muito à Maria José, declarei e dei o meu voto. Aliás, eu sempre me declaro a favor do patrimônio público e da soberania do nosso estado, defendendo a água, a energia e a presença do Estado cada vez mais forte. Existem pessoas que acham que o Estado não tem que estar presente na vida das pessoas. Ele tem que estar presente, sim, e cada vez mais forte, principalmente em questões estratégicas como educação, saúde, água e energia. Por isso, companheiros e companheiras, meu pedido será rápido: não voltem para a casa desanimados. Nós, deputados do Bloco Democracia e Luta, que travamos essa luta, estamos muito animados – muito animados! Vamos percorrer este estado. Eu me coloco à disposição para ir aonde me convidarem, para fazer essa luta, para convencer o povo a vir para as ruas cada vez mais. A rua é uma verdadeira escola! A rua é lugar de luta! Por isso deixo um forte abraço em cada um de vocês, nos servidores do meio ambiente e em cada servidor público que entende que agora é a Copasa, já que, a todo momento, eles atacam um setor. Quando atacam o funcionalismo público de uma empresa, pode esperar que depois vai vir outra. Eles vão fazendo um teste. Então não pensem assim: "Eu não trabalho na Copasa, não é comigo". Aliás, o servidor da Copasa não estava só defendendo ou mais do que defendendo a não privatização; ele estava defendendo o direito fundamental de as pessoas dizerem se é para privatizar ou não. Por isso queria pedir a cada um de vocês que voltem com muito ânimo para casa e de cabeça erguida! A cada um que deu um pouco do seu tempo aqui, eu digo que a luta só está começando. Quanto a nós, tenham certeza absoluta de que estaremos aqui de prontidão, durante todo o tempo, na defesa do patrimônio público, na defesa do povo mineiro. Muito obrigado.

A deputada Amanda Teixeira Dias – (– Manifestação nas galerias.) Você quer aparecer? Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos. Quando estava me dirigindo ao Plenário desta Casa, ouvi um cidadão falar: "Bota a Barbie da Shoppe para falar". Eu não sou Barbie da Shoppe; eu sou uma deputada, sou mãe e estou aqui representando as mulheres de bem deste estado – as mulheres de bem! Não falo por vocês; falo pelas mulheres de bem. Só Deus sabe o quanto as mulheres têm que se esforçar para estar em cargos de liderança! Então, com a graça de Deus, agradeço esta oportunidade. Estou falando como deputada, e não como Barbie da Shoppe, mas, como o senhor tocou nesse assunto, vamos voltar a isso. Hoje mesmo, eu apresentei, nesta Casa, uma representação contra o deputado Leleco Pimentel, do PT, porque ele veio aqui com uma postura me rebaixando como mulher. (– Manifestação nas galerias.) Se você quiser, eu represento contra você também. Eu posso apresentar um processo. Eu posso fazer uma representação para que não ocupe as galerias. Enfim, eu posso apresentar um processo por danos morais. (– Manifestação nas galerias.) A situação é que nós,

mulheres, estamos na política não para ser rebaixadas e, sim, respeitadas. E volto a falar: estou aqui para representar as mulheres e os cidadãos de bem deste Estado de Minas Gerais. A representação já está feita. E quem mais quiser me chamar disso, eu processo essa pessoa também. Então está tudo bem. O meu advogado já está ali pronto. Vamos falar de outra coisa. Fiquei sabendo que ontem – vários veículos de comunicação noticiaram – houve uma queima de pneus a céu aberto em frente a um edifício de vários moradores, em um bairro residencial de Belo Horizonte. Eu falei: isso está cheirando a vandalismo. O que será? Rapidamente fiquei sabendo o motivo. Guilherme Boulos estava chegando a Belo Horizonte, e Guilherme Boulos tem uma história marcada por atos de vandalismo, por apoio a movimentos como MTST. E hoje eu também percebi que ele veio à Assembleia, mas achei engraçado porque ele não ficou na galeria com vocês. Por que será que o Boulos não ficou nas galerias, não acompanhou a votação? Ele veio aqui só dar entrevista e saiu. Não sei. Mas queria ler uma carta, uma carta dirigida ao senhor ministro Guilherme Boulos. Infelizmente o nosso país… O Boulos é ministro do Brasil. É, parabéns! Infelizmente essa é a realidade. Venho aqui para dar o meu recado direto ao ministro Boulos, que era para estar nas galerias com vocês, defendendo a causa na qual diz acreditar. Se eu defendo uma causa, eu vou lá e apoio a pessoa, apoio quem está lá. Para dar entrevista? Vem, dá entrevista e vai embora. É muito fácil. Qualquer um faz; só para aparecer. Vamos lá. Este aqui é você, ministro Boulos. Está aqui uma foto de 2017. Um protesto do MTST, movimento que o senhor liderou por muito tempo, com o mesmo roteiro: pneus queimados, caos, intimidação. Não estou dizendo que o senhor organizou o que aconteceu ontem em Belo Horizonte. Não faço acusação, mas que coincidência! Salta aos olhos. Estou vendo que onde tem essa ideia de socialismo, sobra fumaça e falta respeito. Minas Gerais é terra de trabalho, não de fogo em via pública. Não toleramos extremismo e não vamos ser coagidos por queima de pneus. Quem tem argumento não precisa incendiar as coisas. Quem quer diálogo não ameaça nossas cidades. Meu pedido é simples: que o senhor publicamente desautorize cada ato violento que vem acontecendo na nossa cidade de Belo Horizonte. A nossa casa está aberta ao debate, mas fechada ao vandalismo e às agressões, sejam verbais, como recebi aqui, sejam físicas, como o colega deputado Arantes sofreu mais cedo de um manifestante. Parece que houve até agressão física ao deputado Arantes. Muito obrigada.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 6, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada, e para a especial, também de amanhã, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 6/11/2025

Presidência da Deputada Beatriz Cerqueira

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Bim da Ambulância – Bruno Engler – Doutor Jean Freire – João Magalhães – Luizinho – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Falta de Quórum

A presidenta (deputada Beatriz Cerqueira) – Às 14h12min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE NOMES INDICADOS PARA TITULARES DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS – FUCAM –, DA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF – FHA –, DO INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – IPEM –, DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG –, DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP –, DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DE MINAS GERAIS – IPSM –, DA LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – LEMG – E DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA – IMA – NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/8/2025

Às 16h8min, comparecem à reunião os deputados Leonídio Bouças, Charles Santos e Zé Laviola (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antonio Carlos Arantes e Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a proceder à arguição pública dos indicados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Galdina de Souza Arrais, Eliane Cristina Cabral Turra, Maria Virgínia Morais Garcia e Márcia Santos Fonseca; e os Srs. Enzo Ortenzio Lopes e Luciano Sathler Rosa Guimarães. O presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os indicados e, ato contínuo, na condição de relator da matéria, tece suas considerações e procede à arguição pública. Logo após, o presidente passa a palavra à deputada e aos deputados presentes para que façam suas considerações e seus questionamentos, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, das Indicações nºs 50, 51, 53, 57, 66 e 72/2024 (relator: deputado Leonídio Bouças). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2025.

Leonídio Bouças, presidente – Charles Santos – Ione Pinheiro.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2025

Às 14h41min, comparecem à reunião os deputados Carlos Henrique, Elismar Prado (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BMF) e Raul Belém (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Coronel Henrique. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.704/2022, 364, 1.059, 1.242 e 1.272/2023, 2.261, 2.714, 2.822, 3.144 e 3.205/2024 e 3.444/2025 (relator: deputado Carlos Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.109/2024 (relator: deputado Carlos Henrique). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2025.

Carlos Henrique, presidente – Zé Laviola – Tito Torres.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/10/2025

Às 10h28min, comparece à reunião o deputado Ricardo Campos (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BDL), membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e membro da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ricardo Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027 para o exercício de 2026, dando início ao processo de discussão participativa do PPAG nesta Casa. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Carolina Fonseca Moreira, diretora da Central de Planejamento, Programação e Normas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando a secretária; Laura Gama dos Santos Mangualde, assessora de gabinete da Subsecretaria de Gestão de Transferências Estaduais da Secretaria de Estado de Governo – Segov –, representando o secretário; e os Srs. Gabriel Luiz Lisboa de Sousa, técnico da Diretoria Central de Análise Fiscal da Seplag, também representando a secretária; e Ten.-Cel. BM Marcos Anderson Viana Soares, chefe da Assessoria Estratégica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, representando a comandante-geral; Agmar Pereira Lima, vice-prefeito de Pedras de Maria da Cruz; e Renato Paranhos dos Santos, diretor executivo da Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha – Fecaje; O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença no recinto do deputado Ulysses Gomes, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Retira-se do recinto o deputado Ulysses Gomes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2025.

Ricardo Campos, presidente – Leleco Pimentel – Marquinho Lemos.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/10/2025

Às 10h9min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Caporezzo, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.419/2025, em turno único, do qual designou relator o deputado Bruno Engler. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.419/2025 (relator: deputado Bruno Engler). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 14.416, 14.444, 14.478, 14.479, 14.536, 14.537, 14.561, 14.613 e 14.614/2025 com a Emenda nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 18.139/2025, do deputado Caporezzo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Anderson Spolador pela ação corajosa de reafirmação da liberdade de expressão em seu estabelecimento comercial, mesmo diante de hostilidade

e do risco à sua integridade e à segurança do local, em razão de suas posições políticas, expressas por meio da decoração do referido estabelecimento;

nº 18.143/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para destinação de uma nova viatura VTR 4x4 à Delegacia de Polícia Civil do Município de Conceição do Mato Dentro e para ampliação de seu efetivo, com a nomeação de, pelo menos, três investigadores e dois escrivães, de modo a fortalecer as ações da instituição e garantir maior eficiência e segurança à população;

nº 18.144/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada uma viatura nova, modelo 4x4, ao destacamento da PMMG do Município de Congonhas do Norte para garantir maior eficiência operacional e melhores condições de trabalho aos militares que atuam na região;

nº 18.146/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas uma viatura nova, modelo 4x4, e armas calibre 12 à companhia da PMMG do Município do Serro, fortalecendo as condições operacionais da unidade e garantindo maior eficiência na prestação dos serviços de segurança pública à população;

nº 18.147/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada uma viatura nova, modelo 4x4, ao destacamento da PMMG do Município de Serra Azul, fortalecendo a estrutura operacional da unidade e contribuindo para a melhoria da segurança pública local;

nº 18.148/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja viabilizado o aumento do efetivo policial do pelotão da PMMG do Município de Rio Vermelho, assegurando melhores condições de trabalho à tropa e maior eficiência na prestação dos serviços de segurança pública à comunidade;

nº 18.149/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador e ao vice-governador do Estado pedido de providências para que promovam, com urgência, a adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, considerando que a Lei nº 25.282, de 5/6/2025, já autorizou o Poder Executivo a efetivar tal adesão; que a Lei Complementar nº 212, de 2025, estabelece apenas o termo final para a referida adesão, qual seja, 31/12/2025, sem vedação à sua realização imediata; e que o Decreto Federal nº 12.650, de 7/10/2025, alterou o Decreto nº 12.433, de 14/4/2025, para dispor que a pendência de aprovação das leis autorizativas do Estado para a transferência dos ativos previstos no art. 5º, *caput* e inciso I, e a impossibilidade de apresentação do laudo de avaliação previsto no art. 10, § 1º, não impedem a apresentação do pedido de adesão;

nº 18.150/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Suase – pedido informações consubstanciadas em cópia de decisão administrativa que teria alterado a escala de 24x72 para 12x36 dos agentes de segurança socioeducativos em exercício nas unidades híbridas, assim como determinado o remanejamento dos servidores para outras unidades, e em documento contendo a motivação e os fundamentos legais da referida decisão;

nº 18.151/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para assegurar às militares gestantes e lactantes o direito ao teletrabalho, nos termos da Resolução Seplag nº 44/2025, em cumprimento à Lei nº 24.995, de 2024, que dispõe sobre direitos das servidoras civis do Poder Executivo e das militares do Estado relativos à maternidade;

nº 18.152/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para viabilizar o aumento do efetivo policial e a mudança de local da delegacia da PCMG do

Município de Jacuí, de modo a assegurar melhores condições de trabalho aos servidores, aprimorar o atendimento à população e fortalecer a segurança pública do município;

nº 18.163/2025, do deputado Lincoln Drumond, em que requer seja realizada audiência pública para debater os 10 anos da abertura, em 2/12/2015, do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff;

nº 18.164/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares do 2º Batalhão de Policiamento Especializado, em Contagem, em especial os policiais do Grupo Especializado em Recobrimento – GER –, pela brilhante atuação nas diligências destinadas à captura do autor do assassinato do Cb. PM Vinícius de Castro Lima, de 37 anos, lotado no 39º Batalhão de Polícia Militar, no referido município, que dedicou sua vida à missão de servir e proteger a sociedade mineira e que lamentavelmente foi baleado e morto a tiros ao tentar impedir um assalto no Bairro Tirol, em Belo Horizonte;

nº 18.167/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe da Delegacia de Homicídios de Muriaé pela competente investigação que culminou na prisão de Luis Filipe Verdiano Gomes, autor de um homicídio brutal que vitimou uma pessoa em situação de rua;

nº 18.189/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja viabilizado o aumento do efetivo policial na Delegacia de Polícia Civil do Município de Carmo do Rio Claro, com a designação de novos servidores, especialmente investigadores e escrivães, de modo a assegurar melhores condições de trabalho aos policiais civis e maior eficiência na prestação dos serviços de segurança pública;

nº 18.211/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de uma delegacia de polícia no Município de Capim Branco, com número suficiente de servidores administrativos e de policiais civis e a destinação de uma viatura zero quilômetro, armamentos e equipamentos, a fim de garantir o pleno funcionamento das atividades investigativas e de atendimento à população, bem como para a implantação de um posto de identificação para emissão de carteiras de identidade;

nº 18.212/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Projeto de Lei nº 4.176/2025, de autoria do deputado federal Coronel Ulysses (União – AC), por propor o aumento das penas aplicáveis aos crimes de homicídio e lesões corporais dolosas cometidos contra oficiais de justiça, integrantes das forças de segurança, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública e seus familiares, tornando hediondo o homicídio cometido contra tais pessoas;

nº 18.213/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que determine a adoção das medidas administrativas e normativas necessárias à agilidade da regulamentação, efetividade e plena implementação da Lei nº 25.298, de 12 de junho de 2025, que institui o Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais – Piseg-MG;

nº 18.214/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para viabilizar o aumento do efetivo policial no Pelotão da Polícia Militar do Município de Carmo do Rio Claro, com vistas a fortalecer o policiamento ostensivo, ampliar a cobertura da segurança pública e reforçar a capacidade de prevenção e repressão à criminalidade, assegurando melhores condições de trabalho aos militares e maior eficiência no atendimento à população local;

nº 18.215/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para viabilizar o aumento do efetivo policial na Delegacia de Polícia Civil do Município de Boa Esperança, com vistas a restabelecer a capacidade operacional da unidade, fortalecer as ações investigativas e garantir maior eficiência na prestação dos serviços de segurança pública ao referido município e demais localidades atendidas por essa delegacia;

nº 18.216/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para viabilizar o aumento do efetivo de policiais penais no Presídio de Boa Esperança, com vistas a reduzir a sobrecarga de trabalho, fortalecer as rotinas de segurança interna e externa e garantir melhores condições de funcionamento e eficiência na gestão da referida unidade prisional;

nº 18.217/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para viabilizar o aumento do efetivo de bombeiros militares no Posto Avançado do CBMMG do Município de Boa Esperança, com vistas a fortalecer a capacidade de resposta às ocorrências, aprimorar as ações de salvamento e combate a incêndios e garantir melhores condições de trabalho aos militares e de segurança à população atendida;

nº 18.218/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para viabilizar o aumento do efetivo policial do pelotão da PMMG do Município de Nepomuceno, assegurando o fortalecimento da estrutura operacional da unidade, melhores condições de trabalho aos militares e uma resposta mais efetiva às necessidades de segurança da população;

nº 18.219/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para o aumento do efetivo policial na Delegacia de Polícia Civil do Município de Nepomuceno, com a designação de novos investigadores, escrivães e servidores de apoio administrativo, de modo a restabelecer a capacidade operacional da unidade e garantir maior agilidade e qualidade no atendimento à população;

nº 18.220/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de providências para que, diante do expressivo déficit de efetivo e da validade do concurso regido pelo Edital CBMMG nº 13/2024, sejam os candidatos aprovados na primeira etapa do certame para o Quadro de Praças – QP-BM – convocados para as fases subsequentes e, caso aprovados, incluídos na próxima turma do Curso de Formação de Soldados – CFSd; e para que os candidatos aprovados para o Quadro de Especialistas – QPE-BM – já aprovados em todas as etapas do mesmo concurso sejam também incluídos no CFsd e, após sua conclusão, enquadrados como soldados praças do QP-BM, garantindo-se o pleno aproveitamento do concurso vigente e a recomposição gradual do quadro de praças da corporação;

nº 18.222/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual sejam convocadas a subsecretária de Atendimento Socioeducativo e a diretora-geral do Centro Socioeducativo de Sete Lagoas, para debater as condições de trabalho dos agentes de segurança socioeducativos, em especial as escalas de trabalho, no âmbito das unidades socioeducativas do Estado sob o modelo de gestão direta, híbrida e o funcionamento de unidades socioeducativas sem a presença do Estado;

nº 18.226/2025, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Caporezzo, em que requerem seja formulado voto de congratulações com os policiais militares e civis do Estado do Rio de Janeiro que participaram da operação de repressão às organizações criminosas deflagrada nos Complexos do Alemão e da Penha e em comunidades adjacentes, de 27 a 29/10/2025, em reconhecimento à brilhante e corajosa atuação nessa operação;

nº 18.227/2025, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Caporezzo, em que requerem seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do comissário de polícia Marcus Vinícius Cardoso de Carvalho, lotado na 53ª Delegacia de Polícia de Mesquita; do investigador de polícia Rodrigo Velloso Cabral, lotado na 39ª Delegacia de Polícia da Pavuna; do 3º-Sgt. PM Cleiton Serafim Gonçalves e do 3º-Sgt. PM Héber Carvalho da Fonseca, integrantes do Batalhão de Operações Especiais – Bope –, bravos policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro que tombaram em combate durante a grandiosa operação de repressão às organizações criminosas realizada nos Complexos do Alemão e da Penha, de 27 a 29/10/2025.

Nos termos do art. 284, inciso I, do Regimento Interno, é prejudicado o Requerimento nº 18.138/2025, do deputado Caporezzo, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policias militares que participaram da operação, realizada em 17/10/2025, que resultou na apreensão de meia tonelada de cocaína, que estava sendo transportada na Rodovia MGC-497, na altura do Km 189, no Município de Campina Verde.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Christiano Xavier – Eduardo Azevedo.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42/2024 NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/10/2025

Às 13h52min, comparecem à reunião os deputados Adriano Alvarenga, Arlen Santiago e Eduardo Azevedo (substituindo o deputado Lincoln Drumond, por indicação da liderança do PL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2024 é retirada de pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2025.

Adriano Alvarenga, presidente – Zé Laviola – Arlen Santiago.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/11/2025

Às 16h3min, comparece à reunião o deputado Leleco Pimentel, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações a Ignácio Agero Hernandez, bem como debater suas contribuições para a justiça social, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a consolidação da democracia no Brasil. A presidência solicita um minuto de silêncio em homenagem a Lô Borges e Clara Charf. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência registra a presença das Sras. Adélia Batista Hernandez, esposa e companheira de luta do homenageado; Carolina Dellamore Batista Scarpelli, coautora do livro *Memória história resistência – 90 anos de lutas*; e dos Srs. João Batista dos Mares Guia, fundador do Centro de Estudos e Trabalho – CET; Durval Ângelo Andrade, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG; Ignácio Agero Hernandez, homenageado; Antônio Nahas Junior, militante do PT; Carlos Alberto Menezes Calazans, superintendente da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais – SRTE-MG; Nilmário de Miranda, fundador do Jornal dos Bairros; Hamilton Reis, subsecretário de governo da Prefeitura Municipal de Contagem, representando a prefeita; Patrus Ananias de Souza e Rogério Correia, deputados federais; e Virgílio Guimarães de Paula, ex-diretor regional e economista responsável técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese-MG. Durante a reunião, registram presença a deputada Leninha e os

deputados Ricardo Campos, Ulysses Gomes e Doutor Jean Freire. O presidente, na condição de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados e demais deputados presentes, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2025.

Betão, presidente.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/11/2025

Às 16h8min, comparecem à reunião os deputados Raul Belém, Dr. Maurício e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 14.575, 14.638, 14.880 e 14.881/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 18.348/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Turmalina, para debater a importância da regularização fundiária, objetivando o acesso à terra, à mobilidade, ao saneamento e ao bem-estar da população e dos povos e comunidades tradicionais ameaçados pela monocultura do eucalipto e pelos projetos de mineração;

nº 18.351/2025, do deputado Raul Belém e da deputada Leninha, em que requerem sejam encaminhadas à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, à Cemig Distribuição S.A., à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, à Cooperativa de Desenvolvimento Rural dos Produtores de Micro e Minigeração e Consumidores de Energia Renovável do Estado de Minas Gerais – Coopersolar – e à Comissão de Agronegócio da Seção de Minas Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MG – as notas taquigráficas da 2ª Reunião Conjunta da comissão com a Comissão de Minas e Energia, que teve por finalidade debater a importância da implantação de usinas destinadas à microgeração e à minigeração de energia fotovoltaica e da absorção dessa energia gerada pelas concessionárias ou permissionárias de produção e de distribuição de energia elétrica no Estado;

nº 18.352/2025, do deputado Raul Belém e da deputada Leninha, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, com a presença de representantes da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e da Cemig Distribuição S.A., os problemas relacionados às negativas de absorção da energia gerada pelos micro e minigeradores de energia solar fotovoltaica no meio rural, sob o argumento de inversão de fluxo, sem apresentação do devido argumento técnico nos pareceres de acesso, e para debater as possíveis soluções para a resolução desses problemas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2025.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho Sintrocel, Leandro Genaro, Leleco Pimentel e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 7/11/2025, às 8 horas, em Belo Horizonte, na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.626, Bairro Gutierrez, com a finalidade de apurar informações sobre o possível repasse do prédio da Emater-MG para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 – e de verificar os possíveis impactos da eventual mudança de endereço dessa unidade na rotina dos trabalhadores e trabalhadoras da instituição, tendo em vista as notícias de que representantes da referida corte teriam realizado vistoria no prédio e manifestado interesse na estrutura e na edificação predial.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2025.

Betão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e os deputados Mauro Tramonte e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 10/11/2025, ao Distrito de Lapinha da Serra, no Município de Santana do Riacho, para verificar a importância do tombamento municipal da Lagoa da Lapinha e Serra, por sua relevância cultural, ambiental, turística e econômica, bem como avaliar as condições da outorga hídrica concedida à Pequena Central Hidrelétrica Coronel Américo Teixeira.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2025.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lud Falcão e Marli Ribeiro e os deputados Dr. Maurício e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/11/2025, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a grave crise de endividamento que assola produtores rurais e empresas do setor agropecuário no Estado, diagnosticando seus profundos impactos na economia estadual e seus graves efeitos sociais, propondo medidas concretas para preservar a atividade rural, a segurança alimentar e a sustentabilidade socioeconômica de nosso estado, evitando redução do PIB agropecuário e queda na arrecadação de tributos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2025.

Raul Belém, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2024

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Adalclever Lopes, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/2025, às 10 horas, na Sala das

Comissões, com a finalidade de discutir e votar, no 2º turno, o Parecer sobre a Emenda nº 1 à Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2024, do deputado João Magalhães e outros, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2025.

Gil Pereira, presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.081/2025

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 216/2025, o projeto de lei em epígrafe visa criar a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais e dar outras providências.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 2, de autoria desta comissão, a proposição regressa agora para receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 189, combinado com o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno.

Em respeito ao comando do § 1º do art. 189 do regimento desta Casa, segue anexa, ao final, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.081/2025 objetiva criar a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais – CET-MG –, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento – Seplag. Com a criação dessa autarquia, a atual Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito, que hoje integra a estrutura administrativa daquela secretaria, ficará extinta.

A proposição estabelece, entre outras atribuições, que a CET-MG ficará responsável pelo registro e licenciamento de veículos, determinando que as atividades relacionadas à execução de serviços e ao atendimento ao público poderão ser realizadas por meio de credenciamentos, contratos ou convênios. Além disso, define a estrutura organizacional da entidade, cria e extingue cargos, funções gratificadas e gratificações estratégicas.

Criteriosamente debatida em Plenário, a proposição foi aprovada no primeiro turno na forma do Substitutivo nº 2, apresentado por esta comissão.

Naquilo que compete a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária analisar, mantemos nosso entendimento de que a implementação das medidas propostas no projeto, em especial as extinções e criações de cargos e funções gratificadas, não implica a criação de despesas ao erário e buscam maior racionalização administrativa.

Não obstante, com o intuito de aprimorar a proposição de forma a incorporar alterações encaminhadas a esta Casa pelo governador do Estado por meio da Mensagem nº 229, de 2025 e propostas apresentadas por parlamentares, apresentamos o Substitutivo nº 1 ao vencido.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.081/2025, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Cria o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – Fica criado o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, autarquia estadual dotada de personalidade jurídica de direito público, poder de polícia administrativa, autonomia administrativa, financeira e técnica e patrimônio próprio, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, com sede e foro em Belo Horizonte e jurisdição em todo o território do Estado.

Parágrafo único – O Detran-MG atua como entidade executiva de trânsito do Estado, prevista no inciso III do art. 7º da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, compondo o Sistema Nacional de Trânsito, observadas as demais disposições constitucionais e legais aplicáveis.

Art. 2º – Compete ao Detran-MG, nos termos da legislação vigente:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II – realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, de aperfeiçoamento, de reciclagem e de suspensão de condutores e expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante delegação do órgão máximo executivo de trânsito da União;

III – vistoriar, registrar, emplacar e licenciar veículos, com a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento Anual, bem como inspecionar as condições de segurança veicular, mediante delegação do órgão máximo executivo de trânsito da União;

IV – estabelecer, em conjunto com a Polícia Militar, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

V – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, excetuadas aquelas de competência privativa dos órgãos e das entidades executivos de trânsito dos municípios, no exercício regular do poder de polícia de trânsito;

VI – aplicar as penalidades por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, excetuadas aquelas de competência privativa dos órgãos e das entidades executivos de trânsito dos municípios, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VII – comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;

VIII – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre sinistros de trânsito e suas causas;

IX – implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

X – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – Contran – e pelo Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Cetran;

XI – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Estadual de Trânsito e do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento e à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma unidade da Federação para outra;

XII – fornecer aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais os dados cadastrais dos veículos registrados e dos condutores habilitados, para fins de imposição e notificação de penalidades e de arrecadação de multas nas áreas de suas competências;

XIII – articular-se com os demais órgãos do Sistema Estadual de Trânsito, sob coordenação do Cetran-MG;

XIV – criar, implantar e manter escolas públicas de trânsito, destinadas à educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio de aulas teóricas e práticas sobre legislação, sinalização e comportamento no trânsito;

XV – desenvolver políticas com o objetivo de facilitar a mobilidade de pessoas comprovadamente com doenças raras e pessoas com deficiência.

§ 1º – É facultado ao Detran-MG credenciar, contratar ou estabelecer convênios com órgãos ou entidades para a execução das atividades de que trata este artigo, bem como para o atendimento ao público, observada a legislação vigente.

§ 2º – Para fins do disposto no inciso II do *caput*, as bancas examinadoras serão compostas prioritariamente por policiais civis, até que novos agentes públicos sejam capacitados para a função a que se refere o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005.

§ 3º – Ficam mantidas na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – as atividades e as competências para realizar investigação criminal e exercer a função de polícia judiciária em matéria de trânsito.

Art. 3º – Para a realização de suas atribuições e para o exercício regular do poder de polícia administrativa e da fiscalização de trânsito, o Detran-MG atuará por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, da União, dos demais estados, do Distrito Federal e dos municípios, nas respectivas áreas de atuação, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º – O Detran-MG organiza-se conforme a seguinte estrutura organizacional:

I – direção superior, exercida pelo Diretor-Presidente;

II – unidades administrativas:

a) Gabinete;

b) Procuradoria;

c) Unidade Seccional de Controle Interno;

d) assessorias;

e) diretorias;

f) gerências.

§ 1º – As competências e a denominação das unidades a que se refere o *caput* serão estabelecidas por decreto.

§ 2º – Integram a área de competência do Detran-MG, por subordinação administrativa:

a) o Conselho Estadual de Trânsito – Cetran-MG;

b) as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – Jaris – do Detran-MG.

Art. 5º – As Jaris têm como atribuição julgar os recursos interpostos pelos infratores na forma e nos casos previstos pela Lei Federal nº 9.503, de 1997.

Art. 6º – O Detran-MG prestará apoio administrativo e logístico para garantir o pleno funcionamento das unidades administrativas, do Cetran-MG e das Jaris.

Parágrafo único – A Seplag e a PCMG disponibilizarão efetivos suficientes para garantir o pleno funcionamento das unidades administrativas, do Cetran-MG e das Jaris, nos termos do art. 12.

Art. 7º – Compete ao Diretor-Presidente do Detran-MG:

I – exercer a direção superior da autarquia, praticando os atos de gestão necessários ao cumprimento dos objetivos do Detran-MG;

II – exercer a coordenação geral e promover articulações institucionais nas ações, nos programas e nos projetos públicos de gestão de trânsito.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 8º – Constituem patrimônio do Detran-MG os bens e os direitos de sua propriedade e os que lhe forem atribuídos ou que vier a adquirir ou incorporar.

Art. 9º – Constituem recursos do Detran-MG:

I – dotações consignadas anualmente no orçamento do Estado, bem como os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II – doações, legados, subvenções, auxílios, patrocínios e contribuições que lhe venham a ser destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, bem como recursos originários de fundos;

III – recursos provenientes de contratos, convênios ou acordos celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV – a renda proveniente de seus bens patrimoniais e de aplicações financeiras sobre saldos disponíveis;

V – o produto de operações de crédito realizadas pelo Detran-MG;

VI – transferências de recursos de entes federativos ou de quaisquer instituições públicas ou privadas, mediante convênio;

VII – outras rendas eventuais ou extraordinárias.

Parágrafo único – O orçamento do Detran-MG integrará o orçamento fiscal do Estado em unidade orçamentária própria, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10 – Ficam extintas, na estrutura orgânica da Seplag, de que trata o art. 40 da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, a unidade administrativa Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET – e as unidades a ela subordinadas.

§ 1º – A autarquia Detran-MG é sucessora, para todos os efeitos legais, da Seplag no que se refere à unidade administrativa extinta por este artigo, relativamente aos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes relativos a suas competências, vigentes ou não, incluídos as respectivas prestações de contas e os respectivos saldos contábeis, procedendo-se, quando necessário, às alterações pertinentes.

§ 2º – Os sistemas, bancos de dados e recursos tecnológicos que suportam as atividades da unidade administrativa de que trata o *caput* serão transferidos para a autarquia criada por esta lei, assegurada a disponibilidade de informações, de acesso e de inserção de dados para suporte às ações das atividades policiais, de forma irrestrita, e das demais políticas públicas.

Art. 11 – O *caput* do art. 40 da Lei nº 24.313, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação, e ficam acrescentados ao *caput* do mesmo artigo o seguinte inciso XIII e ao inciso II do § 1º do mesmo artigo a alínea "e" a seguir:

"Art. 40 – Compõem a estrutura básica da Seplag, além do previsto nos incisos I a VI do § 1º do art. 13:

(…)

XIII – Assessoria de Relações Institucionais e Sindicais.

§ 1º – (…)

II – (…)

e) o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG.".

Art. 12 – A Seplag e a PCMG atuarão de maneira conjunta com o Detran-MG para viabilizar a continuidade da prestação aos cidadãos dos serviços típicos do órgão executivo de trânsito do Estado, até a efetiva transição das competências próprias da autarquia criada por esta lei.

Art. 13 – Ficam extintas 463,53 (quatrocentas e sessenta e três vírgula cinquenta e três) unidades de DAD-unitário, 20,92 (vinte vírgula noventa e duas) unidades de FGD-unitário e 84,00 (oitenta e quatro) unidades de GTE-unitário, de que trata a Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, destinadas à Seplag.

Parágrafo único – Os cargos, as funções e as gratificações correspondentes às unidades extintas nos termos do *caput* serão identificados em decreto, no prazo de sessenta dias contados da data de publicação desta lei.

Art. 14 – Fica criado o cargo de Diretor-Presidente do Detran-MG, de código DP-DT01, com vencimento de R$12.363,03 (doze mil trezentos e sessenta e três reais e três centavos).

Art. 15 – Ficam criadas, no Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão, a que se refere o art. 1º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, 539,86 (quinhentas e trinta e nove vírgula oitenta e seis) unidades de DAI-unitário, 21,58 (vinte e uma vírgula cinquenta e oito) unidades de FGI-unitário e 76,00 (setenta e seis) unidades de GTE-unitário, destinados ao Detran-MG.

§ 1º – A identificação dos cargos, das funções e das gratificações de que trata este artigo será estabelecida em decreto, no prazo de sessenta dias contados da data de publicação desta lei.

§ 2º – Em função do disposto no art. 14 e no *caput* deste artigo, fica acrescentado ao Anexo V da Lei Delegada nº 175, de 2007, o item V.37, na forma constante no Anexo I desta lei.

Art. 16 – O inciso II do *caput* do art. 3º e o *caput* e o inciso VI do *caput* do art. 7º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º – (…)

II – na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e no Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais os cargos das carreiras de Auxiliar da Polícia Civil e de Atividades Governamentais, Técnico Assistente da Polícia Civil e de Atividades Governamentais e Analista da Polícia Civil e de Atividades Governamentais;

(…)

Art. 7º – Poderá haver cessão de servidor ocupante de cargo das carreiras instituídas por esta lei entre os seguintes órgãos e entidades do Poder Executivo:

(…)

VI – Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais.”.

Art. 17 – O título do item I.2 do Anexo I da Lei nº 15.301, de 2004, passa a ser: “I.2. Estrutura das carreiras administrativas pertencentes aos Quadros de Pessoal da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais”.

Art. 18 – O título do item II.2 do Anexo II da Lei nº 15.301, de 2004, passa a ser: “II.2 – Tabela de Correlação das Carreiras da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais”.

Art. 19 – O item III.2 do Anexo III da Lei nº 15.301, de 2004, passa a vigorar na forma do Anexo II desta lei.

Art. 20 – O título do item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 15.301, de 2004, passa a ser: “IV.2 – Cargos Resultantes de Efetivação pela Emenda à Constituição nº 49, de 2001, e Funções Públicas Não Efetivadas do Quadro Administrativo da Polícia Civil e do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais”.

Art. 21 – O art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º-A – Serão devidos honorários ao agente público, ativo ou aposentado, que, em caráter eventual e de maneira adicional a suas atribuições regulares, exercer a função de auxiliar ou membro de banca examinadora, em processo de habilitação, controle e reabilitação de condutor de veículo automotor, de competência do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, na forma definida em regulamento.

Parágrafo único – No caso de servidor público estatutário ativo, os honorários de que trata este artigo somente serão devidos se as atividades referidas no *caput* forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo de que o servidor for titular, admitindo-se compensação de carga horária mediante prévia autorização da chefia imediata, quando as atividades forem desempenhadas durante a jornada de trabalho.”.

Art. 22 – Os servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar da Polícia Civil e de Atividades Governamentais, Técnico Assistente da Polícia Civil e de Atividades Governamentais e Analista da Polícia Civil e de Atividades Governamentais lotados na Seplag na data de publicação desta lei ficam transferidos para o Detran-MG.

Parágrafo único – Pedidos de mudança de lotação serão analisados na forma da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, observado o disposto na Lei nº 24.091, de 15 de maio de 2022.

Art. 23 – Os servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar da Polícia Civil e de Atividades Governamentais, Técnico Assistente da Polícia Civil e de Atividades Governamentais e Analista da Polícia Civil e de Atividades Governamentais em exercício na unidade administrativa Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito na data de publicação desta lei não terão prejuízo da remuneração e das demais vantagens do cargo efetivo.

Parágrafo único – Os servidores a que se refere o *caput* continuam a integrar o grupo de carreiras da segurança pública para fins de direitos e vantagens.

Art. 24 – Os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras policiais civis, a que se refere o art. 76 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, que na data de publicação desta lei estejam mobilizados na Seplag ou em exercício nas Circunscrições Regionais de Trânsito – Ciretrans – permanecerão no desempenho das atividades relacionadas às competências do Detran-MG, visando assegurar a continuidade da prestação de serviços de trânsito, conforme condições e prazos definidos em regulamento.

Parágrafo único – O desempenho, pelos servidores, das atividades relacionadas às competências do Detran-MG, a que se refere o *caput*, será formalizado mediante instrumento de parceria próprio firmado entre o Chefe da PCMG e o Diretor-Presidente do Detran-MG.

Art. 25 – Os convênios de cooperação técnica e os termos de cessão de agentes públicos cedidos à Seplag por órgão ou entidade de outro Poder ou ente da Federação que, na data de publicação desta lei, estiverem em exercício na unidade administrativa Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito passam a ser de responsabilidade da autarquia criada por esta lei, na condição de entidade cessionária.

§ 1º – O Detran-MG deverá tomar as providências necessárias para assegurar a regularidade funcional dos servidores de que trata o *caput*, nos termos das normas vigentes.

§ 2º – Na situação a que se refere o *caput*, caso a cessão tenha ocorrido com ônus para a Seplag, o Detran-MG passa a ser responsável pelo pagamento da remuneração do agente público cedido, bem como pelo recolhimento da respectiva contribuição previdenciária.

Art. 26 – As delegacias regionais e as demais unidades da PCMG que, entre outras atribuições, realizam atividades e atendimentos relativos ao registro e ao licenciamento de veículo automotor e à habilitação de condutor continuarão prestando esses serviços até que seja concluída a reestruturação dessas atividades, na forma de regulamento.

Art. 27 – O prazo para que seja promovida a reorganização administrativa em razão das alterações promovidas por esta lei é de cento e oitenta dias contados da data de sua entrada em vigor.

Art. 28 – O *caput* do art. 137 da Lei n° 23.304, de 30 de maio de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 137 – A designação ou mobilização de policiais civis por prazo e fim determinados para órgão do Poder Executivo, inclusive para suas autarquias, bem como para os Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunais de Contas e Ministérios Públicos, de qualquer dos entes da Federação, não implica cessão, disposição ou afastamento quando mantido o exercício das atribuições funcionais ou correlatas do cargo efetivo ocupado pelo servidor.".

Art. 28 – Ficam revogados o inciso IX do art. 39, o inciso XII do *caput* e as alíneas "c" e "d" do inciso I do § 1º do art. 40, a alínea "b" do inciso IX do art. 40 e os arts. 41, 42, 69, 70, 71, 72, 77, 133, 134 e 135, todos da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023.

Art. 29 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(a que se refere o § 2º do art. 15 da Lei nº …, de … de … de…)

"ANEXO V

(a que se referem o § 3º do art. 2º e os arts. 10, 11, 16, 17 e 18 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007)

QUANTITATIVO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DE FUNÇÕES GRATIFICADAS ESPECÍFICAS E DE GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS ESTRATÉGICAS CRIADAS E EXTINTAS E SUA CORRELAÇÃO

(…)

V.37 – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS – DETRAN-MG

V.37.1 – CARGOS EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Denominação do Cargo	Quantitativo	Código	Vencimento
Diretor-Presidente	1	DP-DT	R$12.363,03

V.37.2 – QUANTITATIVO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO – DAI

Espécie/Nível	Quantitativo de Cargos
DAI-22	39

DAI-31	22
DAI-35	6

GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS ESTRATÉGICAS

Espécie/Nível	Quantitativo de Cargos
GTEI-4	19

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Espécie/Nível	Quantitativo de Cargos
FGI-7	1
FGI-13	1

”

ANEXO II

(a que se refere o art. 19 da Lei nº …, de … de … de…)

“ANEXO III

(a que se refere o art. 4º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004)

(…)

III.2 – Atribuições dos Cargos das Carreiras da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais

Carreira	Atribuições
Analista da Polícia Civil e de Atividades Governamentais	Executar atividades de natureza administrativa nas áreas contábil, jurídica, estatística, tecnológica, biblioteconômica, de cerimonial, de relações públicas, de informação, de comunicação, de gestão, de logística, de engenharia e arquitetura, de educação, de saúde e psicossocial, em especial as funções de identificação civil, registro e licenciamento de veículo automotor e habilitação de condutor, compatíveis com a respectiva formação em nível superior de escolaridade.
Técnico Assistente da Polícia Civil e de Atividades Governamentais	Executar tarefas de apoio técnico, administrativo e logístico, atuar no suporte às atividades de educação e saúde, efetuar atendimentos e prestar informações ao público, conduzir veículos, coletar impressões digitais e dados biográficos para a identificação civil, realizar vistoria e colher dados para o registro e o licenciamento de veículo automotor e para a habilitação de condutor, compatíveis com o nível intermediário de escolaridade, em particular o exercício de atividades de apoio logístico em órgãos e unidades da Polícia Civil e do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais.
Auxiliar da Polícia Civil e de Atividades Governamentais	Executar tarefas de apoio operacional e administrativo, especialmente a vigilância patrimonial, a condução de veículos, a realização de limpeza e conservação, o atendimento de gabinetes e portarias, a digitação de serviços administrativos, bem como de apoio às atividades gerenciais, e outras tarefas assemelhadas.

”

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2025.

Zé Guilherme, presidente e relator – João Magalhães – Adriano Alvarenga – Hely Tarqüínio.

PROJETO DE LEI Nº 4.081/2025

(Redação do vencido)

Cria a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais – CET-MG – e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criada a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais – CET-MG –, autarquia estadual dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e técnica e patrimônio próprio, vinculada a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, com sede e foro em Belo Horizonte e jurisdição em todo o território do Estado.

Parágrafo único: A CET-MG atua como entidade executiva de trânsito do Estado e compõe o Sistema Nacional de Trânsito na forma do inciso III do art. 7º da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, observadas as demais disposições constitucionais e legais aplicáveis.

Art. 2º – Compete à CET-MG, nos termos da legislação vigente:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;

II – realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, de aperfeiçoamento, de reciclagem e de suspensão de condutores e expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante delegação do órgão máximo executivo de trânsito da União;

III – vistoriar, inspecionar as condições de segurança veicular, registrar, emplacar e licenciar veículos, com a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão máximo executivo de trânsito da União;

IV – estabelecer, em conjunto com as Polícias Militares, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

V – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, excetuadas aquelas de competência privativa dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios no exercício regular do poder de polícia de trânsito;

VI – aplicar as penalidades por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, excetuadas aquelas de competência privativa dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VII – arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos;

VIII – comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;

IX – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre sinistros de trânsito e suas causas;

X – implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XI – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Contran;

XII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIII – fornecer, aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais, os dados cadastrais dos veículos registrados e dos condutores habilitados, para fins de imposição e notificação de penalidades e de arrecadação de multas nas áreas de suas competências;

XIV – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo Cetran;

XV – criar, implantar e manter escolas públicas de trânsito, destinadas à educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio de aulas teóricas e práticas sobre legislação, sinalização e comportamento no trânsito.

§ 1º – É facultado à CET-MG credenciar, contratar ou estabelecer convênios com órgãos ou entidades para a execução das atividades de que trata este artigo, bem como a de atendimento ao público, observada a legislação vigente.

§ 2º – Para fins do disposto no inciso II do caput, as bancas examinadoras serão compostas prioritariamente por policiais civis, até que novos agentes públicos sejam capacitados para a função a que se refere o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005.

§ 3º – Ficam mantidas na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – as atividades e competências para realizar investigação criminal e exercer a função de polícia judiciária na matéria de trânsito.

Art. 3º – Para a realização de suas atribuições e exercício regular do poder de polícia e da fiscalização de trânsito, a CET-MG atuará por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, da União, dos demais Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º – A CET-MG organiza-se conforme a seguinte estrutura organizacional:

I – direção superior: Diretor-Geral;

II – unidades administrativas:

a) Gabinete;

b) Procuradoria;

c) Unidade Seccional de Controle Interno;

d) assessorias;

e) diretorias;

f) gerências.

§ 1º – As competências e a denominação das unidades a que se refere o *caput* serão estabelecidas por decreto.

§ 2º – Integram a área de competência da CET-MG por subordinação administrativa:

a) o Conselho Estadual de Trânsito – Cetran-MG;

b) as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – Jaris – da CET-MG.

Art. 5º – As Jaris têm como atribuição julgar os recursos interpostos pelos infratores na forma e nos casos previstos pela Lei Federal nº 9.503, de 1997.

Art. 6º – A CET-MG prestará apoio administrativo e logístico para garantir o pleno funcionamento das unidades administrativas, do Cetran-MG e das Jaris.

Parágrafo único – A Seplag e a Polícia Civil de Minas Gerais disponibilizarão efetivos suficientes para garantir o pleno funcionamento das unidades administrativas, do Cetran-MG e das Jaris, nos termos do art. 12 desta Lei.

Art. 7º – Compete ao Diretor-Geral da CET-MG:

I – exercer a direção superior da autarquia, praticando os atos de gestão necessários ao cumprimento dos objetivos da CET-MG;

II – exercer a coordenação geral e promover articulações institucionais nas ações, nos programas e nos projetos públicos de gestão de trânsito.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 8º – Constituem patrimônio da CET-MG os bens e os direitos de sua propriedade e os que lhe forem atribuídos ou que vier a adquirir ou incorporar.

Art. 9º – Constituem recursos da CET-MG:

I – dotações consignadas anualmente no orçamento do Estado, bem como os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II – doações, legados, subvenções, auxílios, patrocínios e contribuições que lhe venham a ser destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, bem como recursos originários de fundos;

III – recursos provenientes de contratos, convênios ou acordos celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV – a renda proveniente de seus bens patrimoniais e de aplicações financeiras sobre saldos disponíveis;

V – o produto de operações de crédito realizadas pela autarquia;

VI – transferências de recursos de entes federativos ou quaisquer instituições públicas ou privadas, mediante convênio;

VII – outras rendas eventuais ou extraordinárias.

Parágrafo único – O orçamento da CET-MG integrará o orçamento fiscal do Estado em unidade orçamentária própria da CET-MG, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º – Ficam extintas, na estrutura orgânica da Seplag, de que trata o art. 40 da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, a unidade administrativa Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET – e as unidades a ela subordinadas.

§ 1º – A autarquia CET-MG é sucessora, para todos os efeitos legais, da Seplag no que se refere à unidade administrativa extinta por este artigo, relativamente aos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes relativos a suas competências, vigentes ou não, incluídos as respectivas prestações de contas e os respectivos saldos contábeis, procedendo-se, quando necessário, às alterações pertinentes.

§ 2º – Os sistemas, bancos de dados e recursos tecnológicos que suportam as atividades da unidade administrativa de que trata o *caput* serão transferidos para a autarquia criada por esta lei, assegurada a disponibilidade de informações, de acesso e de inserção de dados para suporte às ações de atividades policiais, de forma irrestrita, e das demais políticas públicas.

Art. 11 – O *caput* do art. 40 da Lei nº 24.313, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescentado ao inciso II do § 1º do mesmo artigo a seguinte alínea "e":

"Art. 40 – Compõem a estrutura básica da Seplag, além do previsto nos incisos I a VI do § 1º do art. 13:

(…)

§ 1º – (…)

II – (…)

e) a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais – CET-MG.".

Art. 12 – A Seplag e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – atuarão de maneira conjunta com a CET-MG para viabilizar a continuidade da prestação aos cidadãos dos serviços típicos do órgão executivo de trânsito do Estado.

Art. 13 – Ficam extintas 463,53 (quatrocentas e sessenta e três vírgula cinquenta e três) unidades de DAD-unitário, 20,92 (vinte vírgula noventa e duas) unidades de FGD-unitário e 84,00 (oitenta e quatro) unidades de GTE-unitário, de que trata a Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007, destinadas à Seplag.

Parágrafo único – Os cargos, as funções e as gratificações correspondentes às unidades extintas nos termos do *caput* serão identificados em decreto, no prazo de sessenta dias contados da data de publicação desta lei.

Art. 14 – Fica criado o cargo de Diretor-Geral da CET-MG, de código DG-CT01, com vencimento de R$12.363,03 (doze mil trezentos e sessenta e três reais e três centavos).

Art. 15 – Ficam criadas, no Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão, a que se refere o art. 1º da Lei Delegada nº 175, 26 de janeiro de 2007, 539,86 (quinhentas e trinta e nove vírgula oitenta e seis) unidades de DAI-unitário, 21,58 (vinte e uma vírgula cinquenta e oito) unidades de FGI-unitário e 76,00 (setenta e seis) unidades de GTE-unitário, destinados à CET-MG.

Parágrafo único – A identificação dos cargos, das funções e das gratificações de que trata este artigo será estabelecida em decreto, no prazo de sessenta dias contados da data de publicação desta lei.

Art. 16 – O inciso II do *caput* do art. 3º e o *caput* e o inciso VI do *caput* do art. 7º da Lei nº 15.301, 10 de agosto de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º – (…)

II – na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e na Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais os cargos das carreiras de Auxiliar da Polícia Civil e de Atividades Governamentais, Técnico Assistente da Polícia Civil e de Atividades Governamentais e Analista da Polícia Civil e de Atividades Governamentais;

(…)

Art. 7º – Poderá haver cessão de servidor ocupante de cargo das carreiras instituídas por esta lei entre os seguintes órgãos e entidades do Poder Executivo:

(…)

VI – Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais.".

Art. 17 – O título do item I.2 do Anexo I da Lei nº 15.301, de 2004, passa a ser: "I.2. Estrutura das carreiras administrativas pertencentes aos Quadros de Pessoal da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais".

Art. 18 – O título do item II.2 do Anexo II da Lei nº 15.301, de 2004, passa a ser: "II.2 – Tabela de Correlação das Carreiras da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais".

Art. 19 – O item III.2 do Anexo III da Lei nº 15.301, de 2004, passa a vigorar na forma do Anexo desta lei.

Art. 20 – O título do item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 15.301, de 2004, passa a ser: "IV.2 – Cargos Resultantes de Efetivação pela Emenda à Constituição nº 49, de 2001, e Funções Públicas Não Efetivadas do Quadro Administrativo da Polícia Civil e da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais".

Art. 21 – O art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º-A – Serão devidos honorários ao agente público, ativo ou aposentado, que, em caráter eventual e de maneira adicional às suas atribuições regulares, exercer a função de auxiliar ou membro de banca examinadora, em processo de habilitação, controle e reabilitação de condutor de veículo automotor, de competência da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais – CET-MG –, na forma definida em regulamento.

Parágrafo único – No caso de servidor público estatutário ativo, os honorários de que trata este artigo somente serão devidos se as atividades referidas no *caput* forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo de que o servidor for titular, admitindo-se compensação de carga horária mediante prévia autorização da chefia imediata, quando as atividades forem desempenhadas durante a jornada de trabalho.".

Art. 22 – Os servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar da Polícia Civil e de Atividades Governamentais, Técnico Assistente da Polícia Civil e de Atividades Governamentais e Analista da Polícia Civil e de Atividades Governamentais lotados na Seplag na data de publicação desta lei ficam transferidos para a CET-MG.

Parágrafo único – Pedidos de mudança de lotação serão analisados na forma da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, observado o disposto na Lei nº 24.091, de 15 de maio de 2022.

Art. 23 – Os servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar da Polícia Civil e de Atividades Governamentais, Técnico Assistente da Polícia Civil e de Atividades Governamentais e Analista da Polícia Civil e de Atividades Governamentais em exercício na unidade administrativa Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito na data de publicação desta lei não terão prejuízo da remuneração e das demais vantagens do cargo efetivo.

Parágrafo único – Os servidores a que se refere o *caput* continuam a integrar o grupo de carreiras da segurança pública para fins de direitos e vantagens.

Art. 24 – Os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras policiais civis, a que se refere o art. 76 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, que na data de publicação desta lei estejam mobilizados na Seplag ou em exercício nas Circunscrições Regionais de Trânsito – Ciretrans – permanecerão no desempenho das atividades relacionadas às competências da CET-MG, visando a assegurar a continuidade da prestação de serviços de trânsito, conforme condições e prazos definidos em regulamento.

Parágrafo único – O desempenho, pelos servidores, das atividades relacionadas às competências da CET-MG, a que se refere o *caput*, será formalizado mediante instrumento de parceria próprio firmado entre o Chefe da PCMG e o Diretor-Geral da CET-MG.

Art. 25 – Os convênios de cooperação técnica e os termos de cessão de agentes públicos cedidos à Seplag por órgão ou entidade de outro Poder ou ente da Federação que, na data de publicação desta lei estiverem em exercício na unidade administrativa Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito passam a ser de responsabilidade da autarquia criada por esta lei, na condição de entidade cessionária.

§ 1º – A CET-MG deverá tomar as providências necessárias para assegurar a regularidade funcional dos servidores de que trata o *caput*, nos termos das normas vigentes.

§ 2º – Na situação a que se refere o *caput*, caso a cessão tenha ocorrido com ônus para a Seplag, a CET-MG passa a ser responsável pelo pagamento da remuneração do agente público cedido, bem como pelo recolhimento da respectiva contribuição previdenciária.

Art. 26 – As delegacias regionais e demais unidades da PCMG que, entre outras atribuições, realizam atividades e atendimentos relativos ao registro e ao licenciamento de veículo automotor e à habilitação de condutor continuarão prestando esses serviços até que seja concluída a reestruturação dessas atividades, na forma de regulamento.

Art. 27 – O prazo para que seja promovida a reorganização administrativa em razão das alterações promovidas por esta lei é de cento e oitenta dias contados da sua data de entrada em vigor.

Art. 28 – Ficam revogados o inciso IX do art. 39, o inciso XII do *caput* e as alíneas "c" e "d" do inciso I do § 1ºdo art. 40 e os arts. 41, 42, 69, 70, 71, 72, 77, 133, 134 e 135 da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023.

Art. 29 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(a que se refere o art. 19 da Lei nº …, de … de … de…)

"ANEXO III

(a que se refere o art. 4º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004)

(…)

III.2 – Atribuições dos Cargos das Carreiras da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais

Carreira	Atribuições
Analista da Polícia Civil e de Atividades Governamentais	Executar atividades de natureza administrativa nas áreas contábil, jurídica, estatística, tecnológica, biblioteconômica, de cerimonial, de relações públicas, de informação, de comunicação, de gestão, de logística, de engenharia e arquitetura, de educação, de saúde e psicossocial, em especial as funções de identificação civil, registro e licenciamento de veículo automotor e habilitação de condutor, compatíveis com a respectiva formação em nível superior de escolaridade.
Técnico Assistente da Polícia Civil e de Atividades Governamentais	Executar tarefas de apoio técnico, administrativo e logístico, atuar no suporte às atividades de educação e saúde, efetuar atendimentos e prestar informações ao público, conduzir veículos, coletar impressões digitais e dados biográficos para a identificação civil, realizar vistoria e colher dados para o registro e o licenciamento de veículo automotor e para a habilitação de condutor, compatíveis com o nível intermediário de escolaridade, em particular o exercício de atividades de apoio logístico em órgãos e unidades da Polícia Civil e da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito de Minas Gerais.
Auxiliar da Polícia Civil e de Atividades Governamentais	Executar tarefas de apoio operacional e administrativo, especialmente a vigilância patrimonial, a condução de veículos, a realização de limpeza e conservação, o atendimento de gabinetes e portarias, a digitação de serviços administrativos, bem como de apoio às atividades gerenciais, e outras tarefas assemelhadas.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 6/11/2025, a comunicação do deputado Lucas Lasmar em que notifica o falecimento de Selma Amaral Pizani, ocorrido em 4/11/2025, em Curvelo. (– Ciente. Oficie-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 6/11/2025, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.320/2023, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 3.320/2023.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.939/2023, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 3.939/2023.)

Ofício da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.406/2023, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. (– Anexe-se ao Requerimento nº 5.406/2023.)

Ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.445/2023, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. (– Anexe-se ao Requerimento nº 5.445/2023.)

Ofício da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.356/2024, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. (– Anexe-se ao Requerimento nº 6.356/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.826/2024, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 6.826/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.152/2024, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 7.152/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.063/2024, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.063/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.748/2024, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.748/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.178/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.178/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.392/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.392/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Fazenda prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.398/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.398/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.398/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.398/2025.)

Ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.588/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.588/2025.)

Ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.606/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 11.606/2025.)

Ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.346/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.346/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.658/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.658/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.659/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.659/2025.)

Ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.665/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.665/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.830/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.830/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.898/2025, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 12.898/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.380/2025, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.380/2025.)

Ofício nº 327/2025-Cisab-ZM, do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.404/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.404/2025.)

Ofício da Companhia de Saneamento de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 13.932/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 13.932/2025.)

Ofício da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.018/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.018/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.033/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.033/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.033/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.033/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.035/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.035/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.035/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.035/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.035/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.035/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.039/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.039/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.039/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.039/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.039/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.039/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.040/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.040/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.040/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.040/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.040/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.040/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.042/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.042/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.042/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.042/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.042/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.042/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.043/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.043/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.043/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.043/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.043/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.043/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.044/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.044/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.044/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.044/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.044/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.044/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.045/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.045/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.071/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.071/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.106/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.106/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.125/2025, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.125/2025.)

Ofício do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.128/2025, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.128/2025.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sd. PM Felipe Alexander da Silva Cambuy em reconhecimento à coragem e à bravura demonstradas, especialmente na ocasião em que, com risco à própria vida, impediu a fuga de um criminoso durante perseguição policial no Município de São João Evangelista, evidenciando notável comprometimento com a segurança da população mineira e engrandecendo as forças de segurança pública do Estado (Requerimento nº 14.416/2025, do deputado Enes Cândido);

de congratulações com o Sd. PM Lucas Ribeiro de Arruda, do 3º Grupamento Policial do 2º Pelotão da 18ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela conduta exemplar, técnica e heroica demonstrada durante a ocorrência, registrada no Reds nº 2025-037987288-001, em Nova Belém, em 16/8/2025, em que salvou a vida do Sd. PM José Igor Rozêno Vertos, companheiro de guarnição (Requerimento nº 14.444/2025, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares integrantes da Operação Bicame, realizada no Município de Diamantina, em 4/10/2025, registrada sob o Reds nº 2025-046099561-001, em reconhecimento à brilhante atuação que resultou na apreensão de

significativa quantidade de drogas e na desarticulação de um grupo criminoso atuante na região (Requerimento nº 14.478/2025, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que participaram da operação registrada no Reds nº 2025-038290350-001, realizada no Município de Betim, em 18/8/2025, em reconhecimento ao profissionalismo, à eficiência e ao elevado comprometimento demonstrados durante a ocorrência que resultou na apreensão de expressiva quantidade de drogas e armas de fabricação caseira (Requerimento nº 14.479/2025, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Carlos Humberto Alves da Silva, investigador de Polícia Civil II – Nível Especial, Masp nº 275.821-7, pelos 41 anos de relevantes serviços prestados à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, demonstrando dedicação exemplar, retidão de conduta, compromisso com a justiça e respeito à sociedade mineira (Requerimento nº 14.536/2025, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que participaram, com bravura, coragem e abnegação, do atendimento de ocorrência de acidente de trânsito com incêndio de veículo no Anel Rodoviário de Belo Horizonte, na altura do Shopping Del Rey, em 17/8/2025, registrada sob o Reds nº 2025-038381881-001 (Requerimento nº 14.537/2025, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que especifica, integrantes da 129ª Companhia do 29º Batalhão da 18ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, que participaram da operação registrada sob o Reds nº 2025-045069897-001, em reconhecimento à técnica, à eficiência e ao comprometimento profissional demonstrados durante a ação ocorrida no Município de Poços de Caldas, em 28/9/2025, que resultou na apreensão de expressiva quantidade de entorpecentes e na prisão de integrantes de uma associação criminosa voltada ao tráfico de drogas (Requerimento nº 14.613/2025, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que especifica, integrantes da 6ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, que participaram da operação registrada sob o Reds nº 2025-048323689-001, realizada na Rodovia MGC-497, na altura do Km 189, no Município de Campina Verde, em 17/10/2025, que resultou na apreensão de aproximadamente quinhentos quilos de substância análoga a cocaína e na prisão em flagrante do autor (Requerimento nº 14.614/2025, do deputado Sargento Rodrigues).

REQUERIMENTO APROVADO

REQUERIMENTO APROVADO

– Publica-se a seguir requerimento aprovado e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 14.561/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/10/2025, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Mineração – ANM –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec – e à Prefeitura Municipal de Paracatu pedido de providências para garantir a segurança da Barragem Eustáquio, localizada nesse município, e a adequada gestão de riscos para as comunidades do entorno da referida barragem, com a realização de auditoria técnica independente da estrutura; a atualização da Declaração de Condição de Estabilidade – DCE; com realização da revisão periódica de segurança da barragem – RPSB; a revisão e atualização do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração – PAEBM –, incluindo-se mapas de inundação em alta

resolução, rotas de evacuação sinalizadas e pontos de encontro seguros; a correção e certificação do sistema de alerta e sirenes; a fixação de limites e horários para detonações e monitoramento público de vibrações e partículas; a elaboração de mapa atualizado de zonas de autossalvamento – ZAS – e plano de reassentamento das famílias nelas inseridas; e a divulgação pública dos relatórios de segurança e dos resultados de monitoramento da barragem, com participação social e linguagem acessível.

Sala das Reuniões, 7 de outubro de 2025.

Bella Gonçalves (Psol), presidenta da Comissão de Direitos Humanos.

Justificação: A Barragem Eustáquio, pertencente à mineradora Kinross e localizada em Paracatu, é uma das maiores estruturas de rejeitos do mundo, abrigando mais de 500.000.000m³ de rejeitos químicos, volume dez vezes superior ao liberado em tragédias como Mariana e Brumadinho. Comunidades quilombolas e bairros vizinhos, como Alto da Colina e Bela Vista II, relatam há anos trincas e fissuras já identificadas e reparadas na estrutura, o acionamento indevido de sirenes de evacuação em 2021 e explosões diárias programadas pela empresa, conhecidas como "bomba das três e meia", que abalam casas, geram rachaduras nas residências e afetam a saúde psicológica da população. Também há relatos de intimidação por seguranças da mineradora e restrição de acesso a terras e mananciais, o que agrava a vulnerabilidade das famílias atingidas. Conforme reportagem do Estado de Minas, estudos técnicos apontaram contaminação por arsênio e metais pesados em águas subterrâneas e na urina de moradores de Paracatu, com índices acima do limite de potabilidade recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Além disso, 85% do território quilombola remanescente está em área de conflito hídrico, segundo o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, e os aquíferos locais são classificados como de alta vulnerabilidade à poluição pela Fundação Estadual do Meio Ambiente. Apesar desse cenário crítico, a população das zonas de autossalvamento – ZAS – permanece exposta a riscos, sem informações adequadas sobre evacuação e sem um plano efetivo de reassentamento. A gravidade da situação demanda ação articulada entre a Agência Nacional de Mineração – ANM –, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec – e o Município de Paracatu para se reforçar a fiscalização técnica da estrutura, a revisão do Plano de Ação de Emergência – PAEBM –, o aperfeiçoamento das sirenes e sistemas de alerta, a definição de limites seguros para detonações e a atualização de mapas e estratégias para proteção imediata da população em caso de rompimento. A transparência e a publicidade dos relatórios de segurança são igualmente essenciais para garantir que as comunidades afetadas tenham acesso a informações claras e confiáveis sobre os riscos a que estão submetidas e possam participar das medidas de prevenção e resposta. Diante do histórico de falhas de monitoramento em Minas Gerais e das consequências humanas e ambientais de rompimentos anteriores, torna-se urgente reforçar os mecanismos de controle e a governança da segurança de barragens, com enfoque especial nas ZAS e na proteção de comunidades tradicionais que vivem sob ameaça direta.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/11/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando André Squizzato de Oliveira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social;

exonerando Ernandes dos Santos Antunes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

exonerando Luiz Filippe Martins de Campos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social;

exonerando Vinícius Almeida Ribeiro, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social;

nomeando Diego Rodrigues de Azevedo, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar;

nomeando Luiz Carlos Alves Campelo, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Charles Santos;

nomeando Luiz Fernano Andrade, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Romeu Thiago Eugênio Ribeiro, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 199/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/11/2025, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da internet, tendo por finalidade a aquisição de envelopes timbrados e de material de expediente.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 6 de novembro de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 34/2025

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Avance e Mira Treinamentos e Radiologia ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, aos usuários da assistência odontológica da credenciante, previstos na Deliberação da Mesa nº 2.565, de 2013, nas especialidades de Clínica Odontológica Geral; Cirurgia Bucomaxilofacial; Prótese dentária e Radiologia, reconhecidas pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – CRO-MG –, de acordo com a tabela de procedimentos odontológicos da credenciante. Vigência: da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – ao dia 17/6/2034 (termo final de validade do Credenciamento nº 2/2024, conforme item 9.5.15 do respectivo edital). Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 112/2025

Número no Siad: 9440628-2

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Veng Projetos e Tecnologias Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviço remoto ou presencial de suporte técnico e manutenção corretiva ou preventiva em sete sistemas de gravação e exibição de áudio e vídeo utilizando o software Vmix. Objeto do aditamento: primeira prorrogação e retificação do nome da contratada, em virtude da alteração de sua razão social. Vigência: 12 meses, de 7/11/2025 a 6/11/2026, inclusive, ou até o início da vigência de novo contrato de mesmo objeto, decorrente de processo licitatório a ser instaurado, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

ERRATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/10/2025

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/10/2025, na pág. 13, após o resumo do Requerimento nº 18.117/2025, acrescente-se o seguinte:

"nº 18.118/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para adotar as medidas cabíveis com vistas à potencialização da divulgação e das capacitações referentes ao processo de implantação do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência – Sipia –, especificamente no que diz respeito ao módulo do conselho tutelar – Sipia-CT –, considerando tratar-se de sistema nacional, público e gratuito, que qualifica a atuação dos conselheiros tutelares ao mesmo tempo que fortalece a gestão dos dados e permite a extração de informações fundamentais para construção e monitoramento de políticas públicas afetas ao tema, bem como para que seja incrementada a equipe da Sedese atualmente designada para a execução de tais atividades, considerando denúncia de que somente dois servidores atuam com a capacitação do Sipia-CT em todo o Estado.".

ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/11/2025

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/11/2025, na pág. 34, sob o título "Despacho de Requerimentos", onde se lê:

"nos termos do inciso XVI do art. 232, c/c o art. 141, do Regimento Interno", leia-se:

"nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/11/2025, na pág. 55, onde se lê:

"Taely Eduardo Tavares Oliveira", leia-se:

"Taely Eduarda Tavares Oliveira".